



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Bárbara Magalhães de Oliveira

**O uso das orações relativas em editoriais de jornal: os tipos padrão e não  
padrão**

Rio de Janeiro

2022

Bárbara Magalhães de Oliveira

**O uso das orações relativas em editoriais de jornal: os tipos padrão e não padrão**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos da Língua.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria Teresa Tedesco Vilar do Abreu

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

O48

Oliveira, Bárbara Magalhães de.

O uso das orações relativas em editoriais de jornal: os tipos padrão e não padrão / Bárbara Magalhães de Oliveira. – 2022.

141 f.: il.

Orientadora: Maria Teresa Tedesco Vilardo Abreu.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Orações – Teses. 2. Língua portuguesa – Sintaxe – Teses. 3. Editoriais – Teses. 4. Redação de textos jornalísticos – Teses. I. Abreu, Maria Teresa Tedesco Vilardo, 1963-. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-561.721

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Bárbara Magalhães de Oliveira

**O uso das orações relativas em editoriais de jornal: os tipos padrão e não padrão**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos da Língua.

Aprovada em 27 de setembro de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Teresa Tedesco Vilaro Abreu (Orientadora)  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Denise Salim Santos  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Eliete Figueira Batista da Silveira  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2022

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Sérgio Henrique da Silva (*in memoriam*), a quem tive o prazer de compartilhar muitos cafés durante a graduação, acompanhados de boas risadas. Se eu cheguei até aqui, foi porque você me incentivou a fazer as provas para ingressar no mestrado. Dedico, também, ao filho que perdi recentemente. Nessas três semanas juntos, você me fez crescer muito como mulher. Continuem olhando por mim! Até breve!

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e a todos os orixás por ter conseguido chegar até aqui, apesar de tudo que enfrentei nesses últimos anos. Conseguir me dedicar à pesquisa e estar em contato com aquilo que amo foram dádivas em meio ao caos em que nos encontramos. Isto posto, agradeço, em especial, às crianças e aos pretos velhos que nunca me abandonaram e sempre me encheram de alegria nos momentos em que pensei em desistir. Como não poderia ser diferente, a minha defesa ocorreu no dia 27 de setembro. Viva São Cosme e São Damião!

À minha família, tanto de sangue, quanto a que construí ao longo dos anos. Vocês foram de extrema importância para mim. Obrigada, vó, por todos os cafés e afeto, a senhora é meu porto seguro! À Larissa Nascimento, que me acompanha há anos, sempre disposta a me reconfortar em todos os momentos. À Maria de Lourdes e a Caio Henrique Berçácola, que estão comigo desde a UFRJ, obrigada por serem presentes no bom e no ruim. A Arthur Souza e Danilo Freitas por serem meus apoiadores, com palavras necessárias e uma compreensão sem limites. Vocês acreditaram em mim quando eu mesma não acreditava. Por último, à Amanda Grandelle, por todos os momentos de distração, pelas risadas e pelos instantes únicos, os quais foram cruciais para “respirar” em meio a tantas adversidades.

À minha querida orientadora, por ter aceitado conduzir este trabalho comigo. Maria Teresa Tedesco, você foi primordial na minha jornada, não só como mestranda, mas também como ser humano e educadora. Suas palavras, seus conselhos e suas dicas ficaram gravadas, positivamente, em mim.

À banca examinadora, que pôde dedicar um pouco do seu escasso tempo para ler e para acompanhar meu projeto. Querida Eliete Silveira, acredito muito nas coincidências da vida, além de você ter sido uma grande incentivadora dos meus estudos para o mestrado, hoje faz parte da banca, em outra universidade, da minha pesquisa. Querida Denise Salim, obrigada por se entregar e “mergulhar” na minha pesquisa. Suas contribuições foram importantíssimas para a conjectura final da dissertação.

Por último, agradeço a todos os imprevistos, os entraves e as dificuldades que perpassaram o meu caminho nesses últimos tempos. Se não fosse por todos os empecilhos, não seria a mulher, a filha, a pesquisadora e a mestre que sou hoje. É a partir dos problemas que nascem os verdadeiros guerreiros. Eu sou filha do mar e os *tsunamis* fazem parte da minha jornada. Odo yá!

## RESUMO

OLIVEIRA, Bárbara Magalhães de. *O uso das orações relativas em editoriais de jornal: os tipos padrão e não padrão*. 2022. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta pesquisa se propõe a investigar as estruturas oracionais com foco nas orações relativas. Seguindo os estudos empreendidos por Tarallo (1983) e Mollica (1977), toma-se a hipótese inicial de que as estruturas do tipo padrão, isto é, aquelas que seguem as normas da tradição gramatical quanto ao *bem falar e escrever*, estão desaparecendo e sendo substituídas pelas estratégias do tipo cortadora – em que não há a preposição acompanhando o pronome relativo – em ambientes formais, inclusive. Para isso, são analisados 12 editoriais do veículo Estadão, na versão *on-line*, a fim de averiguar: i) que estruturas oracionais os escritores utilizam em vez das estruturas relativas; ii) quais estratégias do tipo adjetiva aparecem nos textos em ambientes formais e iii) se esses autores sabem manipular *adequadamente* os pronomes relativos. Como metodologia, são quantificados os tipos de estratégias de relativização presentes nestes 12 editoriais – no entanto, apenas 5 textos são apresentados de maneira completa. Essa pesquisa objetiva averiguar quais as funções sintáticas desempenhadas por esses relativos – se seguem, ainda, a ordem observada por Mollica (1977) –, se aparecem na forma padrão ou não e se há alguma inovação quanto ao uso dessas ordenações sintáticas ou dos pronomes relativos. Como resultado, nota-se que há o surgimento de novas estratégias com uso inovador do pronome relativo, bem como uma aproximação entre o que se vê nos estudos de Mollica (1977) e Tarallo (1983) na escrita formal. Esta pesquisa serve como base não só para se pensar nos tipos de ordenações sintáticas usadas no que se refere às orações do tipo adjetivas, mas também para nortear futuros estudos linguísticos quanto a esse fenômeno.

Palavras-chave: Orações adjetivas. Orações relativas. Estratégias de relativização. Editorial.

## ABSTRACT

OLIVEIRA, Bárbara Magalhães de. *The relative clauses in newspaper editorials: standard and non standard types*. 2022. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The research here presented proposes to investigate the oral structures, focusing on relative clauses. Following the studies made by Tarallo (1983) and Mollica (1977), we take the initial hypothesis which is that the pattern structures, those which follow the rules of traditional grammar in relation to speaking and writing well, are disappearing, understanding the insurgency of the reduced relative clause type – where there is no preposition with the relative pronoun – in formal occasions. To do such analysis, 12 editorial parts from the on-line version of the newspaper *Estadão* will be used, in order to verify: i) what oral structures are being used by the writers instead of the relative clauses structures; ii) what strategies from the adjective type appear on the text in formal occasions; iii) if the writers know how to properly prepare the relative pronouns. As a methodology, the types of strategies of relative clauses will be quantified – although only 5 of the texts are presented in their complete form. The aim of this quantification is to verify what are the syntactic function developed by the relative pronouns, if they appear as a pattern or not, and if there is any innovation related to the use of the syntactic co-ordination or the relative pronouns. The result, as expected, is the notorious arising of new strategies, as well as an approach between Mollica's (1977) and Tarallo's (1983) studies on formal writing. Therefore, this research works as a base not only to make us think upon the types of syntactic co-ordination used in relation to adjective clauses, but also to guide future linguistic studies related to this case.

Keywords: Adjective clauses. Relative clauses. Strategies of relative clauses. Editorial.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Noções de gênero e tipo textual com base em Marcuschi.....	20
Quadro 2 - Análise comparativa das três gramáticas sobre os pronomes relativos.....	55
Quadro 3 - Análise comparativa das três gramáticas sobre as orações relativas.....	56
Quadro 4 - Classificação dos itens tradicionalmente chamados “pronomes” .....	61
Quadro 5 - Análise comparativa das três gramáticas de uso .....	79
Quadro 6 - Tipos de orações relativas .....	90
Quadro 7 - Classificações das orações relativas .....	90
Quadro 8 - Tipos de orações relativas no texto I.....	95
Quadro 9 - Classificações das orações relativas no texto I.....	95
Quadro 10 - Tipos de oração relativa no texto II.....	101
Quadro 11 - Classificações das orações relativas no texto II .....	101
Quadro 12 - Tipos de oração relativa no texto III .....	106
Quadro 13 - Classificações das orações relativas no texto III.....	106
Quadro 14 - Tipos de oração relativa no texto IV .....	110
Quadro 15 - Classificações das orações relativas no texto IV.....	110
Quadro 16 - Tipos de oração relativa no texto V .....	114
Quadro 17 - Classificações das orações relativas no texto V .....	114
Quadro 18 - Funções desempenhadas pelos pronomes relativos .....	116
Quadro 19 - Adequação do uso do pronome relativo nas estratégias tipicamente preposicionadas .....	117

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Adj. Adn.	Adjunto Adnominal
Adj. Adv.	Adjunto Adverbial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Comp. Nom.	Complemento nominal
E. F.	Ensino Fundamental
E. M.	Ensino Médio
LP	Língua Portuguesa
LT	Linguística Textual
NGB	Nomenclatura Gramatical Brasileira
OD	Objeto direto
OI	Objeto indireto
OR	Oração relativa
PB	Português Brasileiro
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PE	Português Europeu
PNLD	Plano Nacional do Livro Didático
PR	Pronome relativo
Pred. Suj.	Predicativo do sujeito
SN	Sintagma nominal
SP	Sintagma preposicional

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1 REVISÃO DA LITERATURA .....	15
1.1 Conceitos básicos da perspectiva interacional.....	15
1.1.1 Concepções de texto sob um viés interacional.....	16
1.1.2 Conceito de gênero e tipologia textual.....	18
1.1.3 Características do gênero editorial .....	21
1.2 Conceitos específicos .....	25
1.2.1 As orações relativas, segundo Mollica (1977) .....	25
1.2.2 As orações relativas, segundo Tarallo (1983).....	27
2 A ABORDAGEM DAS ORAÇÕES RELATIVAS EM GRAMÁTICAS.....	31
2.1 A tradição gramatical .....	32
2.1.1 A abordagem das orações adjetivas, segundo Bechara (2009) .....	33
2.1.2 Pronome relativo e orações adjetivas, segundo Cunha e Cintra (2007).....	40
2.1.3 Pronome relativo e orações adjetivas, segundo Rocha Lima (2011) .....	47
2.1.4 Análise comparativa dos compêndios da tradição gramatical .....	54
2.2 Pronome relativo e orações relativas nas gramáticas de uso .....	57
2.2.1 Os pronomes relativos e as orações relativas, segundo Perini (1996) .....	59
2.2.2 Os pronomes relativos e as orações relativas, segundo Neves (2000).....	65
2.2.3 Os pronomes relativos e as orações relativas, segundo Castilho (2014).....	74
2.2.4 Análise comparativa das gramáticas de uso.....	78
3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	81
3.1 Descrição do <i>Corpus</i> .....	87
3.2 Metodologia da pesquisa .....	89
4 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i> .....	92
4.1 Orações relativas nos editoriais de jornal.....	92
4.2 Resultado da análise do <i>corpus</i> .....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	124
REFERÊNCIAS .....	127
ANEXO – Editoriais do Estadão .....	130

## INTRODUÇÃO

É perceptível o quanto é difícil tanto para professores quanto para alunos o processo de ensino e de aprendizagem da escrita de um texto coeso e coerente, com pleno domínio da norma culta. As angústias e as frustrações no projeto de dizer dos estudantes da educação básica são infinitas, sejam elas em relação ao distanciamento entre o que se vê na tradição gramatical e o que se produz de fato, seja em relação a não conseguirem entender o porquê de estudarem certos conteúdos, isto é, sua relação com as práticas comunicativas. As principais queixas versam sobre os seguintes pontos: i) um distanciamento entre o que se aprende nas aulas de Língua Portuguesa (doravante LP), especificamente na escrita, e nas suas práticas sociais e discursivas fora do ambiente escolar; ii) dificuldade de produzir textos em gêneros variados, apesar das práticas linguísticas aprendidas no ambiente escolar e iii) não saber português, embora consigam se comunicar plenamente em diversas situações comunicativas.

Em relação a isso, surgem, no ambiente da sala de aula, frases como “não sei português”, “escrever é muito difícil”, “preciso de inspiração [para escrever]” em resposta a um pedido de produção textual ou ao serem perguntados sobre a sua relação com a disciplina. Tendo em vista tais angústias e frustrações, dediquei-me ao estudo de estratégias textuais e formas para propiciar, cada vez mais, um ensino de qualidade aos meus alunos. Somado a isso, delineei o objetivo de impactar positivamente, de alguma forma, com estudos que pudessem versar sobre o ensino, dando alguma colaboração para a educação básica, mesmo que fosse, apenas, como reflexão sobre os procedimentos adotados pelos professores em sala de aula, já que, muitas vezes, o docente recém-formado sai sem experiência de como proceder com determinados assuntos no ambiente escolar.

Uma dessas angústias foi perceber como os estudantes possuíam dificuldade em compreender sentenças com pronomes relativos – e, conseqüentemente, com orações adjetivas – bem como utilizá-los de maneira adequada. Era notório que eles repetiam, por vezes, algumas estruturas cristalizadas e, em determinados momentos, utilizavam relativos que não eram adequados àquelas sentenças, segundo o que ditavam os compêndios gramaticais. Dessa forma, num primeiro momento, estudar as ocorrências de orações adjetivas nas redações de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (6º a 9º ano) e Ensino Médio foi um dos caminhos pensados. Entretanto, devido à pandemia da Covid-19, a coleta de dados tornou-se insuficiente, uma vez que as produções textuais diminuíram e, por vezes, o *corpus* não era

pertinente ao objeto de estudo traçado. Remotamente, foi difícil de conseguir aplicar as redações, uma vez que os estudantes não estavam seguindo a mesma rotina de estudo tampouco os professores possuíam a mesma carga horária de antes. Por outro lado, no presencial, foi difícil conseguir um *corpus* completo, por diferentes motivos, dentre eles: i) a quantidade de alunos frequentando a escola e enviando os trabalhos solicitados não foi considerável; ii) os textos recolhidos não possuíam orações relativas suficientes para embasar um estudo completo e iii) a dificuldade dos alunos em produzi-las.

Devido aos entraves mencionados, um novo enfoque precisou ser pensado para o projeto, sem que o tema (catalogação e utilização de orações adjetivas) fosse alterado. Dessa maneira, como o objetivo era elencar as orações adjetivas produzidas por esses estudantes e perceber se sabiam como e quando utilizar o pronome relativo na escrita monitorada, houve a escolha por observar os usos dessas orações em editoriais de jornal – textos com alto grau de formalidade e que passam por revisões linguísticas antes da entrega final.

Tal observação será de extrema importância para verificar se há novas estratégias sendo utilizadas por falantes, inclusive na escrita monitorada, e, sobretudo, como e quando os autores usam tais ordenações sintáticas. Isto é, objetiva-se observar não só que tipos de orações relativas emergem nos editoriais, mas em que momentos e com que intenções as utilizam.

Esses objetivos vislumbram não só aspectos da descrição gramatical, mas também do Ensino de Língua Portuguesa, uma vez que podem servir como norteadores para repensar as práticas em sala de aula. Em outras palavras, catalogação e análise crítica dos tipos de orações adjetivas presentes em editoriais e como e quando se empregam determinados pronomes relativos pode ser um fator importante para pensar nas questões abordadas em sala de aula quanto às estruturas subordinadas, suas implicações semânticas e, inclusive, na confecção de materiais didáticos que conjecturem essas estruturas em sua totalidade – em virtude de os documentos norteadores da educação, como os PCNs e a BNCC, evidenciarem o texto como centralidade das aulas de Língua Portuguesa.

Tendo esses pressupostos em mente, a pesquisa objetiva: i) fazer um levantamento das orações subordinadas adjetivas na escrita monitorada, a fim de observar se essas estruturas estão em consonância com o que ditam os compêndios gramaticais. Além desse objetivo geral, apresenta os seguintes objetivos específicos: i) detectar como as estratégias não canônicas aparecem nos editoriais; ii) verificar que pronomes relativos são utilizados; iii) analisar quando e como se utilizam essas estruturas e iv) ponderar se há uma possível mudança nas estratégias de relativização, até então, encontradas no Português Brasileiro

(doravante PB). Para tanto, foram selecionados 12 editoriais do Estadão, na versão *on-line*, para levantamento, sistematização e análise das orações relativas.

Traçar essas finalidades é importante porque, a partir de uma análise piloto, se verificou que há uma mudança no quadro de usos efetivos dos pronomes relativos, bem como dificuldade em utilizá-los, de acordo com as normas gramaticais. Logo, a presente pesquisa detém-se a mostrar o porquê e para que aprendemos orações subordinadas, especialmente as adjetivas. Além disso, o trabalho com o gênero textual – tomado como centralidade das aulas de LP, segundo os documentos norteadores da educação, como a BNCC e os PCNs – merece destaque especial, já que observa os fenômenos linguísticos atrelados às práticas sociais e comunicativas efetivas.

Isto posto, toma-se como hipótese inicial que o Português Brasileiro está em um processo de mudança no que tange a esse fenômeno linguístico, diminuindo o seu quadro pronominal de relativos e, principalmente, ampliando as possibilidades de estratégias de relativização. Essas hipóteses se ancoram nos trabalhos pioneiros de Mollica (1977) e Tarallo (1983), os quais já percebiam que os falantes nativos do PB utilizavam outros tipos de ordenação sintática no que compete às relativas, os quais iam na contramão do que preconizavam os compêndios da tradição gramatical. Dessa forma, Tarallo (1983) constatou, a partir da análise da fala de indivíduos cultos paulistanos, que havia três estratégias de relativização: padrão (seguindo as normas gramaticais), cortadora (sem a preposição precedendo o pronome relativo) e resumptiva/copiadora (quando o referente do pronome relativo aparece na forma de um pronome cópia na oração encaixada), como se verá mais detalhadamente adiante. Isso será pertinente para verificar se essas estratégias não canônicas (cortadora e copiadora) emergem na escrita monitorada ou se já foram superadas, isto é, se há outros tipos que “convivem” com as não padrão atualmente.

Em relação a isso, esse estudo se ancorará no aporte teórico do Sociointeracionismo, já que, aqui, se entende o texto na sua materialidade e completude. Diferentemente de algumas abordagens sobre as orações relativas, conforme se nota em algumas aulas de LP com metodologia tradicional, não se observam tais ordenações de forma isolada, mas notando como essas emergem no projeto de dizer do falante, mais especificamente na escrita monitorada. O diferencial deste trabalho é, justamente, não considerar as orações subordinadas adjetivas de forma quantificada, mas de trazer um detalhamento sobre os tipos que aparecem na escrita monitorada; se estão em consonância com a norma padrão; se há o uso do pronome relativo de acordo com os compêndios gramaticais da tradição ou se há

inovações; como o emprego dessas estruturas auxiliam a argumentação textual e, por fim, por que e para que utilizá-las dentro dos textos efetivos.

A fim de verificar esses aspectos, observar-se-ão o que ditam, primeiramente, as gramáticas da tradição com o intuito de catalogar as estratégias de relativização, bem como compreender sua concepção e seu uso. Para isso, serão revisados três compêndios gramaticais referentes aos conceitos e aos empregos dos pronomes relativos, assim como das orações subordinadas adjetivas. Em um segundo momento, como o interesse surge em verificar as adjetivas atualmente no PB, faz-se estritamente necessário voltar o olhar, também, para as gramáticas de uso, já que estas descrevem em que contextos aparecem determinados fatos da língua, sem juízos de valor, apenas atentando como e em que contextos surgem determinados fenômenos. Por último, a caracterização do objeto de estudo se apoiará nos estudos pioneiros de Tarallo (1983) e Mollica (1977), conforme se ressaltou previamente.

Após a revisão da literatura sobre o objeto de estudo, serão apresentados o *corpus* (editoriais de jornal) e a metodologia. Para tanto, serão analisados 12 editoriais de jornal do veículo *Estadão*, na versão *on-line*. Primeiramente, levar-se-á em consideração o contexto de produção desse texto, seu tema, qual a tese defendida pelo editorialista. Após isso, haverá uma “dissecação” textual quanto às estruturas oracionais utilizadas, a fim de observar a quantificação de estruturas subordinadas em detrimento das estruturas coordenadas. Por fim, analisar-se-ão as orações subordinadas adjetivas, no que diz respeito a i) a quantificação; ii) o uso dos pronomes relativos e iii) a classificação. Tal análise não se deterá, somente, na quantificação e na classificação dessas estruturas, mas em perceber e em interpretar como tais ordenações emergem nos textos efetivos, bem como os efeitos de sentidos gerados por seu uso.

Por último, serão apresentados os resultados obtidos das análises dos 12 editoriais. Nessa etapa, as hipóteses iniciais serão retomadas com o intuito de verificar se podem ou não ser confirmadas. Espera-se que esses textos se assemelhem, em parte, ao que se observa na escrita formal de estudantes dos anos finais da educação básica, devido à pressuposição de que há uma mudança no uso de determinados pronomes relativos. Após esse momento, serão feitas as considerações finais, vinculando os objetivos e as hipóteses iniciais aos resultados obtidos.

Vale destacar que a pesquisa empreendida dialoga com a descrição linguística, uma vez que será feita uma análise criteriosa das estratégias encontradas, e, inclusive, com o Ensino de LP, já que pode oferecer subsídios para repensarem não só as estratégias de ensino

e de aprendizagem dessas estruturas, tal como de proporcionar uma reflexão acerca de determinados materiais didáticos nas práticas em sala de aula.

## **1 REVISÃO DA LITERATURA**

Esse capítulo se destina à revisão da literatura no que tange à fundamentação teórica escolhida – Sociointeracionismo – e aos estudos pioneiros que embasaram o interesse pela pesquisa – Mollica (1977) e Tarallo (1983). Dessa forma, esta seção se subdivide em dois grandes grupos: conceitos básicos e conceitos específicos, respectivamente.

Em relação a isso, a primeira subseção trata da visão sociointeracionista e como ela pode ancorar os estudos pretendidos. É, justamente, nessa parte que são abordados os conceitos de texto, de gênero e de tipo textual, bem como as características do gênero editorial. Na segunda subseção, são tratados os conceitos específicos, isto é, começa-se a conjecturar a questão das orações relativas e há, também, o esclarecimento das contribuições dos estudos pioneiros.

### **1.1 Conceitos básicos da perspectiva interacional**

Antes de iniciar a explanação acerca da noção de texto e de textualidade, cabe conceituar língua, linguagem e discurso. A linguagem, na presente dissertação, é vista como uma atividade proveniente da interação entre sujeitos ativos que se constroem e são construídos por meio da situação comunicativa. Para dialogarem, estes sujeitos utilizam a língua, atividade verbal vinculada aos seres humanos, a qual é passível de variação, uma vez que serve às intenções de quem a utiliza. Por último, o discurso vincula-se àquilo que deve ser dito, isto é, o que se pretende comunicar.

Consoante às noções destacadas a respeito de língua e de discurso, vale justificar a seleção do aporte teórico. A Linguística Textual (doravante LT) foi a fundamentação escolhida devido a analisar os fenômenos linguísticos por meio da interação autor-texto-leitor e de não os compreender sob uma ótica que prioriza a frase, mas sob uma perspectiva que aborde o texto como unidade básica. Conforme aponta Bentes (2006), a LT passou por três fases: a análise transfrástica, a gramática textual e a teoria do texto. Nos primórdios, cabia à LT as duas primeiras acepções, entretanto, com a evolução dos estudos linguísticos, houve uma preocupação em relacionar três elementos: produção, recepção e interpretação de textos.

Essa abordagem é de extrema importância para a pesquisa porque não vê as estratégias de relativização de forma isolada, descontextualizada, porém examina de que forma elas se materializam nos textos reais, qual a possível intenção quanto ao seu uso e às suas particularidades. Logo, à Linguística Textual compete:

[...] o estudo dos recursos lingüísticos (sic) e condições discursivas que presidem à construção da textualidade e, em decorrência, à produção textual dos sentidos. Isto significa, inclusive, uma revitalização do estudo da gramática: não, é claro, como um fim em si mesma, mas no sentido de evidenciar de que modo o trabalho de seleção e combinação dos elementos, dentro das inúmeras possibilidades que a gramática da língua nos põe à disposição, nos textos que lemos ou produzimos, constitui um conjunto de decisões que vão funcionar como instruções ou sinalizações a orientar a busca pelo sentido. (KOCH, 2010, p. 3- 4)

Tendo em vista as noções adotadas de língua e linguagem nesta pesquisa, nas próximas subseções serão abordadas as noções de texto, a conceituação de gêneros e de tipos textuais, segundo o aporte teórico e, por último, a caracterização do gênero editorial.

### 1.1.1 Concepções de texto sob um viés interacional

De acordo com Marcuschi (1983:12), o objeto de estudo da LT são as “operações lingüísticas (sic) e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, da construção, do funcionamento e da recepção de textos escritos ou orais”. Logo, é imperativo analisar, primeiramente, o que configura a noção de texto.

Por muito tempo, acreditou-se que texto era um conjunto de frases que faziam sentido em um determinado contexto. Entretanto, ao observar a conceituação do vocábulo *conjunto*, percebe-se que se trata de “certa quantidade de elementos vistos como um todo”, o que não se configura como uma realidade tendo em vista as questões referentes ao que é um texto. Quer dizer, se texto fosse uma quantidade de elementos organizados, então, qualquer bloco de vocábulos seria efetivamente um texto.

Seguindo essa perspectiva, ao se voltar à etimologia da palavra *texto*, verifica-se que este se origina do latim *textum*, que significa teia, entrelaçamento, tecido. Comunicar-se, sob esse viés, é tecer informações, é manejar os recursos lingüísticos de forma adequada ao contexto, é construir sentidos. Logo, texto é toda produção coerente, escrita ou falada, dentro de um

determinado contexto e que deve conter informações pertinentes a fim de que não gere dúvidas nos leitores/ouvintes.

Em relação a isso, para que estes (os textos) se materializem, são necessários alguns elementos fundamentais, são eles: emissor (aquele que produz), mensagem (o que se pretende comunicar), código (o modo pelo qual a mensagem será passada – verbal ou não verbal), contexto (sua produção inserida em um ambiente socio-histórico) e destinatário(s) (a quem se destina a mensagem). De acordo com a perspectiva adotada na pesquisa, emissor e destinatário se constroem neste processo, de forma que toda a mensagem produzida pelo emissor é passada ao destinatário, o qual não é mero ouvinte ou leitor, mas um decodificador. Não há passividade na comunicação. Não há receptor, há, no entanto, alguém que recebe, decodifica e interpreta um código e torna-se, portanto, um sujeito atuante.

De acordo com Koch (2005:11), o texto não é “... uma sequência de frases isoladas, mas uma unidade linguística com propriedades estruturais específicas”. Partindo dessa conceituação, a noção de texto se desenvolve e passa a ser uma estrutura hierárquica, que atende às necessidades do falante/produtor. Logo, se o falante se comunica por textos, em contextos específicos, a análise dos fenômenos linguísticos que emanam em sua gramática, também, deveria ser objeto de estudo, já que cada uma das sequências dispostas está servindo a um processo comunicativo.

Nessa perspectiva, o texto não é um “emaranhado” ou conjunto de frases, mas um complexo de informações que estão conectadas por uma relação lógico-semântica, além de apresentarem hierarquia quanto a sua disposição.

Na realidade toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige para alguém. [...] A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia (sic) sobre mim numa extremidade, na outra se apóia (sic) sobre o meu interlocutor. (BAKHTIN, 1995, p.113).

A compreensão de um texto, portanto, surge do processo de leitura ou escuta em que se ativam noções na memória do(s) destinatário(s). Assim, há uma construção de sentidos, em que todos os envolvidos na comunicação são ativos, atuantes.

Na concepção interacional da língua o texto é considerado o próprio lugar da interação e da constituição dos interlocutores. Há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, *o contexto sociocognitivo dos participantes da interação*. [...] *o sentido de um texto é construído na interação texto-sujeitos e não algo que preexistia a essa interação*. (KOCH; ELIAS, 2010, p. 11)

Seguindo esses pressupostos, a coerência textual não é algo que se possa delimitar dentro do texto, não está materializada especificamente. O que ocorre é a manifestação dos sentidos

do texto, os quais surgem através da interação emissor-texto-destinatário. Não há uma possibilidade de se destacar o que é a coerência e em que momentos ela emerge no processo comunicativo, uma vez que o texto não é uma construção linear de sentidos. Pode-se afirmar, no entanto, que ela [a coerência] resulta da relação entre cotexto e contexto, em que o destinatário atribui significado ao que lê/escuta, partindo de seus conhecimentos prévios (memória).

[...] a coerência de um texto não se manifesta através da decodificação de seus elementos lingüísticos, mas de uma série de fatores extralingüísticos e pragmáticos inerentes à construção de sentidos. Tais conhecimentos são acionados, sempre, durante a interação, e variam de acordo com cada situação comunicativa. (CAVALCANTE, 2013, p. 32)

Por isso, o texto configura um projeto de dizer com determinada intencionalidade, voltado a um público específico. Assim, não há a concepção do “dizer por dizer”, “escrever por escrever”. Compreende-se que este – o texto – nasce da intenção de comunicar algo a alguém dentro de um determinado contexto sócio-histórico. A partir disso, escolhem-se as sequências linguísticas apropriadas, ou seja, escolhem-se que estruturas sintagmáticas ou oracionais **que** melhor expressarão aquilo que se pretende, conforme será abordado de forma mais completa na subseção seguinte.

Até o presente momento, não houve uma separação entre o que configura um texto oral ou um texto escrito, mas o tratamento pretendeu voltar-se a observar as noções gerais no tocante aos textos. Ainda que a pesquisa discorra sobre as produções escritas com alto grau de formalidade – os editoriais – é importante, primeiramente, tratar as questões relativas aos conceitos básicos de maneira geral, para, *a posteriori*, analisar as especificidades desse gênero textual e sua relação com o sistema da escrita.

### 1.1.2 Conceito de gênero e tipologia textual

Os conceitos de gênero e de tipos textuais, muitas vezes, geram dúvidas nos estudantes quanto a sua diferenciação em sala de aula. Segundo Bakhtin (1979), toda a comunicação se efetua a partir de gêneros textuais, os quais apresentam estrutura maleável, quer dizer, podem sofrer alterações a depender da intencionalidade de quem os produz. Os tipos textuais, por outro lado, relacionam-se às sequências linguísticas utilizadas para construir os sentidos dentro de um texto.

Essas sequências obedecem a estruturas hierárquicas no ramo da Sintaxe, no que diz respeito a sua ordem vocabular e à disposição dos elementos. Por exemplo, sabe-se que a Língua Portuguesa é uma língua que segue o padrão sujeito + verbo + objeto (SVO); portanto, modificações nessa estrutura devem ser analisadas, de acordo com as intencionalidades, conscientes ou não, de quem as escreve ou fala.

A ordenação dos elementos linguísticos obedecerá, de forma consciente ou não, às intencionalidades de quem as profere ou redige, organizando essas frases dentro de sequências tipológicas, os chamados tipos textuais. Para cada objetivo, ao se comunicar, utilizam-se um ou mais tipos textuais. De acordo com alguns estudiosos, como Marcuschi (1999), os tipos dividem-se em cinco: narrativo, descritivo, injuntivo, dissertativo e argumentativo. É dentro de cada um deles que se encontram estruturas sintáticas comuns e elementos que os particularizam, além de cada um trazer consigo determinados gêneros.

A título de exemplo, se a intenção é instruir alguém sobre o uso de determinado aparelho, utilizar-se-ão verbos no modo imperativo, estruturas indicativas de ordem, de comando. Nesse caso, o texto terá, predominantemente, o tipo textual injuntivo. No caso da pesquisa desenvolvida, os editoriais de jornal trazem a opinião do veículo de informação referente a um determinado assunto em voga na sociedade, geralmente de caráter político; logo, o tipo prevalecente será o argumentativo. Diz-se isso porque a intenção nesse gênero textual é a de (tentar) convencer o público-alvo a mudar de ideia sobre determinado assunto; por isso, haverá o predomínio de argumentos que embasem uma tese, ponto de vista defendido sobre um determinado tema a que o texto se vincula.

Enquanto os tipos textuais são mais estáveis, como se pôde depreender acima, os gêneros textuais, em contrapartida, não o são. É por meio destes que se materializa o discurso, isto é, todo ato comunicativo ocorre mediante um gênero textual, seja oral, seja escrito. A partir disso, nota-se que estão vinculados a uma função social. Assim, a depender das necessidades humanas e do contexto histórico em que estamos inseridos, alguns gêneros podem não ser mais usuais, bem como podem surgir novos. Por exemplo, com o advento da internet e a maior acessibilidade aos recursos tecnológicos, alguns gêneros, como a carta, deixaram de ser tão utilizados, sendo substituídos pelo *e-mail* – em situações mais formais, como trabalho – ou por mensagens instantâneas nas redes sociais – podendo, inclusive, serem utilizadas com fins corporativos.

Segundo Bakhtin (1997), há três elementos que configuram os gêneros textuais: as condições de produção; a estrutura e os aspectos formais. Esses recursos são reordenados, de acordo com o contexto a que se vinculam e, conseqüentemente, aos discursos enunciados em

dados momento sócio-histórico. Dessa maneira, por meio dos gêneros, o falante consegue vincular diversas capacidades humanas referentes à linguagem, como adaptação ao contexto (repensar a linguagem utilizada de acordo com o ambiente e o momento em que se insere), capacidade discursiva (que tipos de sequências lógicas utilizar para isso) e capacidade linguístico-discursiva (como montar seu texto, que elementos utilizar, que vozes estarão presentes, se haverá modalização, etc.).

A seguir, apresenta-se um quadro explicativo sobre as diferenças e as características fundamentais das noções de gêneros e tipos textuais, segundo os estudos de Marcuschi (2008).

Quadro 1- Noções de gênero e tipo textual com base em Marcuschi

<b>Gênero textual</b>	<b>Tipo textual</b>
<p>São os textos em sua materialização. Quer dizer, é a partir dos gêneros textuais que se efetiva a comunicação, estão presentes na vida diária dos falantes.</p> <p>Eles apresentam características específicas, como composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos.</p> <p>São formas textuais estáveis, históricas e sociais situadas em um contexto.</p>	<p>É a forma como os textos se constroem, isto é, são as sequências enunciativas que emergem nos gêneros textuais, como aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo.</p> <p>Ao contrário dos gêneros, são fixos, em geral, perfazendo, 5 tipos textuais: narração, injunção, descrição, argumentação e exposição.</p> <p>Esses tipos podem se mesclar em um determinado gênero, entretanto, um será predominante.</p>

Fonte: A autora, 2022.

Seguindo esses pressupostos, eles (os gêneros textuais) vinculam um discurso e, também, a intencionalidade de quem os escreve. Em outras palavras, se a intenção é defender um ponto de vista sobre determinado assunto para um grande número de pessoas, presume-se que o autor escreverá um editorial – caso faça parte do âmbito jornalístico – ou um artigo de opinião, caso não faça parte da cena jornalística. Nota-se, a partir disso, que tais gêneros são utilizados quando alguém ou um veículo de informação deseja expressar a sua opinião sobre algo em destaque na contemporaneidade, principalmente de ordem política, social, econômica

ou ambiental. Dessa forma, os gêneros textuais associam-se à sua função social, isto é, para que e em que situações são utilizados, efetivamente.

Como os editoriais aparecem na forma escrita, faz-se crucial deslindar esse sistema e suas características. Em relação a isso, a escrita é uma atividade que envolve diversos processos de diferentes naturezas, são eles: linguísticos, cognitivos, pragmáticos, sócio-históricos e culturais. O processo de escrever, visto sob o âmbito da interação, compreende esse ato como uma concepção dialógica, já que se pensa no que e como escrever, no público-alvo e na situação comunicativa. De acordo com Koch e Elias (2009:34), “o produtor, de forma não linear, ‘pensa’ no que vai escrever e em seu leitor, depois escreve, lê o que escreveu, revê ou reescreve o que julga necessário”. Dessa forma, tal processo se configura como uma interação entre autor e leitor, os quais são construídos e se constroem na atividade comunicativa, na interação.

Em função disso, como o intuito é veicular a informação de forma que não suscite dúvidas em quem lê ou ouve, o conhecimento linguístico adequado, ou seja, dos mecanismos da língua se faz necessário para objetivar a compreensão do todo. À vista disso,

sob uma perspectiva interacional, obedecer às normas ortográficas é um recurso que contribui para a construção de uma imagem positiva daquele que escreve, porque, dentre outros motivos, demonstra: i) atitude colaborativa do escritor no sentido de evitar problemas no plano da comunicação; ii) atenção e consideração dispensadas ao leitor. (KOCH; ELIAS, 2009, p. 37).

Fazendo uma analogia ao estudo das autoras, essa atitude colaborativa se dá devido aos autores produzirem – ou intentarem produzir – textos que não suscitem dúvidas no leitor, obedecendo às normas ortográficas e gramaticais vigentes na LP.

Portanto, vale destacar que a LT é fundamental para a análise empreendida, já que, como esse gênero veicula a posição do jornal acerca de um tema, espera-se que marcas de oralidade não se façam presentes ou apareçam de forma irrisória.

### 1.1.3 Características do gênero editorial

Nessa etapa, pretende-se abordar o que é e como se configura o gênero editorial, seguindo as noções adotadas na subseção anterior, as quais preconizam que a interação social se dá e é efetivada por textos, mais especificamente gêneros textuais. Assim, haverá uma explanação acerca dessa composição textual, suas características, intencionalidade, suporte, público-alvo,

entre outros. Isto é, esta subseção tem como objetivo ocupar-se dos aspectos linguísticos e extralinguísticos que compõem o gênero em estudo.

De acordo com Maingueneau (2001, p. 71, *apud* MARCUSCHI, 1999, p. 173), “é necessário reservar um lugar importante ao *modo de manifestação material* do discurso ao seu *suporte*, bem como ao seu modo de difusão: enunciados orais, no papel, radiofônicos, na tela do computador etc.”. Tradicionalmente, os editoriais estão vinculados ao suporte do jornal (diário) ou das revistas (semanais/mensais), apresentando semelhanças e diferenças a depender de onde foi produzido. Essa pesquisa, entretanto, se deterá, exclusivamente, em editoriais jornalísticos, em especial aos *on-line*.

Esse gênero aparece na esfera jornalística, a qual veicula textos com função primordial de relatar informações ou expressar opiniões pautadas no acontecer “diário” (Melo, 1994). Em outras palavras, esse suporte (o jornal) objetiva informar, persuadir e difundir informações a um grande público-alvo. Assim, apresenta divisões bastante diversas em sua composição e em sua apresentação. Há seções destinadas à veiculação de informações referentes ao esporte, como resultados de partidas, contratações e próximos campeonatos/jogos. Há seções destinadas à exposição de produtos para compra e venda, como os classificados. Há seções destinadas à informação, com a presença de notícias e reportagens nacionais e internacionais. Há seções destinadas ao lazer destinadas à apresentação de eventos culturais, notícias sobre celebridades, jogos recreativos etc.

Ao observar essas divisões, nota-se que se segmenta em três grandes categorias: informativa, opinativa e interpretativa. No entanto, a dissertação recairá apenas sobre a parte opinativa, também denominada de Opinião. Nesse setor, encontram-se tanto textos que denotam as ideias e as críticas dos leitores – o gênero artigo de opinião – quanto as crenças e os julgamentos defendidos pelo veículo informativo – os editoriais.

No que diz respeito à esfera opinativa dos jornais, coexistem alguns gêneros nesse setor, os quais, em muitos casos, apresentam fronteiras opacas. Isto é, diferenciá-los se torna difícil, em alguns momentos, para leitores e estudiosos. Dessa forma, como relata Alves Filho (2005), diferenciar editoriais, artigos de opinião, crônica, comentário, resenha, carta de leitor e coluna de opinião assinada pode ser uma lacuna para os destinatários, uma vez que todos eles recobrem o juízo de valor de quem os escreve, ou seja, são a manifestação explícita da opinião acerca de um ponto de vista.

Um traço que recobre todos eles é o fato de expressarem abertamente opinião, isto é, de sair em defesa de um ponto de vista que está em disputa e que, portanto, depende de normas, valores e julgamentos. Dito de outro modo, a opinião no jornalismo não pretende veicular conhecimentos que possam ser atestados por critérios epistêmicos (como é o caso das ciências), mas expressar crenças avaliativas que implicam

juízo de bom ou ruim, certo ou errado, embora o discurso científico seja por vezes evocado para conferir sustentação à opinião, especialmente no editorial. Neste sentido, os textos opinativos servem bem de exemplificação da tese de Bakhtin de que os enunciados são sempre marcados pela apreciação valorativa (social) do locutor (ALVES FILHO, 2005, p. 120).

Um dos critérios utilizados para a diferenciação desses textos opinativos é, justamente, a assinatura que recebem. Enquanto os demais apresentam um autor, que se coloca e afirma dentro do texto, o editorial é assinado pelo veículo informativo. A autoria, nesse caso, é institucional, denota a opinião que aquela empresa jornalística defende em relação ao tema abordado.

No que se refere a esses aspectos, o gênero textual em estudo é produzido dentro do âmbito jornalístico com o fito de transpor a posição do suporte em relação a algum tema em discussão na sociedade.

É através do editorial, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade e ligado à existência e desenvolvimento da empresa, tentando, desse modo, orientar o pensamento social para a ação na defesa do bem comum. (BELTRÃO, 1980: 51-52)

Por conta desse fator, é estritamente necessário, conforme apontado por Koch e Elias (2009:34), uma boa apresentação do tema por meio de uma linguagem, seguindo as normas ortográficas, tal como uma estruturação complexa e lógica da língua utilizada para que seja enleada uma visão positiva de quem o escreve – no caso, o jornal. Por isso, também são feitas revisões linguísticas antes da publicação (na versão *on-line*) e da impressão (na versão física). Isto é, se o intuito é levar a posição do jornal sobre um tema em discussão na sociedade, torna-se importante um bom conhecimento e uma boa manipulação dos mecanismos linguísticos, para elencar uma visão positiva perante os leitores do que está sendo escrito, além de apresentar estruturas sintáticas com raciocínios lógicos bem construídos.

Como o intuito é persuadir o leitor a concordar com o jornal no que diz respeito a determinado tema, o tipo textual predominante é o da argumentação. Nesses textos, há a apresentação das ideias com certo grau de afastamento do autor – o que confere ao texto a sensação de imparcialidade – ainda que ele defenda uma tese (posicionamento). Por conseguinte, são utilizadas estratégias argumentativas que permitam expor a ideia e defendê-la, assim como apresentar contraargumentos para que não haja interpretações dúbias por parte do leitor. Nesse gênero, a intenção é persuadi-los, aclarar ou, até mesmo, modificar os seus pontos de vista sobre determinados assuntos. Assim, há (ou deveria haver) uma escolha lexical que configure objetividade, clareza e, sobretudo, vocabulário amplo e diversificado.

Quer dizer, a eleição por palavras específicas, que denotem, claramente, aquilo que se objetiva se faz crucial.

Essas escolhas vocabulares, normalmente, se pautam no uso de verbos no presente – devido a haver a necessidade de se discutir o acontecer diário –, advérbios modais e adjetivos – os quais são responsáveis pelo aspecto descritivo e valorativo sobre o tema –, conclusões pragmáticas e títulos nominais – os quais sintetizam aquilo que será discutido, além de chamarem a atenção do receptor.

Guerreiro Neto (2017) destaca que

os editoriais são construídos seguindo um esquema básico narrativo organizado em três categorias principais: definição da situação (onde o acontecimento é resumido), avaliação do acontecimento e conclusão (onde são apontadas expectativas sobre o futuro e recomendadas diferentes soluções aos atores envolvidos). Argumentos abstratos e uma descrição resumida estão entre as características semânticas dos editoriais. Os posicionamentos do jornal nos editoriais são apoiados por uma série de argumentos que contribuem com a função social persuasiva do gênero, de modo que os editoriais acabam por definir limites de valores e ações socialmente aceitáveis segundo aquele determinado periódico. (GUERREIRO NETO, 2017, p. 96)

Quanto ao público-alvo, alguns estudiosos, como Park (2008), ressaltam que os editoriais possuem destinatários mais específicos, normalmente pessoas da elite, intelectuais, ao passo que as notícias e outros gêneros informativos se destinam às grandes massas. Isso decorre da ampla discussão feita nesse gênero textual (o editorial), já que se utilizam argumentos de autoria, pautados em referências históricas, autores clássicos, especialistas – muitas vezes, em economia – e com uma manipulação linguística que, em grande parte, não é acessível a toda população brasileira.

Além disso, cabe destacar que nem todos os veículos informativos produzem editoriais, visto que esses denotam a opinião do jornal. Em outras palavras, para que haja a produção destes, o jornal em questão deve possuir “força” expressiva, ser altamente conhecido e ter um grande público-alvo. Geralmente, os veículos informativos que estão há mais tempo no mercado são os que contêm essa parte opinativa, uma vez que esse gênero textual elenca características muito específicas.

Diferentemente das notícias, eles precisam apresentar uma relação entre si durante o semanário. Quer dizer, a publicação de notícias díspares ao longo da semana é comum, ao passo que os editoriais precisam denotar uma relação entre si. Ainda que os temas sejam um pouco diferentes, eles devem apresentar algum vínculo. Isto porque o objetivo do jornal é servir como base para que o leitor se situe e tenha condições de se posicionar acerca dos fatos vivenciados em sua realidade, no “aqui e agora”.

Em outras palavras, cabe perguntar: o que faz com que o jornalismo se configure como um processo social autônomo, contínuo, permanente? É justamente a necessidade que têm os cidadãos de recorrer a uma ampla mediação para apreender uma realidade que se tornou muito ampla para ser captada pelos mecanismos de sensorialidade individual. Justifica-se portanto a manutenção de instituições que façam saber aos interessados o que está acontecendo e possam também dizer o que pensam dos fatos que ocorrem. (MARQUES DE MELO, 1985, p. 47)

Isto posto, na subseção seguinte serão tratados os conteúdos específicos dessa dissertação. Até o presente momento, fez-se necessária uma apresentação cuidadosa dos conceitos gerais que ancoram a pesquisa, como as noções de texto, de tipos e de gêneros textuais e as características do gênero estudado.

## 1.2 Conceitos específicos

### 1.2.1 As orações relativas, segundo Mollica (1977)

O estudo pioneiro acerca das orações relativas no Português Brasileiro é o trabalho de Mollica (1977) de base Variacionista. A autora observou essas estruturas por meio de sete entrevistas com 4 (quatro) informantes do Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobra. Essa pesquisa inovou o que, até o dado momento, havia de investigações sobre as orações tidas como relativas. A autora não observou apenas a fala ou a escrita de indivíduos com alto grau de letramento, tampouco seguiu os padrões daquilo que ditava a tradição gramatical, mas analisou como se estruturam essas orações na fala *descuidada* – menos monitorada – e quais as motivações para que o padrão não fosse observável nesses contextos.

Mollica (1977) aponta que o *que* tem sido o item, majoritariamente, utilizado para marcar a oração subordinada encaixada no período, seja na forma de complementizador (oração subordinada substantiva), seja na forma de pronome relativo (oração subordinada adjetiva). As ordenações sintáticas introduzidas por esse pronome têm sido objeto de estudo de diversos linguistas, tanto no que diz respeito ao Português Europeu quanto no tocante ao Português Brasileiro. Ao observar essas pesquisas, os linguistas atuais puderam depreender que tais estratégias têm origem no latim vulgar, no qual já se encontravam evidências referentes ao uso da estratégia copiadora/resumptiva (ver, por exemplo, Ilari 1999:113), como será apresentado adiante.

Em relação a sua estrutura, há diversas possibilidades, as quais, muitas vezes, são tratadas como incorreções nos compêndios gramaticais e vistas como uma “anomalia”. Nessa pesquisa inicial – a qual foi desenvolvida alguns anos posteriormente por Tarallo – a autora se deteve, predominantemente, à forma resumptiva, aquela em que o referente do pronome relativo aparece com um pronome cópia na oração encaixada. Tanto ela, quanto Tarallo (1983), observaram 3 estruturas sintáticas no que diz respeito às estratégias de relativização, são elas:

- (1) O rapaz com quem conversei (**estratégia padrão**)
- (2) O rapaz que eu conversei com ele (**estratégia copiadora/resumptiva**)
- (3) O rapaz \_ que eu conversei (**estratégia cortadora**)

Em (1), o núcleo do predicado verbal, o verbo *conversei*, seleciona um argumento interno na forma preposicionada. Esse argumento desempenha a função de objeto indireto e se refere, no exemplo acima, ao pronome relativo *quem*. Devido a essas implicações sintáticas, segundo as gramáticas tradicionais, *quem* deve vir precedido da preposição *com*; por isso, tal estratégia é denominada de *padrão*, uma vez que atende aos pressupostos dos compêndios da tradição.

Em (2) e (3), por outro lado, ainda que ambas apresentem o verbo *conversei* selecionando um argumento interno na forma de sintagma preposicional (SP) e este argumento se refira ao pronome relativo, não há a saliência da preposição que deveria anteceder-lo. Tais estratégias são denominadas de não padrão, por não atenderem ao que ditam as gramáticas prescritivas. Em (2), há a estratégia denominada copiadora, a qual *despe* o pronome relativo da sua função de retomar um constituinte, já que, na oração encaixada, há um pronome cópia que retoma seu referente. Isto é, nesse exemplo, há dois constituintes que se referem (ou deveriam se referir) a um mesmo termo, no caso *o rapaz*. Tanto *quem* quanto *ele* retomam este SN; por isso, a denominação de *copiadora*. Em (3), diferentemente de (2), não há a presença da preposição exigida pelo verbo *conversei*. Devido a esse fator, os linguistas a cunharam de estratégia *cortadora*, já que há o desaparecimento, o *corte*, da preposição exigida pelo núcleo verbal.

De acordo com a linguista, há contextos que são favoráveis para o aparecimento das estratégias não padrão – as estratégias do tipo (2) e (3). Após observar a fala de seus informantes do Mobral, ela verificou que alguns traços são determinantes para que tais estratégias sejam mais proeminentes na fala. Segundo Mollica (1977), algumas questões poderiam influenciar o apagamento dessas preposições ante o pronome relativo, como os traços [-humano], [+definido] e ideia coletiva. Ou seja, quando o pronome relativo se referir a

peças ou a coisas/seres personificados, a probabilidade de que ocorra uma estratégia cortadora é menor do que em casos em que o pronome relativo se refira a sentimentos, objetos ou outros seres vivos que não sejam humanos.

Além disso, a autora, também, observou quais são as funções mais desempenhadas pelos pronomes relativos. Segundo o seu estudo, a posição de sujeito é a preferida pelos falantes, sendo seguida pela de objeto direto. Ambas as funções não exigem que o pronome relativo seja acompanhado por preposição, o que as tornam menos complexas, para os falantes, do que as funções preposicionadas, como objeto indireto. Tais resultados são de extrema importância para a etapa dos resultados finais, em que serão analisados os dados referentes às estratégias de relativização encontradas em editoriais de jornal.

### 1.2.2 As orações relativas, segundo Tarallo (1983)

O estudo de Tarallo (1983) buscou dar continuidade ao que foi desenvolvido por Mollica (1977); por isso, há um tratamento, nesta pesquisa, que se volta a analisar mais detalhadamente o que foi proposto por ele, a fim de não se tornar repetitivo. Em consonância com o autor e conforme mencionado na subseção anterior, há três tipos de estratégias de relativização no PB, demonstradas em sua pesquisa, ao evidenciar as possibilidades encontradas na fala de indivíduos cultos brasileiros da área urbana de São Paulo (em um estudo sincrônico) e de cartas e peças teatrais do século anterior (em um estudo diacrônico). A seguir, encontram-se exemplos retirados de sua tese de doutorado, com o fito de detalhar mais a sua explanação:

(4) Tem as que (e.) não estão nem aí, não é? (**estratégia padrão**)

(5) Você acredita que um dia teve uma mulher, que ela queria que a gente entrevistasse ela pelo interfone. (**estratégia copiadora/resumptiva**)

(6) É uma pessoa que essas besteiras que a gente fica se preocupando (com) (e.), ela não fica esquentando a cabeça. (**estratégia cortadora**)

Nas três ocorrências do pronome *que*, tem-se distintas estratégias de relativização. Pode-se afirmar que se tratam de orações relativas devido ao *que* apresentar função sintática, na oração encaixada, pois se refere a um termo anteriormente expresso (ou recuperado pelo contexto) e, simultaneamente, introduzir a oração subordinada. Em (4), o pronome retoma o

referente de *as*, em (5) *mulher* e, em (6), *pessoa*. Essa dupla funcionalidade simultânea do pronome parece, em uma análise primeira, ser um dos percalços que os falantes do PB enfrentam ao tentarem produzir tais estruturas de acordo com o que preconiza a tradição gramatical.

Em (4), há a estratégia nomeada como padrão, de acordo com o autor. Essa oração recebe tal nomenclatura, uma vez que atende aos princípios ditados pela tradição gramatical, não havendo nenhuma incorreção na sua estrutura sintática. Na oração relativa, o pronome *que* exerce função sintática de sujeito; logo, não há necessidade de nenhuma preposição que o anteceda – já que esta é uma posição sintática que exige um SN, não um SP.

No entanto, as estratégias (5) e (6) apresentam alguns desvios, no que diz respeito à norma padrão, e são nomeadas como resumptiva/copiadora e cortadora, respectivamente. Em (5), há a estratégia denominada copiadora ou resumptiva, porque há uma cópia do pronome resumptivo. Em outras palavras, o falante marca duplamente a referência do pronome *que* por meio de um pronome cópia – no caso, o pronome pessoal *ela*. Tal tipo de estratégia pode ocorrer tanto em constituintes não preposicionados, quanto em constituintes preposicionados, como em “Esse é o menino *que* eu falei *dele* ontem”. Nesse exemplo, o pronome relativo *que* retoma o predicativo do sujeito “o menino” e, na oração encaixada, exerce a função de sujeito, além de aparecer duplamente marcado – tanto pelo pronome relativo [que] como pelo pronome pessoal acrescido de preposição [dele].

Por outro lado, em (6), há a estratégia denominada cortadora, a qual dispensa o uso da preposição atrelada ao pronome relativo. Essa estrutura, como evidencia Tarallo (1983), parece ter se tornado a preferida dos usuários, uma vez que há indícios de que o uso do *que* passou de uma função pronominal e caminha em direção a uma função de conector, puramente coesivo. Isso pode ter como causa a falta de esclarecimento dos falantes quanto à dupla funcionalidade do termo que encabeça essas estruturas (o pronome relativo).

Tarallo (1983), em consonância com os estudos apresentados anteriormente de Mollica (1977), ampliou o escopo defendido pela autora e demonstrou que alguns outros fatores de ordem semântica implicam, também, no surgimento das estratégias não padrão, além de marcar uma mudança em curso, já que a cortadora aparece em grande frequência na fala – mesmo sendo muito recente na época de seu estudo. Até aquele momento, essa estratégia era um fenômeno típico da oralidade. À vista disso, ao aparecer na escrita monitorada, era vista como um fenômeno denominado de “vazamento” da oralidade (ABAURRE, 1991).

Segundo Melo (2010), essa mudança pode ser proveniente das camadas mais baixas da população, também, conhecido como mudança de baixo para cima, de acordo com Labov (1972). Em outras palavras, nota-se que o predomínio da *cortadora* em detrimento da *copiadora* pode ter como origem fatores socioculturais, uma vez que as produções linguísticas desses falantes, muitas vezes, são estigmatizadas pelos mais escolarizados, o que se torna recorrente, inclusive, no que diz respeito às estratégias de relativização.

Dentre as motivações que implicam o aparecimento de estratégias cortadoras, no estudo ampliado de Tarallo (1983), destacam-se: i) distância entre o SN e a oração relativa; ii) o tipo de relativa – as restritivas são mais salientes; iii) alguns traços, como [+humano], [+singular] e [+definido]; iv) a função de sujeito e v) a posição em que aparece a relativa (antes ou após a oração principal). Esses aspectos influenciam o aparecimento do pronome cópia, porque o falante precisa de uma espécie de lembrete, fonológica e sintaticamente marcado, para que não perca o seu raciocínio sintático. Dito de outra maneira, ele desfaz o processamento complexo que as orações relativas padrão exigem e constrói uma sentença mais próxima da construção “normal” [- complexa] do PB.

No entanto, o surgimento das estratégias cortadoras parece ter uma motivação morfossintática. Em estudo posterior, na obra *Fotografias Sociolinguísticas*, Tarallo (1989) notou que esta saliência é movida pela alteração no uso do quadro dos pronomes em PB. Ao analisar as mudanças quanto ao emprego efetivo das categorias pronominais na fala de indivíduos cultos, notou que isso poderia impactar, inclusive, nas estratégias de relativização. De acordo com sua análise, nas posições de sujeito havia maior preenchimento por um pronome resumptivo (favorecimento de estratégias copiadoras/resumptiva), enquanto nas posições de objeto e SP havia uma elipse, ou seja, houve uma tendência ao não pronunciamento do clítico. Em outras palavras, o surgimento em grande escala das estratégias cortadoras, já naquela época, pode-se dever ao fato de que os falantes do PB têm utilizado poucos ou nenhum clítico nas posições de objeto (direto ou indireto), preferindo a elipse. O apagamento dessas posições esbarra/recai sobre as estruturas relativas, já que não há uma evidência dessa preposição que os acompanha. Logo, as estratégias *cortadoras* tornam-se mais usuais do que as *copiadoras*, quando em posição de objeto.

Por mais que esse estudo – Tarallo (1983) - tenha sido feito no final do século passado e tenha focalizado a fala de pessoas cultas, há grande importância para o tratamento e a análise empreendida na pesquisa, porque vão ao encontro aos objetivos gerais e específicos explicitados na introdução. Além disso, tanto o autor quanto Mollica (1977) sugerem que a

estratégia cortadora irá, gradativamente, ocupar as estruturas em que deveria utilizar a estratégia padrão – segundo a tradição gramatical.

Em conformidade com Ribeiro e Figueiredo (2009), a relativa padrão está mais ligada à fala formal e à escrita, o que as caracteriza como um artefato prescritivo, adquirido com ensino explícito. As autoras assumem a hipótese de que essas estratégias (padrão) se tornem mais comuns com o avanço no *continuum* de letramento, o que não exclui a possibilidade de haver situações em que se alterne ora estruturas padrão ora estruturas com ausência da preposição exigida.

Portanto, de acordo com a visão dos linguistas acima e das revisões de literatura empreendidas, encontrar estratégias não padrão na escrita com alto grau de formalidade pode reafirmar a tese defendida por Mollica (1977), em seu estudo revisitado, e por Tarallo (1983) de que as estratégias cortadoras, gradativamente, substituirão as padrão.

## 2 A ABORDAGEM DAS ORAÇÕES RELATIVAS EM GRAMÁTICAS

Esse capítulo objetiva analisar o fenômeno complexo das orações relativas, partindo, em um primeiro momento, para a tradição gramatical e, em um momento posterior, para as gramáticas de uso. Nessa etapa, a proposta é verificar as noções de pronome, pronome relativo e orações relativas/adjetivas nesses compêndios, visto que as estratégias de relativização não devem ser observadas somente por sua estrutura sintática, mas pelos diferentes constituintes (pronomes relativos) que a compõem, isto é, deve-se observar desde o *micro* até o *macro*.

Em relação a isso, cabe discutir a nomenclatura adotada na presente pesquisa. Tendo em vista os estudos linguísticos empreendidos e a revisão de literatura adotados, optou-se pela forma *orações relativas* em lugar de *orações adjetivas*. Essa escolha se pautou no fato de que diversos linguistas e gramáticos, como Mira Mateus (2003), cunham essa ordenação sintática de tal maneira.

De acordo com Mateus *et al* (2003), as orações relativas são “orações subordinadas iniciadas pelos tradicionalmente designados ‘pronomes’, ‘advérbios’ ou ‘adjetivos relativos’, que modificam um termo nominal antecedente ou também uma oração” (MATEUS *et al*, 2003, p. 655). Partindo desses pressupostos, a adoção desse termo se torna mais relevante, uma vez que não vislumbra a oração por seu caráter semântico, mas, puramente, estrutural. Quer dizer, a nomenclatura *oração adjetiva*, embora seja a adotada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), relaciona-se mais com o aspecto significativo dessas ordenações sintáticas – já que, em muitos contextos, se comportam como adjetivos – do que com seus aspectos estruturais.

A autora, ao assumir essa nomenclatura distinta, também inova ao classificar semanticamente estas orações. Para ela, as orações relativas dividem-se em: i) orações relativas restritivas ou determinativas e ii) orações relativas apositivas ou não restritivas. Tal noção, de modo semelhante à analogia feita com o termo *relativas*, igualmente segue uma ordem estrutural. Segundo Mira Mateus (2003), deve-se observar o comportamento sintático dessas orações. Enquanto as restritivas agem como um determinante, especificando e reduzindo o conjunto do constituinte a que se referem, as apositivas se comportam como um aposto, explicando e sendo uma extensão do SN a que aludem.

Sua classificação vai na contramão dos estudos empreendidos por alguns gramáticos, ao colocar o critério sintático sobreposto ao critério semântico. Por isso, a escolha desses termos

se fez operante na presente pesquisa, uma vez que se observa a estrutura e a relação entre os constituintes pertencentes às orações relativas.

## 2.1 A tradição gramatical

Nessa subseção, pretende-se analisar como a tradição gramatical aborda as orações relativas, tendo em vista que esses compêndios são priorizados na consulta de normas para produzir textos mais formais, sobretudo, na vida escolar e acadêmica.

Antes de iniciar as análises e as catalogações dos fenômenos estudados nesta etapa, vale recordar os conceitos de *falantes cultos*, *norma-padrão* e *norma gramatical* para, depois, tratá-los com mais afinco. Isso se faz importante, uma vez que o foco do trabalho recai, principalmente, sobre a escrita dos falantes tidos como cultos do PB e, também, por analisar os fenômenos sob um viés tanto prescritivista quanto descritivista.

Segundo Faraco (2008), o falante culto é aquele que conseguiu completar o Ensino Médio considerando as pressões econômicas e sociais, como a instrução formal, após a Revolução Industrial. Em um país com pouco acesso aos meios educacionais, o conhecimento linguístico formal fica reduzido a poucos membros da sociedade.

Se a maioria da atual população adulta brasileira não chegou a completar o ensino médio, a maioria dos nossos jovens não tem ainda acesso garantido a esse nível de ensino. Ou seja, os bens educacionais e culturais estão muito mal distribuídos na nossa sociedade. Uma das consequências disso é que só uma minoria tem acesso efetivo à cultura letrada, o que inclui o estudo da chamada norma culta. Esta, embora em boa parte identificada, na fala, como a linguagem urbana comum em seus usos mais monitorados, continua sendo, no Brasil, em especial na escrita, um fenômeno restrito: é ainda um bem cultural de poucos. (FARACO, 2008, p. 59).

É através desse olhar que o presente estudo vislumbra as orações relativas, tendo em mente que, nessa etapa, serão tratados, apenas, o uso e as manifestações desse fenômeno na escrita de indivíduos com maior grau de escolaridade. O olhar da presente pesquisa se volta às estruturas que são privilegiadas na escrita desses falantes, com o intuito de perceber se há ou não um processo de mudança, como se percebe na fala tanto de indivíduos letrados quanto de indivíduos não letrados.

Em relação aos conceitos de *norma-padrão* e *norma gramatical*, tem-se que a primeira é uma construção abstrata, em que os falantes cultos se pautam para utilizar em suas práticas efetivas (norma culta). A norma-padrão é uma forma de abstração, uma tentativa de uniformização e de neutralização das variedades presentes na língua, enquanto a norma culta

é a sua efetivação por meio de falantes cultos. Já a segunda (norma gramatical) é um entremeio entre a norma padrão, pautada nos grandes escritores clássicos, e a efetivação da norma culta, sendo a norma encontrada nos compêndios gramaticais, como gramáticas e dicionários da língua (FARACO, 2008).

Ainda que se discutam termos como *norma culta* e *norma gramatical*, essa subseção não tem o objetivo de ir na contramão da tradição gramatical brasileira, mas de observar se os usos e os conceitos apresentados condizem com o que se vê, propriamente, na escrita dos indivíduos mais escolarizados. É importante ressaltar esse ponto, pois os compêndios da tradição gramatical não surgiram pautados nos usos dos falantes cultos do século XIX, mas pautados nos aspectos lusitanos, a fim de combater as variedades do português popular. Dessa forma, cabe averiguar se tais variedades encontram-se na produção de orações adjetivas/relativas na análise de textos formais de falantes cultos, como os editoriais de jornal.

Com o propósito de seguir com esse estudo, analisam-se 3 gramáticas em relação aos fenômenos tratados, são elas: *Moderna Gramática Portuguesa* (BECHARA, 2009), *A nova gramática do Português Contemporâneo* (CUNHA; CINTRA, 2007) e *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (ROCHA LIMA, 2011).

A escolha foi motivada por esses estudiosos serem bastante renomados e conhecidos por seus estudos contínuos quanto à tradição gramatical. Além disso, as nomenclaturas utilizadas seguem o padrão da NGB, a qual intenta uniformizar/padronizar as terminologias em uso, no que tange aos aspectos gramaticais no Brasil, servindo como base para escolas e para a construção de livros didáticos. Em cada uma das subseções são analisadas as conceituações e os tratamento dados por cada autor sobre os fenômenos dos pronomes relativos e das orações adjetivas<sup>1</sup>.

A investigação a seguir será feita seguindo os seguintes critérios: i) conceituação dos pronomes relativos; ii) seus usos; iii) conceituação de orações adjetivas; iv) suas classificações e v) seus empregos. Essa abordagem priorizará os usos dos pronomes *que*, *quem*, *cujo*, *onde* e *como*, bem como das preposições que podem vir a antecede-los.

### 2.1.1 A abordagem das orações adjetivas, segundo Bechara (2009)

---

<sup>1</sup> Nesse momento, não cabe colocar o nome “orações relativas”, já que a tradição gramatical segue a nomenclatura de orações adjetivas, conforme a NGB, como apontado no início do capítulo.

Em primeiro plano, a escolha pela gramática de Evanildo Bechara (2009) foi orientada devido ao fato de, além de ser um gramático reconhecido no PB, ser membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Galega da Língua Portuguesa e, inclusive, *doutor honoris causa* pela Universidade de Coimbra. Ademais, a sua obra eleita para esse trabalho passou por diversas revisões, sendo fruto de uma pesquisa que se iniciou em 1961 e recolheu fatos da LP até o presente momento.

Ao analisar a gramática de Bechara (2009), é importante, a princípio, dar um tratamento especial à classe das palavras categoremáticas, dos pronomes e dos usos do pronome relativo, antes de tratar as orações adjetivas. Isso porque o autor deslinda não somente a conceituação dessa classe de palavras, mas seu uso, sob o viés da tradição gramatical.

O pronome, de acordo com o filólogo, insere-se nas classes categoremáticas, uma vez que não representa nenhuma matéria extralinguística, diferenciando-se “dos lexemas porque não possuem significado lexical, ou, se apresentam, têm um significado genérico (‘pessoa’, ‘coisa’, ‘tempo’, ‘lugar’, ‘modalidade’, etc.), dado pela situação ou palavras do contexto” (BECHARA, 2009:112). Logo, o pronome não tem um significado em si próprio, porém se constrói no contexto de acordo com o objeto substantivo a que se refere. Ele é utilizado para demarcar e localizar discursivamente a pessoa no discurso, isto é, ele demarca em que posição (1ª, 2ª ou 3ª) está localizado o seu referente, sem apresentar um significado extralinguístico.

Em relação aos pronomes relativos, Bechara (2009) marca a dupla funcionalidade simultânea do pronome relativo: i) referir-se ao termo antecedente e ii) ser um transpositor de oração.

À vista disso, segue o exemplo retirado da gramática<sup>2</sup>:

Eu sou o freguês *que* por último compra o jornal.

O *que* se refere à palavra *freguês*.

Segundo Bechara (2009:171), nessa sentença:

O pronome relativo *que* desempenha dois papéis gramaticais: além de sua referência ao antecedente como pronome, funciona também como transpositor de oração originariamente independente a adjetivo e aí exercer função de adjunto adnominal deste mesmo antecedente. No exemplo, a oração *O freguês compra por último o jornal* é degradada a função de adjunto adnominal na oração complexa: Eu sou o freguês [*que* por último compra o jornal].

O autor destaca a função sintática de adjunto adnominal que esse termo exerce, funcionando dentro do SN *o freguês*. Ademais, o fato de apresentá-lo como um transpositor

---

<sup>2</sup> Ver Bechara (2009:171).

de orações é interessante, já que, em algumas análises, como de Mollica (1977) e Tarallo (1983), o aspecto de relativo do pronome parecia estar se perdendo, ao passo que parecia se assemelhar a um complementizador. Isto é, segundo as análises dos linguistas, parece que esse pronome estava perdendo a sua essência de pronome e tornando-se uma conjunção integrante, unindo orações dependentes sintaticamente.

Ao tratar o pronome relativo dessa maneira, ele, além de recuperar a função dessa classe de palavras – retomar algo expresso ou subentendido – reafirma, também, o caráter conjuntivo/coesivo dela. No entanto, em parágrafos seguintes, marca a distinção entre os dois: o pronome relativo exerce função sintática, enquanto a conjunção integrante não o faz. Para o autor, “o transpositor pronome relativo *que* difere do transpositor conjunção integrante porque este não exerce função sintática na oração em que está inserido, enquanto o relativo exerce sempre função sintática” (BECHARA, 2009:171).

No que tange aos seus empregos, a abordagem é feita de maneira breve na parte destinada à explicação dessa classe para, em momento posterior, destinar uma subseção a fim de tratar alguns casos de maneira detalhada, como as distinções de uso entre *que* e *o qual*.

*Quem* se refere a pessoas ou coisas personificadas e sempre aparece precedido de preposição. *Que* e *o qual* se referem a pessoas ou coisas. *Que* e *quem* funcionam como pronomes substantivos. *O qual* aparece como substantivo ou adjetivo [...]  
*Cujo*, sempre com função adjetiva, reclama, em geral, antecedente e conseqüente expressos e exprime que o antecedente é possuidor do ser indicado pelo substantivo a que se refere [...]  
*Quanto* tem por antecedente um pronome indefinido (*tudo, todo, todos, todas, tanto*). (BECHARA, 2009:171-172)<sup>3</sup>

Ainda nessa parte, o filólogo trata, brevemente, o caso de *quem* e *onde* como pronomes relativos sem antecedente expresso. Em relação a estes, faz uma pequena observação: “os relativos sem antecedentes também se dizem *relativos indefinidos*. Muitos autores preferem, neste caso, subentender um antecedente adaptável ao contexto. Interpretando *quem* como *a pessoa a que*, *onde* como *o lugar em que* [...]” (BECHARA, 2009:172). Isso se configura como importante na apresentação e no uso desses pronomes, porque, conforme sinaliza o autor, na área destinada às orações adjetivas, esse olhar poderá acarretar problemas na classificação das orações subordinadas, como se verá adiante.

A parte que versa sobre o emprego dos pronomes é dividida em duas partes, são elas: o uso dos relativos com antecedente expresso e o uso dos relativos livres, aqueles sem antecedente expresso. Segundo o gramático, utiliza-se *o qual* (e suas flexões), em vez de *que*, em sentenças em que o antecedente e o relativo apresentam certa distância e pode haver

<sup>3</sup> Para acesso detalhado dos exemplos, ver (BECHARA, 2009:172).

ambiguidade, como em “o guia da turma, o *qual* veio nos visitar hoje, prometeu-nos voltar depois”<sup>4</sup>. Nessa estrutura, sem o uso de *o qual*, a oração tornar-se-ia ambígua, não sabendo se o relativo se refere ao núcleo *guia* ou à *turma*.

Ainda em relação ao uso de *o qual* e *que*, o autor prescreve algumas normas para os seus leitores, como, por exemplo, “evitar com cuidado o grande distanciamento entre o antecedente e o correspondente relativo, principalmente se este estiver precedido de dois nomes que podem assumir esta referência” (BECHARA, 2009:200). Para ilustrar essa observação, Evanildo Bechara utiliza um trecho de Camilo, que também foi referido por Mário Barreto:

“Eu de mim, se não estivesse amortalhada no sobretudo do meu marido, *que* vou escovar (o sobretudo), era dele, como a borboleta é da chama (...)”<sup>5</sup>

Nesse exemplo, poderia haver uma confusão entre o referente do pronome *que*, se este não fosse recuperado nos parênteses, ou seja, não se saberia de fato se o antecedente é *marido* ou *sobretudo*. No entanto, devido à carga semântica de *escovar*, seria mais coerente recuperar *sobretudo* em vez de *marido*.

Ao final, ele elucida o uso de *que* e *o qual* diante de algumas preposições (parte que causa muitas dúvidas aos falantes). Nessa etapa, o filólogo é extremamente descritivo, não fazendo muitos juízos de valor quanto aos usos, mas mostrando quais são as formas de relativo preferidas diante de determinadas preposições, motivados, principalmente, pela saliência fônica<sup>6</sup> da preposição que antecede o relativo.

Empregamos *sem que* ou *sem o qual*, *a que* ou *ao qual*, *de que* ou *do qual*, mas dizemos com mais frequência *apesar do qual*, *conforme o qual*, *perante o qual* etc. O movimento rítmico da frase e a necessidade expressiva exigem, nestes casos, um vocábulo tônico (como *o qual*) em lugar de um átomo (como *que*). (BECHARA, 2009:200)

Por último, Bechara faz uma breve menção – ainda que sem nomeá-la segundo a catalogação de Tarallo (1983) – sobre as relativas cortadoras. Embora sua gramática seja de cunho normativo, ele demonstra como pode haver variação na estrutura de determinadas orações adjetivas, o que se configura como um avanço tendo em vista o estigma que essas questões sofreram ao longo do tempo nos compêndios da tradição.

Para isso, inicia sua discussão demonstrando como a preposição pode migrar para antes do antecedente do relativo, como em “A barra é perigosa, como dissemos: porém a enseada

<sup>4</sup> Retirado de Bechara (2009:199).

<sup>5</sup> Retirado de Bechara (2009:200). Uniformizar: ora usa (ano: p. x) ora (ano, p. X).

<sup>6</sup> Segundo Scherre (1989:301), o princípio da saliência fônica “consiste em estabelecer que as formas mais salientes, e por isso mais perceptíveis, são mais prováveis de serem marcadas do que as menos salientes”

fechada é ancoradouro seguro, *pelo que* (o porquê, a razão por que) tem sido sempre couto dos corsários de Berbéria”<sup>7</sup> [AH.2, 69]. Nesse exemplo, a preposição *por* migra para antes do antecedente do pronome relativo, o *o*. Assim, ele consegue demonstrar o porquê, em algumas construções, se omite a preposição que deveria acompanhar o relativo, em sentenças como a presente em sua gramática: “Você só gosta *das coisas que* não deve (por: *das coisas de* que não deve)”. Nesse tipo de sentença, segundo o autor, por já haver uma preposição precedendo o antecedente (no caso *coisas*), pode acontecer de a preposição – que deveria acompanhar o relativo – não aparecer na construção.

Essa explanação se faz bastante necessária – embora apareça de forma breve – porque pode propiciar aos leitores uma melhor compreensão do fenômeno das orações adjetivas, ao, possivelmente, notarem que não aparecem de forma estática na língua, que há motivações de ordem sintática que condicionam sua variação.

Em relação aos relativos universais, ele traz uma reflexão acerca dos usos correntes, conforme se observou no trabalho de Tarallo (1983). Utiliza um exemplo com relativa resumptiva/copiadora e explícita que tal pronome aparece apenas como um transpositor de oração, mas que a função sintática que deveria exercer vem expressa por meio do pronome cópia adiante, como em “ali vai o homem que eu falei com ele”<sup>8</sup>. Segundo Bechara (2009:201), “na linguagem coloquial e na popular pode aparecer o pronome relativo despido de qualquer função sintática, como simples transpositor oracional. A função que deveria ser desempenhada pelo relativo vem mais adiante expressa por um substantivo ou pronome precedido de preposição”.

Novamente, o filólogo inova ao trazer concepções sobre as orações adjetivas que são abordadas em estudos linguísticos, mas que, ainda, parecem ser estigmatizadas pela tradição. Esse caráter inovador refere-se ao fato de que, por vezes, os fenômenos observados na fala cotidiana e na escrita em contextos menos formais, até então, eram vistos como anomalias ou incorreções nas gramáticas e, por conseguinte, nem eram apreciados. Entretanto, o autor os apresenta, ainda que de forma prescritivista.

Ao analisar o caráter das orações complexas, Bechara (2009) traz uma estrutura em que o sujeito possui um modificador na forma de *adjetivo*, a fim de demonstrar o porquê de essas estruturas receberem a nomenclatura de adjetiva. Veja a seguir o exemplo trazido por ele:

---

<sup>7</sup> Exemplo retirado de Bechara (2009:200).

<sup>8</sup> Retirado de Bechara (2009:201).

O aluno estudioso vence na vida.<sup>9</sup>

Segundo o autor, “o adjunto adnominal representado pelo adjetivo *estudioso* pode, também, ser representado por uma oração que, pela equivalência semântica e sintática com *estudioso*, se chama *adjetiva*”, como em:

O aluno que estuda vence na vida<sup>10</sup>.

A partir disso, aborda a questão do *que* como um transpositor, isto é, aquele termo que não somente junta as orações – como ocorre nas orações coordenadas – mas que marca o processo de transformar uma oração superior/independente em um constituinte de uma outra oração (processo de subordinação).

O autor traz esse exemplo para explicar o processo de transposição que ocorre nesse tipo de orações. Isto posto, ao desmembrar a oração em duas independentes, ter-se-ia: o aluno estuda/ o aluno estudioso vence na vida. Logo, a oração independente “o aluno estuda” torna-se membro do sujeito “o aluno” e assume o estatuto de adjunto adnominal; por isso, a denominação de *oração adjetiva*.

Depois desse ponto, Bechara (2009) trata a questão dos relativos marcados por índice preposicional. Para isso, o gramático apresenta, mais uma vez, o caráter de transpositor desse relativo e faz a divisão da oração complexa em orações independentes.

O livro de *que* gostas está esgotado.

A cidade a *que* nos dirigimos ainda está longe<sup>11</sup>.

Em ambos exemplos trazidos pelo autor, o pronome relativo possui a necessidade de vir acompanhado da preposição, já que, na oração subordinada, o predicador exige que o referente desses pronomes venha na forma de sintagma preposicional, como *gostas do livro* e *nos dirigimos à cidade*, respectivamente. Ao mostrar como essas orações funcionam de forma independente, ele ilustra o porquê de necessitar do uso da preposição antes do relativo.

Mais adiante, destina-se a explorar as orações adjetivas explicativas e restritivas. Conforme menciona, “a adjetiva explicativa alude a uma particularidade que não modifica a referência do antecedente e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem prejuízo total da mensagem” (BECHARA, 2009:467). A fim de ilustrar o exposto, utiliza uma frase

<sup>9</sup> Exemplo retirado de Bechara (2009:465).

<sup>10</sup> Exemplo retirado de Bechara (2009:465).

<sup>11</sup> Exemplos retirados de Bechara (2009:466).

(descontextualizada) para fins didáticos: “O homem, que vinha a cavalo, parou defronte da igreja<sup>12</sup>”. Segundo o filólogo, essa oração denuncia que havia *apenas* um homem e que poderia ser retirada, sem prejuízo de valor. Entretanto, apresenta, adiante, a diferença entre essa estrutura e a restritiva, a partir de um exemplo parecido: “O homem que vinha a cavalo parou defronte da igreja<sup>13</sup>”. Para Bechara, esse tipo de construção “demonstra que na narração havia mais de um homem, mas só o ‘que vinha a cavalo’ *parou defronte* da igreja. Ademais, rememora que a distinção entre essas ordenações, na escrita, é feita por meio do uso de vírgulas, sendo a oração adjetiva explicativa separada da oração principal através do uso de vírgulas, enquanto a restritiva não.

Por último, ele trata de duas questões: a adjetivação de orações originariamente substantivas e a subordinação de orações originariamente adjetivas. Em relação àquela, demonstra como algumas construções de adjunto adnominal com papel de modificador podem aparecer de formas distintas, como *homem corajoso* e *homem de coragem*. Caso semelhante ocorre ao substituir esses sintagmas por orações, seja com núcleo substantivo, seja com núcleo adjetivo, como em “O desejo *de que se apurem os fatos* é a maior preocupação dos diretores” e “Estávamos todos desejosos *de que o concurso saísse logo*”. Nessa etapa, o autor observa que tais orações possuem natureza de adjetivos; logo, deveriam ser classificadas como orações subordinadas adjetivas e não como orações subordinadas substantivas, conforme se faz na tradição. De acordo com Bechara (2009:468), “elas são primitivamente substantivas, mas que, num segundo momento de estruturação, para funcionarem como modificadoras de substantivos e adjetivos, são transpostas a adjetivas mediante o concurso da preposição”.

No que diz respeito à substantivação de orações originariamente adjetivas, a gramática aborda o fato de alguns estudiosos da língua desmembrarem essas orações sem antecedente explícito em aquele(s)/aquela(s) e darem o estatuto de pronome demonstrativo ao elemento (o/a) que antecede o pronome relativo. Isso pode ser perceptível diante do seguinte exemplo trazido por Bechara (2009:468):

O homem que cala e ouve não dissipa *o que sabe*, e aprende *o que ignora* [MM].

Segundo o autor, o que ocorre nesse tipo de construção é uma substantivação do caráter de adjetivo dessas orações, como ocorre em frases como *O homem sábio é guia seguro* e *O sábio*

<sup>12</sup> Exemplo retirado de Bechara (2009:467).

<sup>13</sup> Exemplo retirado de Bechara (2009:467).

*é guia seguro*<sup>14</sup>. Na segunda oração, o termo *sábio* é substantivado, ocupando a posição de núcleo do SN. De forma semelhante, a oração tida como adjetiva na tradição é substantivada pelo *o/a* que a antecede, conforme argumenta Evanildo Bechara.

Ao final dessa seção, retomarei alguns conceitos e explicações dados por Bechara (2009), comparando com explicações e exemplificações das outras duas gramáticas analisadas, a fim de elucidar quais as contribuições de cada uma para a pesquisa. Ao longo de sua explicação sobre os fatos linguísticos analisados, o autor conseguiu se diferenciar da tradição ao descrever alguns usos que aparecem na linguagem coloquial.

### 2.1.2 Pronome relativo e orações adjetivas, segundo Cunha e Cintra (2007)

A escolha da gramática, de Celso Ferreira da Cunha e Luís Filipe Lindley Cintra, se pautou no fato de que, também, são escritores renomados no campo dos estudos gramaticais, além de tomarem como ponto de partida o português atual, em seu registro formal. Em sua análise gramatical, os autores se orientam de acordo com os usos da língua por parte de escritores brasileiros, portugueses e africanos desde o Romantismo até a atualidade.

Ao analisar esse compêndio, percebe-se que há uma preocupação em dedicar um capítulo a cada classe de palavras e a seu emprego na frase. Apesar de Bechara (2009) também o fazer em sua gramática, o filólogo dedica uma subseção para as classificações de cada classe (quando há) e, depois, para seus possíveis empregos, os autores referidos Cunha e Cintra o fazem de forma diferente, mesclando as classificações com seus empregos.

No que tange à definição de pronome, no capítulo 11 (onze), eles seguem uma linha de caráter sintático, uma vez que abordam a função de substituir ou acompanhar um nome, tendo equivalência às funções exercidas pelos elementos nominais. Para isso, utilizam as definições de pronome substantivo e de pronome adjetivo. Depois, divide-os em relação às suas possíveis classificações, como se vê no trecho abaixo:

Os pronomes desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais.

Servem, pois:

- a) para representar um substantivo:

Os **campos, que** suportaram a longa presença solar a queimá-**los** incessantemente, recebem agora a água abundante com uma gula feliz. (A. Frederico Schmidt, GB, 294.)

- b) para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado:

<sup>14</sup> Retirado de Bechara (2009:468).

— Quanto valem, és capaz de dizer? Leques espanhóis, de seda, de **alguma bisavó do meu tio** cônego, com **estas pérolas** de prata e ouro! (F. Namora, T/, 103.) (CUNHA E CINTRA, 2007:289)

A análise empreendida pelos autores, nessa fase inicial, pauta-se, principalmente, no aspecto morfosintático que essa classe desempenha na sentença, diferindo-se de alguns compêndios didáticos e normativos, que aludem, em especial, sobre os aspectos semânticos. Há um olhar mais atento a aspectos sintáticos, os quais, muitas vezes, se tornam esquecidos ou ficam em segundo plano em alguns materiais.

Outro fator importante que se destaca nessa etapa é o fato de que os autores já trazem um exemplo com pronome relativo, o qual, segundo a descrição empreendida, possui função substantiva, isto é, eles destacam – ainda que de forma subentendida – que esse pronome retoma um referente conhecido e o substitui. Dessa forma, substantivo e pronome tornam-se correferentes.

Em relação ao conceito de pronome relativo, eles são sucintos na categorização: “São assim chamados porque se referem, de regra geral, a um termo anterior – O ANTECEDENTE” (CUNHA E CINTRA, 2007:356). Para conceituá-los, partem do aspecto significativo do termo relativo – aquele que estabelece uma relação – tratando-os como pronomes que se referem a um termo já mencionado ou subentendido pelo discurso (antecedente). Após isso, apresentam-nos em relação à sua forma: i) invariável (*quem, que, onde*) e ii) variável (*o/a qual, cujo(s), cuja(s), quanto(s) e quantas*); iii) forma simples (*que, quem, cujo, quanto e onde*) e iv) forma composta (*o qual*). Por último, dissertam sobre a natureza do antecedente, que pode ser: pronome, substantivo, advérbio, adjetivo ou oração.

Ao abordar as funções sintáticas, trazem mais uma definição sobre os pronomes relativos, diferenciando-os das conjunções. Segundo eles:

Os pronomes relativos assumem um duplo papel no período por representarem um determinado antecedente e servirem de elo subordinante da oração que iniciam. Por isso, ao contrário das conjunções, que são meros conectivos, e não exercem nenhuma função interna nas orações por elas introduzidas, estes pronomes desempenham sempre uma função sintática nas orações a que pertencem. (CUNHA e CINTRA, 2007:358)

A fim de ilustrar essa asserção, eles trazem 1 (um) exemplo para cada função sintática que o pronome relativo pode desempenhar. São elas: sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adverbial e agente da passiva. Esses exemplos são pautados em frases de escritores renomados, consagrados, já que se trata de um compêndio da tradição gramatical. A seguir, há os três exemplos iniciais apresentados para melhor ilustrar as ideias. Essa escolha foi motivada pelos estudos de Tarallo (1983) e

Mollica (1977), conforme visto no capítulo 2, os quais demonstraram que as classes a seguir são as mais desempenhadas pelos pronomes relativos:

1. Sujeito:

Quero ver do alto o horizonte,  
Que foge sempre de mim. (O. Mariano, TVP, II, 434.)  
[que = sujeito de foge].

2. Objeto direto:

—Já não se lembra da picardia  
que me fez? (A. Ribeiro, M, 67.)  
[que = objeto direto de fez].

3. Objeto indireto:

Eu aguardava com uma ansiedade medonha esta cheia  
de que tanto se falava. (J. Lins do Rego, ME, 58.)  
[de que = objeto indireto de se falava]. (CUNHA e CINTRA,  
2007:358)

Ao fazer uma breve explicação, a qual demonstra a que função sintática pertence o pronome relativo na oração encaixada, os autores conseguem ser sucintos e didáticos quanto à possibilidade de referente e de pronome estabelecerem funções distintas nas duas orações. Por exemplo, em 1., o núcleo nominal *horizonte* é o núcleo do objeto direto de *ver* na oração principal, enquanto, na oração subordinada, é o sujeito de *foge*.

Além disso, nesse momento, há uma observação, ao final das exemplificações, sobre o emprego de certos pronomes relativos, como o *cujo* e o *onde*: “Note-se que o relativo cujo funciona sempre como adjunto adnominal; e o relativo onde, apenas como adjunto adverbial” (CUNHA e CINTRA, 2007:359).

Antes de se ocuparem dos empregos dessa classe de palavras, os autores tratam do caso dos pronomes sem antecedente expresso, como *quem* e *onde*. Semelhante à análise empreendida por Bechara (2009), eles também abordam a questão de alguns gramáticos desenvolverem a oração, utilizando um pronome demonstrativo para melhor analisar, como “Passeias **onde** não ando,/ andas sem eu te encontrar” (F. Pessoa. QGP, n.º 47)<sup>15</sup> que passa a “Passeias **no lugar em que** não ando<sup>16</sup>”.

Por último, dissertam acerca dos valores e dos empregos de cada pronome relativo. Primeiramente, abordam o *que*, que é o relativo básico. Segundo eles, podem tanto retomar uma expressão, quanto uma oração – em relação a este, vem, geralmente, precedido de pronome demonstrativo ou de palavra equivalente (como *coisa*), conforme se vê no exemplo

<sup>15</sup> Exemplo retirado de: Cunha e Cintra (2007:360).

<sup>16</sup> Exemplo retirado de Cunha e Cintra (2007:360).

Cunha e Cintra (2007:361): “Achou-se mais prudente que eu me safasse pelos fundos do prédio, **o que** fiz tão depressa quanto pude. (C. dos Anjos, MS, 328.)”. Sobre este último, eles contrastam com a possibilidade de o referente do pronome relativo não vir expresso (mesmo na forma de pronome demonstrativo), como na seguinte sentença de presente na gramática de Cunha e Cintra (2007:361): “Esta palavra doeu-me muito, e não achei logo **que** lhe replicasse. (Machado de Assis, OC, 1,826.)”.

Em um segundo momento, explanam sobre *o qual* e suas flexões. Nessa etapa, mostram algumas diferenças de uso em relação ao pronome *que* tido como relativo básico. Essa diferenciação quanto ao uso segue algumas questões que privilegiam o uso de *o qual* (e suas flexões), como: i) orações adjetivas explicativas, como em: “Sei que estou plagiando nosso famoso **cronista, o qual**, certa vez, deu-lhe na telha fazer essa comunicação ao jornal e aos leitores. (C. Drummond de Andrade, CB, 57.)”<sup>17</sup>; ii) as preposições simples (diferentes de, com, de, em e por), essenciais ou acidentais, além das locuções prepositivas, como em: “O livro tinha numa página a figura de um bicho corcunda **ao lado do qual**, em letras graúdas, destacava-se esta palavra: ESTÔMAGO.” (G. Amado, HMI, 42.)”<sup>18</sup> e iii) como partitivo após numerais, pronomes indefinidos e superlativos, visto em: “Cinco cadeiras **das quais uma** de braços no centro do semicírculo. (Costa Andrade, NVNT, 13.)”<sup>19</sup>.

Depois, a gramática alude à questão do pronome *quem* e a sua relação com o traço [+humano], retomando sempre uma pessoa ou coisa personificada, como em: “A mim **quem** converteu foi o sofrimento. (Coelho Neto, OS, 1, 105.)”<sup>20</sup>. Nesse exemplo, o núcleo nominal *sofrimento* é personificado, tendo a capacidade agentiva de converter alguém a alguma coisa; por isso, pôde-se utilizar o pronome *quem* para ser seu correferente. Ainda no que tange ao emprego de *quem*, há uma abordagem acerca da sua semelhança com o uso de *o qual* quando com referente explícito, como em: “A senhora **a quem** cumprimentara era a esposa do tenente-coronel Veiga. (Machado de Assis, OC, II, 172.)”<sup>21</sup>. Nessa etapa, eles destacam que o pronome *quem* é **sempre** antecedido de preposição. No entanto, fazem uma ressalva: “Advirta-se, porém, que a língua moderna substitui por *sem o (a) qual* a dissonante combinação *sem quem*, de emprego corrente no português antigo e médio” (CUNHA e CINTRA, 2007:364). Isso se faz importante já que, anteriormente, estavam abordando o fato

<sup>17</sup> Exemplo retirado de Cunha e Cintra (2007:361).

<sup>18</sup> Exemplo retirado de Cunha e Cintra (2007:363).

<sup>19</sup> Exemplo retirado de Cunha e Cintra (2007:363).

<sup>20</sup> Exemplo retirado de Cunha e Cintra (2007:363).

<sup>21</sup> Exemplo retirado de Cunha e Cintra (2007:364).

de *quem* substituir *o qual*, ao estar precedido de preposição; entretanto, se o item preposicionado for *sem*, utiliza-se *o qual*.

A posteriori, expõem a última utilização de *quem*, atribuindo-lhe um valor arcaico, isto é, segundo os gramáticos,

Esta construção, que não era rara no português médio (cf. Camões. Lusíadas, I, 92; IV, 5), só aparece, modernamente, em autores de expressão artificial:

**Quem** no Rostro pasmando se extasia;  
**Quem** pelo cúneo aos redobrados vivas  
 Da plebe e dos patrícios embasbaca;  
 Outro em sangue de irmãos folga ensopar-se... (Odorico Mendes, VB, 125.) (CUNHA e CINTRA, 2007:364)

A respeito do pronome *cujos*, os autores demonstram a sua dupla funcionalidade semântica: ser um relativo e apresentar sentido de posse, além de concordar em gênero e número com aquilo que possui e ter caráter de pronome adjetivo, como se nota no seguinte trecho de Cunha e Cintra (2007:364): “*Cujos* é, a um tempo, RELATIVO e POSSESSIVO, equivalente pelo sentido a *do qual*, *de quem*, *de que*. Emprega-se apenas como pronome adjetivo e concorda com a coisa possuída em gênero e número”.

O último pronome a ser analisado por eles é o *onde*. Para analisá-lo quanto ao seu uso, os autores trazem a definição de advérbio relativo, já que eles, normalmente, apresentam a função sintática de adjunto adverbial, como se percebe no seguinte trecho de Cunha e Cintra (2007:365): “Como desempenha normalmente a função de adjunto adverbial (= o lugar em que, no qual), *onde* costuma ser considerado por alguns gramáticos ADVÉRBIO RELATIVO”. Após isso, refletem sobre a questão da não diferenciação, na linguagem contemporânea – tanto culta quanto coloquial – dos pronomes *aonde* e *onde*. De acordo com os autores, “cumpre ressaltar que esta distinção, praticamente anulada na linguagem coloquial, já não era rigorosa nos clássicos” (CUNHA e CINTRA, 2007:366) e trazem os seguintes exemplos para demonstrar essa não distinção: “Vela ao entrares no porto/ **Aonde** o gigante está! (Fagundes Varela, VA, 76.)” e “Não perceberam ainda/ **onde** quero chegar. (Alves Redol, BC, 47.)<sup>22</sup>”. Eles mostram que, mesmo nos clássicos, essa diferenciação não era tão rigorosa, podendo uma forma substituir a outra ou ambas aparecerem no mesmo enunciado.

Na parte dedicada à classificação dos pronomes e à observação e à apresentação dos pronomes relativos e seus usos na sentença, os autores Cunha e Cintra conseguem cumprir com o objetivo proposto por sua gramática: analisar o português contemporâneo sob o viés da

<sup>22</sup> Exemplos retirados de Cunha e Cintra (2007:366).

tradição. Em diversos momentos, contrapõem usos de um português arcaico, demonstrando que formas são possíveis, atualmente, seguindo os padrões do *bem falar* e *escrever* ditados pelos falantes cultos e pelos compêndios normativos.

No capítulo 18, Cunha e Cintra (2007) abordam o período e sua construção. Primeiro, diferenciam período simples de período composto e, após isso, dedicam uma subseção a cada processo: coordenação e subordinação. Interessa, entretanto, a este trabalho verificar, apenas, o tratamento dado às orações subordinadas, mais especificamente às orações denominadas, na tradição gramatical como adjetivas e aqui tratadas como relativas. Em relação à subordinação, os autores utilizam, novamente, o critério sintático para conceituá-las, ao explicar que recebem suas classificações em *substantiva*, *adjetivas* e *adverbiais* “porque as funções que desempenham são comparáveis às exercidas por substantivos, adjetivos e advérbios.” (CUNHA e CINTRA, 2007:614).

Na parte dedicada às adjetivas, eles as conceituam, mostram a sua relação com o antecedente e diferenciam as restritivas das explicativas. No que tange à conceituação, os autores versam sobre a sua função sintática de adjunto adnominal do substantivo ou pronome a que se referem<sup>23</sup>. Além disso, na parte da relação com o termo antecedente, abordam a função sintática dos referentes, já que fazem parte de um SN, isto é, estão dentro de um sintagma nominal. De acordo com os autores,

A ORAÇÃO SUBORDINADA ADJETIVA pode, como todo adjunto adnominal, depender de qualquer termo da oração, cujo núcleo seja um substantivo ou um pronome: SUJEITO, PREDICATIVO, COMPLEMENTO NOMINAL, OBJETO DIRETO, OBJETO INDIRETO, AGENTE DA PASSIVA, ADJUNTO ADVERBIAL, APOSTO e, até mesmo, VOCATIVO. (Cunha e Cintra, 2007, p. 616)

Para demonstrar de que forma isso ocorre nas sentenças com construções adjetivas, utilizam 1 (um) exemplo para cada uma das funções sintáticas destacadas acima, como se pode ver em um dos exemplos retirados da referida gramática:

Neste período de Manuel Bandeira,  
O ciou da festa no Conservatório de Canto Orfeônico foi a saudação  
lida por um menino / **que é um prodígio.** /  
(AA, 106.)

a oração adjetiva — *que é um prodígio* — está funcionando como ADJUNTO ADNOMINAL de *menino*, núcleo do AGENTE DA PASSIVA *por um menino*. (CUNHA e CINTRA, 2007:617)

---

<sup>23</sup> É importante destacar que os autores, aqui, não abordam a questão de essas orações, também, poderem desempenhar a função sintática de aposto explicativo do seu referente, seja ele um substantivo, pronome ou, até mesmo, oração. Para os autores, até as orações adjetivas explicativas não desempenham tal função, apenas se assemelham a esta função. Ver Cunha e Cintra (2007:618).

Em relação à última parte, expõem a diferença entre as orações adjetivas restritivas e as orações adjetivas explicativas. Para isso, utilizam tanto critérios semânticos quanto sintáticos, priorizando aqueles mais do que estes. No que diz respeito às restritivas, tratam da questão da nomenclatura (critério semântico), isto é, de restringir, limitar, além de não virem separadas por vírgulas na escrita (critério sintático). No que tange às explicativas, eles priorizam o critério sintático ao discorrer sobre o fato de se assemelharem a um aposto, por acrescentarem uma qualidade acessória, mas que não é dispensável, já que esclarecem melhor o termo antecedente, além de serem separadas por vírgula do seu antecedente (critério sintático). Veja a seguir os exemplos retirados de Cunha e Cintra (2007:618):

És um dos raros homens/ **que têm o mundo nas mãos.**/ (A. Abelaira, NC, 121.)

Tio Cosme,/ **que era advogado,**/ confiava-lhe a cópia de papéis dos autos. (Machado de Assis, OC, I, 734).

No primeiro período, a oração adjetiva retoma o SN “um dos raros homens” e restringe o termo homens, ou seja, reduz o conjunto de homens possíveis para o subconjunto com a seguinte propriedade: ter o mundo das mãos. Logo, há homens que não têm o mundo nas mãos e há os que o têm, mas, com a inserção da adjetiva restritiva, seleciona-se **apenas** os que têm o mundo nas mãos. No segundo período composto, a oração adjetiva explicita o SN “Tio Cosme”, dando-lhe uma atribuição: o fato de ser advogado. Por isso, a diferenciação sintático-semântica entre as duas orações. Enquanto uma reduz o conjunto do termo antecedente, a outra atribui-lhe uma característica a fim de explicitá-lo com mais profundidade.

A gramática de Cunha e Cintra (2007), conforme já exposto, conseguiu cumprir com o seu objetivo de analisar a Língua Portuguesa e seus fenômenos linguísticos sob um viés ao mesmo tempo contemporâneo e de acordo com a tradição gramatical. Para demonstrar de que forma se encontram algumas estruturas sintáticas no PB atual e elucidar suas explicações, os autores valeram-se de sentenças retiradas de obras escritas por escritores renomados, como Machado de Assis, Gonçalves Dias, Fernando Pessoa, entre outros. Além disso, também foi perceptível que sobrepuseram os critérios semânticos, no que diz respeito aos fatos linguísticos analisados. Esse olhar pode ser uma consequência direta da observação dos fenômenos linguísticos de forma descontextualizada. Isto é, ainda que os gramáticos retirassem seus exemplos de textos efetivos na LP, não havia uma referência e uma contextualização sobre o porquê de essas estruturas linguísticas emergirem naquele momento.

### 2.1.3 Pronome relativo e orações adjetivas, segundo Rocha Lima (2011)

A escolha da gramática de Rocha Lima (2011) se pautou no fato de tal compêndio já ter alcançado a marca de mais de 1 milhão de exemplares vendidos. Além disso, o autor, em vida, foi professor emérito do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, e membro tanto da Academia Brasileira de Filologia quanto da Academia Brasileira de Língua Portuguesa. Por isso, a sua obra torna-se uma importante referência para a presente pesquisa.

O autor dedica uma seção inteira à Morfologia e produz 1 capítulo para cada classe de palavras; após, ocupa-se em abordar a estrutura das palavras, os processos de formação e a teoria geral da frase, mesclando morfologia e sintaxe; depois, destina-se ao emprego de cada uma das classes na frase e, por último, a questões como concordância verbal, crase, regência, colocação pronominal e pontuação.

No que diz respeito à conceituação da classe dos pronomes, Rocha Lima (2011) recorre à definição empregada por Said Ali (1964, p.61) em seu livro “Gramática secundária da Língua Portuguesa”, em que diz que “pronome é a palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso” (*apud* ROCHA LIMA, 2011, p. 156). Logo, essa classe gramatical é vazia quanto ao seu significado, entretanto este se constrói na relação com a situação do discurso.

Os pronomes, vazios de conteúdo semântico, têm significação essencialmente ocasional, determinada pelo conjunto da situação, eu, situação da pessoa que fala; meu, situação daquilo que pertence à pessoa que fala; este, situação de proximidade em relação à pessoa que fala, etc. (ROCHA LIMA, 2011, p. 156)

Após isso, o autor destaca as classificações dos pronomes, são elas: pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos e interrogativos.

Ao abordar a classe dos relativos, apresenta a questão de esses pronomes não terem significação própria, mas de representarem o seu antecedente (um termo ou uma oração). Segundo Rocha Lima (2011:162), “eles não têm significação própria; em cada caso representam o seu antecedente”, como em:

“Havia a escola, que era azul e tinha  
Um mestre mau, de assustador pigarro...  
Seu Alexandre, um bom velhinho rico  
Que hospedara a Princesa: o tico-tico  
Que me acordava de manhã, e a serra...” (B. LOPES)  
O primeiro que significa escola\ o segundo, bom velhinho rico-, e o terceiro, tico-tico. Em todos estes exemplos, o pronome relativo se refere, pois, a um termo da oração anterior.

O autor contrasta esse exemplo com o uso do pronome relativo que pode retomar uma oração completa e não, apenas, um termo da oração principal, como em: “Todos estavam reunidos no mesmo pátio, o *que* facilitou a chamada<sup>24</sup>”. Diferentemente do outro exemplo, nesta sentença o *que* retoma tudo o que foi dito anteriormente. Em outras palavras, o referente do pronome relativo é “todos estavam reunidos no mesmo pátio”, esse foi o facilitador da chamada.

Além disso, descreve quais são os pronomes relativos e apresenta-os brevemente. Por último, aborda o caso do pronome relativo indefinido – aquele sem antecedente expresso – nomeando-o como “condensado”, já que traz a referência dentro de si próprio. Para isso, utiliza os seguintes exemplos:

*Quem* espera sempre alcança.

Traiu a *quem* lhe fora tão fiel.

Não teve *que* objetar.

Fez *quanto* pôde<sup>25</sup>.

Até o presente momento, o autor apenas demonstra as possibilidades desses pronomes em textos efetivos de autores renomados, no que diz respeito à sua estrutura. Entretanto, não faz, ainda, uma relação consistente com seu significado. Isto é, não há, até esta etapa, uma junção substancial entre sintaxe e semântica.

Em uma seção posterior – já na parte dedicada à Sintaxe – Rocha Lima (2011) destina-se ao emprego dos pronomes, quer dizer, seus usos dentro das sentenças efetivas em português. Ele inicia sua explanação pelo pronome *que*, ao tratar a sua função de se referir tanto a pessoas quanto a coisas, sendo, em alguns contextos, equivalente a *o qual* e suas flexões. No entanto, destaca que nem sempre se pode substituir um pelo outro. Há diversas considerações quanto ao uso desse pronome, dentre elas algumas se sobressaem.

A primeira asserção refere-se à variedade de funções sintáticas que esse pronome assume, o que possibilita um grande número de preposições antecedendo-o, como em “A casa *a que* vou. Os elementos *com que* conto. Os recursos *de que* disponho. Não há *por que* desistir do intento. As razões *em que* se estribam<sup>26</sup>”.

Ademais, trata de um aspecto muito importante e que, por vezes, se torna motivo de dúvidas na sala de aula: quando o pronome se refere ao sujeito, segundo o autor, o verbo deve

<sup>24</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:163).

<sup>25</sup> Exemplos retirados de Rocha Lima (2011:163).

<sup>26</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:404).

concordar com o sujeito da oração principal, como em: “Não fui eu que o chamei. Foi você que o convidou. Sereis vós que o receberéis<sup>27</sup>”.

Após isso, desenvolve a não repetição do pronome relativo em orações adjetivas que se coordenam (a não ser por um efeito estilístico), como em: “Eu nada mais sonhava nem queria/ Que de ti não viesse, ou não falasse... (ADELINO FONTOURA)<sup>28</sup>”. Adelino Fontoura, em vez de repetir o pronome relativo nas orações adjetivas coordenadas, deixou-o apenas explícito na primeira.

Nessa parte, o gramático retrata diversas possibilidades para o uso de *que*, mas, como dito anteriormente, o foco recairá apenas nas que se destacam, quer dizer, nas que não foram abordadas ou não tão bem elucidadas nas demais gramáticas. Isto posto, vale destacar a menção que faz ao uso de *que* em contraposição a *o qual* e suas flexões, que, segundo o autor, é mais *elegante* em determinadas construções.

7) É de melhor estilo a preferência de *que* a *qual*, que trai a preocupação popular de clareza, às vezes deselegante:

As sessões a *que* (*às quais*) assisti. Os motivos por *que* (pelos *quais*) me afasto. Os dados de *que* (dos *quais*) dispunha.

Entenda-se, porém, que nem sempre a substituição é recomendável, ou mesmo possível: Muitos dos candidatos, alguns dos quais adolescentes, não tiveram forças para realizar a prova. As disposições segundo as quais se regem os concursos... (ROCHA LIMA, 2011:405).

Nesse exemplo, Rocha Lima (2011) atribui juízo de valor no uso de *que* em relação a *o qual*, sem demonstrar, no entanto, o porquê de essa construção ser mais *elegante*. Não há um critério gramatical para isso, mas apenas uma ponderação do próprio autor, possivelmente pela análise e pela observação de essas estruturas [com *que*] serem mais recorrentes nos clássicos do que as construções com *o qual*.

A seguir, detém-se a abordar o uso de *que* sem antecedente expresso, como em: “Não vejo (nada) que reclamar. Não teve (coisa) que dizer<sup>29</sup>”. Nos parênteses, coloca o possível conteúdo que é retomado, implicitamente, pelo pronome relativo nesse tipo de construção.

Por último, cabe destacar a sua observação quanto ao emprego de *que* em expressões idiomáticas (sem função lógica), como em “Nós (é que) erramos. Vocês (é que) acertaram<sup>30</sup>”. Nesse exemplo, o pronome relativo retoma um referente, mas a sua aparição é desprovida de função lógica, isto é, é apenas um recurso estilístico para focalizar o referente do pronome.

<sup>27</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:404).

<sup>28</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:404).

<sup>29</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:405).

<sup>30</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:406).

Sobre o pronome *quem*, o autor destaca a sua funcionalidade de se referir a pessoas propriamente, embora também traga a questão de, antigamente, poder referir-se a coisas, trazendo um excerto de Camões, como em:

“Cidade nobre e antiga, a quem cercando O Tejo em torno vai, suave e ledô.” (IV, 10)

“Ó glória de mandar, ó vã cobiça Desta vaidade a quem chamamos Fama!” (IV, 95) “Nomes com quem se o povo néscio engana.” (IV, 96)<sup>31</sup>

No que tange ao pronome *cujo*, o autor faz três considerações, são elas: i) pronome adjetivo analiticamente desenvolvido em *do qual* e suas flexões; ii) a concordância com o termo subsequente, ainda que se refira a outro termo e iii) a não ocorrência de crase antes do pronome. No que se refere a i), o autor traz o seguinte exemplo: “(...) e *cuja* agreste ramaria /Não atravessa nunca a luz do dia. (OLAVO BILAC) (... e a ramaria da qual [floresta] não atravessa nunca a luz do dia).”<sup>32</sup> Em relação a ii), utiliza um exemplo interessante ao contrapor os gêneros do antecedente e do termo possuído, como em: “Esse rapaz, cuja inteligência tanto gabas... (... a inteligência do qual...)”.<sup>33</sup> Já em relação a iii), reflete a respeito da questão de não se utilizar um determinante acompanhando o pronome relativo, como em: “Homens a cuja probidade tudo confiamos” e “Tribunal a cujas decisões devemos respeito”<sup>34</sup>.

Por último, ele aborda os usos do pronome *onde*. Referente a este pronome, o autor destaca o seu emprego como advérbio relativo, já que, geralmente, é usado como locativo. Além disso, assim como Cunha e Cintra (2007), também destaca o fato de não haver diferenciação entre os usos de *onde* e *aonde* para os clássicos, trazendo um exemplo de Claudio Manuel da Costa, como em: ““Nize? Nize? Onde estás? Aonde? Aonde?””<sup>35</sup>. No entanto, considera o fato de que a linguagem culta moderna insiste em fazer tal distinção<sup>36</sup>. Essa distinção, diferentemente do que se via nos clássicos, é encontrada em alguns exemplos trazidos pelo autor, nos quais o *onde* equivale a *o lugar em que* e *aonde* equivale a *o lugar a que*, como se nota nos trechos a seguir: “Ninguém saiba onde eu moro, onde tu moras (Luís

<sup>31</sup> Exemplos retirados de Rocha Lima (2011:406).

<sup>32</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:407).

<sup>33</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:407).

<sup>34</sup> Exemplos retirados de Rocha Lima (2011:408).

<sup>35</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:409).

<sup>36</sup> Nessa parte, é importante notar como a gramática prescritiva ainda se pauta muito na linguagem utilizada pelos autores consagrados na Literatura, os clássicos. Segundo essa visão, dever-se-iam priorizar os usos desses autores em detrimento das normas gramaticais.

Delfino)”<sup>37</sup> e “Que os leve aonde sejam destruídos, Desbaratados, mortos ou perdidos (CAMÕES)”<sup>38</sup>.

Ainda na seção dedicada à Sintaxe, o autor, no capítulo inicial, tematiza a teoria geral da frase, tratando de conceitos como frase, oração e período; termos da oração e a constituição do período (subordinação e coordenação). Rocha Lima (2011), no local dedicado às orações adjetivas, conceitua-as como orações que têm equivalência a um adjetivo, ou seja, apresentam tal comportamento gramatical. Contudo, o seu emprego permite que se adicionem informações mais complexas, que, muitas vezes, não podem ser feitas sob a forma de um adjetivo léxico. Para isso, utiliza o seguinte exemplo: “A água é um líquido / que não tem cor”<sup>39</sup>. Segundo o gramático, a oração adjetiva *que não tem cor* pode ser substituída pelo adjetivo *incolor*, entretanto há determinadas construções em que essa equivalência pode não ocorrer, já que “o emprego de orações adjetivas permite que juntemos ao substantivo características mais complexas, para as quais, muita vez, não existem na língua adjetivos léxicos” (ROCHA LIMA, 2011, p. 333).

No que diz respeito à sua forma, demonstra a possibilidade de virem tanto desenvolvidas, com o pronome relativo expresso, quanto reduzidas, sem o uso do pronome relativo. Para isso, divide essa descrição conforme se estruturam – com ou sem o pronome relativo. Nessa parte, também trata o fato de este pronome ter a dupla funcionalidade de introduzir uma oração e apresentar função sintática – não necessariamente a mesma do seu referente. Ao fazer essa análise, utiliza um exemplo de Rachel de Queiroz: “Era uma vez, já faz muito tempo, havia um homem / que era ateu.”<sup>40</sup> De acordo com o autor, “o sujeito da oração adjetiva ‘que era ateu’ está representado nela pelo pronome relativo que, cujo antecedente é — um homem.” (Rocha Lima, 2011, p.334). Entretanto, o seu referente, na oração principal, possui a função sintática de objeto direto de *havia*.

Na parte dedicada às orações adjetivas desenvolvidas, apresenta as diversas funções sintáticas que o relativo pode apresentar, como sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento relativo<sup>41</sup>, predicativo, adjunto adnominal, agente da passiva e adjunto

<sup>37</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:408)

<sup>38</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:409).

<sup>39</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:333).

<sup>40</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:334).

<sup>41</sup> É importante ressaltar que, diferentemente de alguns outros gramáticos, Rocha Lima faz a distinção entre objeto indireto e complemento relativo. Embora a nomenclatura pareça com a classe dos relativos, é apenas uma coincidência entre os nomes. Para ele, esse termo da oração (complemento relativo) não possui as mesmas características sintáticas e semânticas do objeto indireto, porque i) não pode ser substituído pelo clítico -lhe; ii) não possui papel temático de beneficiário, alvo ou fonte e iii) não necessariamente apresenta o traço [+animado]. Para mais informações ver: ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

adverbial. Antes de tratar da diferenciação entre as adjetivas restritivas e explicativas, o gramático discorre sobre as particularidades de alguns pronomes, como *cujo*, *quando*, *como* e *onde*. Segundo ele, *cujo* e suas flexões são sempre adjunto adnominal, enquanto os outros (*quando*, *como* e *onde*) são sempre adjunto adverbial, respectivamente de tempo, modo e lugar.

No que tange à distinção entre as orações adjetivas, demarca a necessidade de a oração adjetiva restritiva aparecer na oração, senão o seu sentido completo pode ficar prejudicado. A fim de ilustrar essa asserção, utiliza o seguinte exemplo: “Os pecadores / que se arrependem / alcançam o perdão de Deus.”<sup>42</sup> De acordo com Rocha Lima (2011, p. 336), “Não se quer dizer aí que ‘todos e quaisquer pecadores alcançam o perdão de Deus’; a afirmação se restringe aos pecadores arrependidos (que se arrependem).” A partir desse exemplo, percebe-se que a interpretação do conteúdo da sentença seria prejudicada, caso a oração adjetiva não estivesse presente; logo, a oração subordinada adjetiva restritiva traz uma informação que não pode ser suprimida.

Isso vai na contramão das adjetivas explicativas, que apenas acrescentam algum detalhe sobre o termo a que se referem, mas que, ainda assim, não é indispensável para a compreensão do todo, como se vê em: “Vozes d’ África”, / que é um poemeto épico, / representa um alto momento da poesia brasileira”<sup>43</sup>. Segundo o autor, essa oração acrescenta um detalhe, porém não apresenta nenhuma interferência no significado da oração principal.

Para concluir a parte das adjetivas desenvolvidas, Rocha Lima (2011) versa sobre os relativos “condensados”, já abordados brevemente no começo do capítulo. Segundo o filólogo, os relativos *que*, *quem*, *quanto*, *onde* e *como* podem aparecer de forma condensada, em outros termos, incorporar em si tanto o referente quanto a característica de pronome. Para isso, ele utiliza alguns exemplos em sua gramática, como:

“Não há quem dele se apiede.”<sup>44</sup>

Nesse exemplo, o autor chama a atenção para a necessidade de desenvolver esse relativo para melhor efeito de análise, como em “não há ninguém que dele se apiede”, resgatando a função de objeto direto do referente [ninguém] e a de sujeito do pronome relativo.

<sup>42</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:336).

<sup>43</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:337).

<sup>44</sup> Exemplo retirado de Rocha Lima (2011:337).

Já na parte dedicada às orações adjetivas reduzidas, destaca a possibilidade de as orações poderem aparecer em sua forma reduzida, pelo particípio (presente ou passado), gerúndio ou infinitivo. Nesse momento, ele dedica uma parte à explicação e à exemplificação de cada uma dessas possibilidades. A seguir, tomam-se alguns exemplos:

“Este é o caminho / conducente à glória”. Ora usa aspas ora não as usa.

“Hospedaram-se em minha casa uns parentes / chegados ontem do interior”.

“Vede Jesus / despejando os vendilhões do templo...” (Rui Barbosa)

“Vede Jesus / a despejar os vendilhões do templo”.<sup>45</sup>

Todos os exemplos acima aparecem “despidos” do pronome relativo que deveria encetar a oração subordinada adjetiva. Entretanto, recuperam um termo dito ou subentendido pelo discurso e possuem função sintática. No primeiro exemplo, *conducente* retoma *caminho*, no segundo *chegados* retoma *parentes* e, no terceiro e quarto, *despejando* e *a despejar* retomam *Jesus*.

Por sua gramática retratar, principalmente, os usos contemporâneos, há um realce quanto ao raro uso da oração adjetiva reduzida de particípio presente, a qual é mais encontrada nos clássicos – embora o autor traga um exemplo de um poema de Carlos Drummond de Andrade. Para ilustrar isso, traz um exemplo do Classicismo e um exemplo retirado de uma obra Modernista, como se nota abaixo:

Ali o rio / corrente

De meus olhos / foi manado;” (CAMÕES)

“Quando me acontecer alguma pecúnia, / passante de um milhão de cruzeiros, / compro uma ilha;” (Carlos Drummond de Andrade)<sup>46</sup>

Rocha Lima (2011) apresenta uma análise bastante centrada no que se encontra nos clássicos e na tradição gramatical. Ainda que vislumbre o português atual, sua gramática se volta a analisar e, sobretudo, prescrever aquilo que se verifica na escrita de autores consagrados, conforme se fazia nos primórdios da tradição. Por outro lado, traz questões interessantes, como o caso do complemento relativo. Segundo o autor, alguns termos que são classificados como *objeto indireto*, conforme a NGB, deveriam receber outra classificação já que não podem ser substituídos pelo pronome oblíquo *-lhe*.

<sup>45</sup> Exemplos retirados de Rocha Lima (2011, p. 339 e 340).

<sup>46</sup> Exemplos retirados de Rocha Lima (2011:339).

Na subseção posterior, há uma análise comparativa das três gramáticas observadas neste capítulo e, ao final, dois quadros contrastando as conceituações e as exemplificações trazidas pelos três estudiosos.

#### 2.1.4 Análise comparativa dos compêndios da tradição gramatical

A gramática de Evanildo Bechara (2009) é dividida segundo a tradição, tratando dos fatos da língua, de acordo com as grandes divisões dos estudos linguísticos: Fonética e Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Estilística. A parte II de sua gramática se subdivide em três partes: a) *formas e funções* – onde o autor apresenta as classes de palavras e seus empregos; b) *estrutura das unidades: análise mórfica* – em que o autor disserta sobre os morfemas e os processos de formação de palavras e c) *estrutura do enunciado ou período. A oração e a frase* – em que o autor se aprofunda na sintaxe, tipos de orações, regência, concordância e figuras de sintaxe. Somente as subseções a) e b) foram as analisadas no presente trabalho.

A gramática de Cunha e Cintra (2007) apresenta, no capítulo 11, a classe dos pronomes e elucida suas classificações. No que diz respeito aos pronomes relativos, os conceitua, aborda sobre a natureza do antecedente desses pronomes, as funções sintáticas que essa classe pode desempenhar, analisa aqueles sem antecedente expresso e os valores e os usos/empregos de cada um deles. Em uma parte posterior, após explicitar todas as classes de palavras, trata o período e suas construções no capítulo 18. Nesse momento, os autores diferenciam período simples e composto, conceituam coordenação e trazem as classificações dessas orações e, por último, definem subordinação e demonstram suas respectivas classificações (substantiva, adjetiva e adverbial).

A gramática de Rocha Lima (2011), por outro lado, tem uma divisão bastante tradicional, separando, assim como Bechara (2009), os grandes blocos de estudos linguísticos: Fonologia, Morfologia, Sintaxe e Estilística. Na parte dedicada à Morfologia, no que tange ao objeto de estudo, conceptualiza pronome e atribui as suas respectivas classificações. Em relação aos pronomes relativos, os distribui em duas partes: os pronomes relativos e os pronomes relativos indefinidos. Por último, na parte dedicada à Sintaxe, apresenta a teoria geral da frase e sua análise em um bloco, em que se dedica às funções sintáticas, os conceitos de coordenação e subordinação e constelação sintática. Nos capítulos seguintes, destina-se aos empregos/usos na sentença de cada classe de palavras e, ao final, trata de questões como

crase, regência verbal, colocação dos pronomes átonos e pontuação. No que concerne ao emprego dos pronomes relativos, apresenta as funções dos que parecem ser mais usuais em PB e, também, os que causam mais “confusão” quanto ao uso, como o *cujo* e o *onde*.

Embora a divisão das gramáticas contempladas na presente pesquisa pareça se diferir em alguns momentos e, em outros, se aproximar, os autores são bastante distintos quanto à abordagem desses fenômenos.

Ao contemplar as três gramáticas no tocante à classe dos pronomes e, sobretudo, dos pronomes relativos, Cunha e Cintra (2007) apresentam uma divisão bastante interessante e que se distancia dos demais, mesclando classe e função (análise morfossintática). Enquanto Bechara (2009) separa a classe dos pronomes no capítulo 4 da parte II, colocando em partes separadas a classificação dos pronomes dos seus usos, Cunha e Cintra (2007) dedicam o capítulo 11 aos pronomes, separando-os em substantivos e em adjetivos e, depois, uma subseção para cada classificação, em conjunto com seu emprego nas sentenças. Rocha Lima (2011), em contrapartida, destina um capítulo à classe nos pronomes na parte de Morfologia e outro ao emprego dessa classe na parte de Sintaxe.

Quadro 2 - Análise comparativa das três gramáticas sobre os pronomes relativos

Conceitos/Gramáticas	Bechara (2009)	Cunha e Cintra (2007)	Rocha Lima (2011)
<b>Conceito de pronome</b>	Classe categoremática; apresenta significado genérico atribuído pela situação ou palavras do contexto.	Caráter sintático: substituem ou acompanham um nome. Pronome substantivo vs. Pronome adjetivo.	“Pronome é a palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso” (Said Ali, <i>Gramática secundária da língua portuguesa</i> ).
<b>Conceito de pronome relativo</b>	Normalmente, refere-se a um termo anterior e desempenha 2 papéis: transpositor de oração a adjetivo e adjunto adnominal do termo antecedente.	Pronomes que recuperam um termo antecedente. Em relação à forma: invariáveis (que, quem e onde); variáveis (o/a qual, cujo (s), cuja (s), quanto (a)). Natureza do termo antecedente: substantivo, adjetivo, advérbio ou oração. Diferenciam-se das conjunções porque, além de transpor orações, também desempenham função sintática.	Esses pronomes não têm significação própria, mas representam um antecedente. Relativos podem retomar um termo ou uma oração. Definição de pronome relativo indefinido: aquele que condensa em si o seu antecedente, sem que seja necessário expressá-lo sintaticamente.
<b>Uso/emprego do pronome relativo</b>	Divisão em duas partes: com antecedente expresso e sem antecedente expresso.	Apresentam as diferenças de uso do pronome relativo <i>que</i> e <i>o qual</i> ; <i>quem</i> como	Descrição detalhada de uso do pronome <i>que</i> ; abordagem dos usos de

		pronome que retoma um antecedente [+humano], <i>cujo</i> (e suas flexões) com caráter de posse e <i>onde</i> como locativo; <i>quanto</i> (e suas flexões) como indefinidos, seja com ou sem antecedente expresso.	<i>quem</i> e seu caráter [+humano]; <i>cujo</i> como um pronome complexo que deve ser analisado sob três vieses; <i>onde</i> como advérbio relativo, sempre retomando lugar.
<b>Particularidade desses pronomes</b>	O autor apresenta o conceito de relativo universal, sendo o pronome relativo apenas como transpositor de oração.	Os autores abordam a não diferenciação, seja na linguagem coloquial ou formal, entre os pronomes <i>onde</i> e <i>aonde</i> na contemporaneidade.	O pronome <i>quem</i> , antigamente, podia referir-se também a elementos não-humanos.

FONTE: A autora, 2022.

A gramática de Cunha e Cintra (2007) parece ser a que mais privilegia os aspectos gerais do pronome relativo, uma vez que não o vislumbra como classe bipartida, primeiramente, enquanto classe gramatical, dotada de certo comportamento, e, depois, como pode aparecer nas sentenças efetivas de textos do PB, mas o observa, segundo uma análise, que entrelaça esses dois aspectos, o que pode ser positivo para o falante do PB.

Em relação às orações subordinadas adjetivas, os autores, em geral, não conceituam de maneira clara esse tipo de oração. Apenas Rocha Lima (2011) faz uma abordagem que unifica as classificações dessas orações e seu conceito, posto que trata a questão de apresentarem informações mais complexas, que não poderiam ser expressas apenas por um adjetivo e, também, de as restritivas serem indispensáveis para o sentido da frase, sendo obrigatórias, essenciais.

Além disso, nenhuma das gramáticas apresenta as variações quanto à forma das orações adjetivas, seja na forma cortadora ou na forma copiadora, à exceção de Bechara (2009) que faz uma breve citação na parte dedicada ao pronome relativo indefinido.

Quadro 3 - Análise comparativa das três gramáticas sobre as orações relativas

Conceitos/Gramáticas	Bechara (2009)	Cunha e Cintra (2007)	Rocha Lima (2011)
<b>Conceito de oração adjetiva</b>	O autor demonstra que essas orações apresentam comportamento de adjetivo, sendo adjunto adnominal de um nome. Apresenta a dupla funcionalidade do pronome relativo.	Caráter sintático: possuem a função sintática de adjunto adnominal do termo a que se referem. Essas orações podem aparecer em qualquer parte da oração, desde que retomem um SN.	Orações equivalentes a um adjetivo, mas que introduz informações mais complexas que apenas um adjetivo ou locução adjetiva não seria capaz. Divide-as em desenvolvidas (com antecedente expresso) e reduzidas (sem antecedente expresso).

<b>Uso/emprego de orações adjetivas</b>	Quando o pronome relativo desempenhar função sintática na forma de sintagma preposicionado, deve-se colocar a preposição adequada antes do pronome relativo.	Não há uma parte dedicada para tratar sobre as orações adjetivas precedidas por preposições.	Na parte dedicada às orações desenvolvidas, o autor aborda cada função sintática que o pronome relativo pode apresentar. Nas funções antecedidas por preposição, o autor deslinda sobre a necessidade de o PR também vir antecedido.
<b>Tipos de orações adjetivas</b>	Distingue as orações adjetivas em restritivas (as que particularizam o antecedente) das explicativas (que detalham o antecedente). Explora a questão da pontuação dessas orações na escrita e da pausa (ou ausência de pausa) na fala.	Utilizam critérios sintáticos e semânticos para diferenciá-los. Restritivas: limitam/restringem o termo antecedente; não são separadas por vírgulas. Explicativas: apresentam uma qualidade acessória ao antecedente; aparecem separadas por vírgulas.	As orações restritivas são indispensáveis para o sentido da sentença ser completo, já que apresentam uma particularidade sobre o antecedente, limitando-o. Enquanto as explicativas são dispensáveis, apenas ampliam os detalhes.

Fonte: A autora, 2022.

O objetivo dessa seção foi o de verificar como a classe dos pronomes relativos e a estrutura das orações subordinadas adjetivas são contempladas nos compêndios da tradição gramatical, já que, em grande parte, são os livros eleitos para a presente pesquisa e, sobretudo, são os materiais recomendados para consultas escolares e/ou acadêmicas. Além disso, são neles em que se encontram as normas de *bem falar e escrever*, as quais se pautam nos clássicos da Literatura e nos escritores consagrados, a fim de demonstrar como utilizar de maneira “correta” algumas estruturas da LP.

A seguir, entretanto, serão analisadas as gramáticas de uso, as quais apresentam aspecto mais descritivo do que normativo. O intuito, por outro lado, é observar como a Linguística tem tratado desses fatos da língua sob um viés analítico, sem juízos de valor, apenas demonstrando quais os condicionadores (linguísticos ou não) para a variação presente no emprego dos pronomes relativos e na estrutura das orações adjetivas/relativas.

## 2.2 Pronome relativo e orações relativas nas gramáticas de uso

As gramáticas de uso, ou gramáticas descritivas, intencionam descrever os usos da língua em diversas situações, isto é, como afirma Callou (2007), a gramática descritiva “pretende apreender o sistema de uma língua, através do estabelecimento de unidades no interior de cada sistema e de suas relações opostas”. Dessa forma, nesse tipo de compêndio não cabem os juízos de valor, ele se detém a demonstrar sistemicamente as possibilidades e em que contextos, possivelmente, certos fenômenos podem sofrer variação.

Nesse tipo de gramática, não há uma preocupação em fazer a dicotomia de *certo versus errado*, o que se pretende é apresentar as possibilidades e seus contextos de uso. A língua é um fato social e, como este, altera-se, de acordo com a situação de uso, dos saberes adquiridos pelo falante, da sua gramática internalizada e de suas pretensões sociocomunicativas, além do gênero textual em que a comunicação está se efetivando. Não é somente o seu saber gramatical que influencia na tomada de decisões – quanto a que palavras ou estruturas sintáticas utilizar –, mas há uma série de fatores, tanto linguísticos quanto extralinguísticos, os quais influenciam os usos da língua.

Priorizar o saber gramatical da norma padrão ou da norma culta é apagar a pluralidade de normas existentes, além de desconsiderar os conhecimentos linguísticos obtidos através da observação dos fatos da língua. Além disso, tal postura contribui para a ascensão do preconceito linguístico na sociedade, uma vez que os juízos de valor não são marcados por questões como gramaticalidade e agramaticalidade, mas como uma questão social de estigmatizar a variedade empregada por falantes menos cultos. Essa visão é corroborada no importante texto de Lobato em que seus ricos personagens discutem sobre os aspectos gramaticais da língua portuguesa.

“Pilhei a senhora num erro!”, gritou Narizinho. “A senhora disse: ‘Deixe estar que já te curo!’ Começou com o Você e acabou com o Tu, coisa que os gramáticos não admitem. O ‘te’ é do ‘Tu’, não é do ‘Você’...”

“E como queria que eu dissesse, minha filha?”

“Para estar bem com a gramática, a senhora devia dizer: ‘Deixa estar que já te curo.’”

“Muito bem. Gramaticalmente é assim, mas na prática não é. Quando falamos naturalmente, o que nos sai da boca é ora o você, ora o tu; e as frases ficam muito mais jeitosinhas quando há essa combinação do você e do tu. Não acha?”

“Acho, sim, vovó, e é como falo. Mas a gramática...”

“A gramática, minha filha, é uma criada da língua e não uma dona. O dono da língua somos nós, o povo; e a gramática – o que tem a fazer é, humildemente, ir registrando o nosso modo de falar. Quem manda é o uso geral e não a gramática. Se todos nós começarmos a usar o tu e o você misturados, a gramática só tem uma coisa a fazer...”

“Eu sei o que é que ela tem a fazer, vovó!”, gritou Pedrinho. “É pôr o rabo entre as pernas e murchar as orelhas...”

Dona Benta aprovou. (...)

(LOBATO, Monteiro. **Obra completa**. “Fábulas”. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979)

No trecho acima, percebe-se que há um confronto entre a concepção de gramática normativa, por parte da personagem Emília, e a função das gramáticas descritivas, percebida por Dona Benta e Pedrinho. O objetivo das gramáticas de uso (descritivas) deve ser, apenas, de descrever sistemicamente os usos da língua em textos efetivos por falantes nativos. Dessa forma, analisar como os pronomes relativos, seu emprego e as orações adjetivas/relativas aparecem nessas gramáticas é crucial para que se depreenda como o português brasileiro vem avançando no que diz respeito ao fenômeno da relativização e se ainda se utilizam as normas prescritas na tradição gramatical, como se analisou na seção anterior. Em outras palavras, pretende-se observar o fenômeno das orações relativas sem um olhar prescritivista. O intuito, nessa etapa, é verificar as possibilidades, as estratégias utilizadas, a aceitabilidade de algumas variantes em determinados contextos e como os falantes as utilizam em suas produções textuais.

Por isso, cabe, nas próximas seções, observar de que maneira as gramáticas escolhidas discorrem sobre estes fenômenos. Para isso, priorizou-se a análise de 3 gramáticas de uso, a saber: *Gramática descritiva do português* (PERINI, 1996); *Gramática de usos do português* (NEVES, 2000) e *Nova gramática do português brasileiro* (CASTILHO, 2014).

### 2.2.1 Os pronomes relativos e as orações relativas, segundo Perini (1996)

Mário A. Perini é um linguista bastante renomado nas ciências da linguagem, contemplando a língua sob um viés sintático. Como o fenômeno abordado (orações adjetivas) parte do entrelaçamento entre Morfologia (pronomes relativos) e Sintaxe (uso dos pronomes relativos e tipos de orações adjetivas encontradas na escrita culta), as considerações feitas na análise de seu trabalho tornam-se importantes para o andamento da presente pesquisa.

O autor divide sua gramática em quatro partes: i) preliminares; ii) sintaxe; iii) semântica e iv) lexicologia. Para esse estudo, compete focar na parte de Sintaxe, especificamente na que se destina às orações relativas, e na parte de Lexicologia, em que o autor disserta a respeito da categoria dos pronomes.

Perini (1996), ao conceituar a classe dos pronomes, faz uma abordagem sobre o tratamento dado pela tradição gramatical. Para ele, essa classe não deveria estar encerrada em apenas um local, como fazem os gramáticos tradicionais, mas em vários blocos, uma vez que não há evidências sintáticas, tampouco semânticas que sustentem tal agrupamento. Como

exemplo, utiliza as definições de “acompanhar” ou “substituir”, dadas pela tradição gramatical. De acordo com tal definição, o termo “ela” seria um pronome ao substituir, por exemplo, o termo “Giselle”. No entanto, há outros termos que, também, poderiam fazer tal substituição, porém não são considerados pronomes, como “Gigi” e “essa senhora”. Sobre a função de acompanhar, o linguista utiliza o exemplo “Meu velho paletó cinza”, em que apenas “meu” é pronome, mas os termos *velho* e *cinza*, que também acompanham o substantivo “paletó”, não recebem essa classificação.

No que toca ao critério semântico, o autor classifica, mais uma vez, como obscura a definição que as gramáticas atribuem, uma vez que há casos em que os pronomes não situam nem as pessoas do discurso nem o espaço e o tempo, como se nota com os pronomes indefinidos, que não entram em nenhum desses critérios semânticos, além de haver termos que entram nesse critério – como *próximo*, *distante*, *atual* etc. – mas que não são tidos como pronomes.

Perini (1996) propõe, então, uma nova categorização. Essa abordagem leva em consideração apenas o critério sintático e divide-se em algumas categorias: i) substantivos do tipo 1 que só podem ser núcleo do SN ou complemento do predicado, como os pronomes pessoais da tradição gramatical; ii) substantivos do tipo 2 que são os que vêm acompanhados de outros termos, como os pronomes indefinidos da tradição gramatical e iii) os relativos e interrogativos, que apresentam suas particularidades quanto à posição na oração e, também, aos seus traços semânticos. Essas peculiaridades dizem respeito aos pronomes tratados como pronomes substantivos.

(a) Em primeiro lugar, há um grupo de itens que se encaixam na classe dos **substantivos tipo 1** [...] são itens que só podem ocorrer como complementos do predicado ou núcleos de um SN: [+CP, +NSN].

Os itens que compõem essa subclasse dos substantivos são todos chamados “pronomes” na gramática tradicional: *eu, ele, nós, eles, isto* etc.

Propus na seção 13.2. que a designação **pronomes** fosse restrita a esses itens.

(b) Depois, há “pronomes” que de vem ser classificados como **substantivos tipo 2** [...] Trata-se dos itens *alguém, algo, tudo, que*, como foi apontado em 13.2., diferem dos itens precedentes por poderem ocorrer no SN acompanhados por outro termo, como em *esse alguém, um alguém, alguém carinhoso, tudo de bom; algo misterioso*.

c) Um terceiro grupo é o dos relativos e interrogativos: *que, quem* e *o qual* [...] vamos coloca-los em uma classe, caracterizando-os através do traço [+Rel] (“relativos”). Esse traço deverá ser explicitado como exprimindo suas propriedades sintáticas peculiares. (PERINI, 1996, p. 331).

Após isso, o gramático traz mais 5 definições para terminar sua alocação dos 8 tipos de pronomes, segundo as gramáticas prescritivas. Ele os divide em: i) os pronomes *todos* e *ambos* que são predeterminantes; ii) os que podem ser determinantes; iii) os que podem ser

possessivos; iv) os que podem ser quantificadores e v) os que podem ser numeradores. Esse estudo se centrará nos pronomes relativos, que o autor nomeia como *relativos*<sup>47</sup>.

Posteriormente, o autor versa sobre as conjunções, preposições, relativos e coordenadores. Nesse bloco, ele trata do caso dos relativos e a sua função de ligar orações e, inclusive, de apresentar função sintática. De acordo com Perini (1996), essa classe tem como função acrescentar-se a um SN para formar um sintagma adjetivo. Assim, os classifica como conjunções subordinativas, já que conectam orações e, também, não são termos independentes, isto é, sofrem o processo de subordinação. Nessa etapa, toma o caso das orações relativas como um fenômeno complexo e que, por vezes, causa dúvidas nos falantes e, até mesmo, nos estudiosos na hora de catalogá-las. Segundo o autor,

aqui encontramos uma série de complicações notáveis. A língua não se contenta em fazer preceder uma oração de um conectivo para formar um SAdj; em vez disso, o próprio conectivo assume uma função sintática dentro da oração, que, correspondentemente, nunca tem um termo independente naquela função (PERINI, 1996, p. 334 e 335).

A seguir, há o quadro proposto pelo autor para a distinção da classe dos pronomes:

Quadro 4 - Classificação dos itens tradicionalmente chamados “pronomes”

Classificação dos itens tradicionalmente chamados “pronomes”	
<b>Substantivos 1:</b>	<i>eu, nós, ele, isto.</i>
<b>Substantivos 2:</b>	<i>alguém, tudo, algo.</i>
<b>Relativos:</b>	<i>que, o qual, quem.</i>
<b>[+PDet]:</b>	<i>todos, ambos.</i>
<b>[+Det]:</b>	<i>o, um, este, esse, aquele, alguns.</i>
<b>[+Poss]:</b>	<i>meu, seu, nosso.</i>
<b>[+Qf]:</b>	<i>muitos, vários, único, terceiro.</i>
<b>[+Num]:</b>	<i>outro, dois.</i>

Fonte: PERINI, 1996, p. 333.

A classificação proposta, nessa gramática, pode ser bastante eficaz se adotada por compêndios da tradição gramatical, uma vez que, conforme aponta o linguista, esta é uma classe que apresenta muitas incoerências referentes à sua categorização em um único bloco. Isto posto, os falantes conseguiriam compreender e manipular de forma mais clara essa

<sup>47</sup> Em sua análise, vale recordar que ele agrupa na classe dos relativos, tanto os pronomes relativos quanto os pronomes interrogativos da tradição gramatical.

categoria e, conseqüentemente, entender como funciona e como se estrutura uma oração subordinada adjetiva.

Em relação às relativas, Perini (1996) relata que estas estruturas apresentam a função de modificador externo do núcleo de um SN. Para o autor, essas orações apresentam as seguintes características:

- (a) presença de um relativo, precedido às vezes de uma preposição;
- (b) presença de uma estrutura oracional aparentemente incompleta, logo após o relativo;
- (c) articulação de um elemento nominal (parte de um SN) + o relativo + a estrutura oracional mencionada, formando uma seqüência que é um SN; o elemento nominal inicial nem sempre está presente. (PERINI, 1996, p. 152)

Ao analisar os exemplos trazidos pelo linguista, percebe-se o porquê de se considerar o pronome relativo como termo da oração encaixada, conforme se nota no exemplo trazido por ele: “O filme que Bebeto fez ganhou a Palma de Ouro<sup>48</sup>”. Nesse período composto, há a articulação de duas orações, até então independentes, “o filme ganhou a Palma de Ouro” e “Bebeto fez o filme”, mas que, ao se unirem, se tornam dependentes sintática e semanticamente. Na sentença com a adjetiva, o verbo *fez* aparece sem o seu objeto direto; logo, para Perini (1996), essa seria uma evidência de que o *que* desempenha função sintática, já que representa o SN “o filme”.

O relativo desempenha funções de nível oracional: sujeito, objeto direto, adjunto circunstancial. Como se vê, o relativo (com a preposição que o precede, se houver) se posiciona obrigatoriamente no início de sua oração, qualquer que seja sua função. Semanticamente, ele se interpreta como correferente do elemento nominal que o precede (seu antecedente) (PERINI, 1996, p. 153).

Por último, o autor versa sobre as orações relativas sem antecedente explícito. Ao fazê-lo, utiliza o seguinte exemplo “só respeito quem o governo financia<sup>49</sup>”. De acordo com a sua análise, tal oração recebe a classificação de subordinada relativa, uma vez que apresenta os seguintes traços, são eles: “há um relativo, *quem* (que também pode ocorrer, com preposição, em orações relativas com antecedente); esse relativo desempenha uma função na subordinada (no caso, objeto direto); e o relativo se coloca no início da oração” (PERINI, 1996, p. 153).

Nas subseções seguintes, o linguista analisa o relativo como modificador da sentença, os dois tipos de construção relativa (restritiva e explicativa) e os usos dos diferentes relativos. No tocante ao relativo como modificador da sentença, o autor contempla o complexo caso do pronome *cujos*, que, segundo ele, é modificador externo da oração principal e, também, a nível

<sup>48</sup> Exemplo retirado de Perini (1996:152).

<sup>49</sup> Exemplo retirado de Perini (1996:153).

oracional – o que pode ser o fator de complexidade para os falantes tanto de compreensão quanto de produção dessas estruturas.

Para Perini (1996, p. 153), “dentro da construção relativa, que tem a função de modificador externo, o próprio relativo tem, por sua vez, também a função de modificador”. A fim de ilustrar essa asserção, o autor utiliza o seguinte exemplo: “O urso cuja pata eu cortei era branco”<sup>50</sup>, em que a oração adjetiva é modificador externo de *urso* e o pronome relativo *cuja* é modificador externo de *pata*.

Acredita-se que o relativo ocupa o lugar do determinante porque cujo nunca coocorre com determinante, embora possa coocorrer com outros termos do SN:

- (85) a. \* O urso cuja a pata eu cortei  
 b. \* O urso cuja aquela pata eu cortei  
 c. O urso cujos poucos piolhos eu catei  
 d. O urso cujos quatro pés eu cortei.

Em (85c), temos cujo com quantificador, e em (d) com numerador. Mas (85a) e (b), onde teríamos cujo com determinante, são mal formados. (PERINI, 1996, p. 154).

Essa sua análise, diferencia-se das demais empreendidas sobre o pronome *cujo*, uma vez que o observa sob um viés, puramente, sintático e o cataloga de acordo com as suas propriedades funcionais. À vista disso, percebe-se a complexidade que envolve o uso desse pronome e, até mesmo, a dificuldade de catalogação do seu comportamento sintático dentro da classe dos relativos e das orações adjetivas/relativas.

Tendo esses pressupostos em vista, o autor faz uma última observação a respeito dessas construções. Ele assevera que o uso do pronome *cujo* causa insegurança aos falantes da língua e, praticamente, desapareceu da modalidade oral do PB.

Em particular, a construção com o relativo cujo praticamente desapareceu da língua falada, sendo substituída por uma construção regular do tipo

- (92) O urso que eu cortei a pata dele era branco.

Correspondentemente, a construção com cujo nem sempre é usada com desenvoltura, mesmo quando a intenção é utilizar o português padrão; e as intuições de falantes instruídos a respeito dessa construção nem sempre são seguras. (PERINI, 1996, p. 155).

Na parte destinada às orações adjetivas do tipo restritiva e explicativa, o autor observa que, tradicionalmente, a sua divisão é feita por um fator semântico e sua distinção é, majoritariamente, feita a partir da presença ou não das vírgulas, separando-as da oração principal. Para isso, contrasta as duas sentenças a seguir:

(93) O urso, que fugiu, era branco.

(94) O urso que fugiu era branco<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> Exemplo retirado de Perini (1996:153).

<sup>51</sup> Exemplos retirados de Perini (1996:155).

De acordo com Perini (1996), a tradição gramatical as classifica em explicativa e restritiva, respectivamente. No entanto, por seu compêndio seguir um viés sintático, prefere utilizar os termos *apositiva* e *não-apositiva*, a fim de não haver equívocos quanto ao significado dos termos da tradição. Segundo o autor,

As construções relativas apositivas têm estrutura sintática semelhante à das não-apositivas, com algumas diferenças, a saber:

- (a) só as apositivas se separam por vírgula do resto da frase;
- (b) só as apositivas podem ocorrer com o relativo *o qual* sem preposição; e
- (c) só as apositivas admitem as construções múltiplas do tipo de (90)<sup>52</sup>, resultantes da movimentação de um SN que contém relativo modificador para o início da oração. (PERINI, 1996, p. 156).

Por fim, apresenta os usos dos diferentes tipos de relativo. Ele destaca os possíveis empregos e os condicionadores sintáticos que acompanham esses relativos. O curioso, nessa etapa, é, justamente, as asserções que faz sobre o relativo *que*, o qual, conforme aponta o linguista, apresenta aspecto *misterioso*.

(d) finalmente, *que* só ocorre com antecedente; e pode ocorrer em construções apositivas ou não. *Que* ocorre também com preposições, mas sofre restrições algo misteriosas: com certas preposições pode ocorrer livremente, mas com outras é de aceitabilidade baixa, ou mesmo francamente inaceitável:

- (95) a. A firma de que lhe falei
  - b. A firma a que me dirigi
  - c. ? A firma com que me entendi
  - d. ?? A firma a respeito de que lhe falei
  - e. \* A firma contra que me revoltei
- Essas restrições estão ainda por estudar. (PERINI, 1996, p. 156)

As observações sobre este relativo ainda não foram analisadas completamente pelo gramático, mas já demonstram a complexidade do fenômeno das orações adjetivas/restritivas. Embora haja muitos estudos tanto na tradição quanto nas diversas correntes da Linguística, ainda há muito o que observar sobre essas estruturas, seus usos, comportamentos, catalogações e condicionadores.

Em suma, neste compêndio analisado, percebe-se que a proposta de Perini (1996) se singulariza, tendo em vista as apreciações feitas pelos gramáticos da tradição. Primeiramente, porque a disposição dos fenômenos na sua obra é inovadora – se comparada com a tradição. Isso se deve ao fato de que observa os fatos da língua sob um viés sintático, isto é, é a estrutura das sentenças e seus traços, os quais orientam a análise dos fatos linguísticos. Em

---

<sup>52</sup> Nesse momento, o autor utiliza três sentenças para se referir ao caso das apositivas. O exemplo ao qual se refere é o das seguintes frases abaixo:

- (90) a. O uniforme, do qual o Ministério especifica o feitio dos bolsos
- b. O uniforme, dos bolsos do qual o Ministério especifica o feitio
- c. O uniforme, o feitio dos bolsos do qual o Ministério especifica (PERINI, 1996, p. 155).

segundo lugar, o autor não segue os termos propostos pela NGB e, em alguns casos – como ocorreu com a catalogação dos pronomes e da classificação dos tipos de orações adjetivas – chega a refutar se tal divisão das palavras em classe está, realmente, certa. Por último, sua análise, por ser um compêndio, predominantemente, descritivo, não traz juízos de valor sobre os fenômenos analisados, mas demonstra quais são as estruturas preferidas na contemporaneidade e se há elementos condicionadores, além de trazer importantes considerações do ponto de vista sintático.

### 2.2.2 Os pronomes relativos e as orações relativas, segundo Neves (2000)

Maria Helena de Moura Neves é uma linguista reconhecida por seus estudos sobre a língua em uso, a gramática funcional e as suas relações com o texto. Por isso, a escolha da sua obra foi de extrema importância para este estudo, já que parte de uma ótica funcional, relacionando língua, uso e reflexão.

A gramática de Neves (2000) explora, na parte II, as classes e as funções das palavras/termos e, exclusivamente no capítulo 11, a autora aborda os pronomes relativos e as orações adjetivas de forma conjunta. Essa é uma abordagem que leva em consideração tanto a sintaxe quanto a morfologia, isto é, a linguista faz uma mescla entre essas duas abordagens – que, por vezes, aparecem dissociadas nas gramáticas – denominada de morfossintaxe.

A linguista analisa os pronomes relativos e as orações subordinadas adjetivas, no capítulo 11, dividindo-o em 5 partes, a saber: i) a natureza dos pronomes relativos; ii) a organização da classe dos pronomes relativos; iii) a função sintática dos diversos pronomes relativos dentro da oração adjetiva; iv) os tipos de oração adjetiva e v) particularidades sobre a colocação da preposição nas construções com oração adjetiva.

No que tange à natureza dos pronomes relativos, há uma abordagem sobre o poema *Quadrilha*, de Carlos Drummond de Andrade, o qual a autora utiliza como instrumento para iniciar a sua explanação sobre as orações adjetivas. A respeito disso, ela trata a questão da recursividade, uma vez que a temática central do texto explora a não reciprocidade do amor.

Nesse poema, recursivamente – sem retorno – indica-se uma pessoa como objeto do amor de outra (João ama Teresa – Teresa é o objeto de amor de João), e em seguida essa mesma pessoa passa a sujeito do amor por outra (Teresa ama Raimundo – e não João), e assim por diante. Isso se obtém pela construção em que o objeto direto de uma oração (Teresa é o objeto direto de amava da primeira oração) é retomado pelo pronome relativo *que* para funcionar como sujeito da oração seguinte (o pronome

relativo *que*, que representa Teresa, é objeto direto de amava da segunda oração). (NEVES, 2000, p. 641)

Posteriormente, a autora traz mais um exemplo de canção “Dentro de mim mora um anjo”, de Fafá de Belém, com pronome relativo e encadeamento de orações relativas, para, depois, falar sobre a natureza desses pronomes. Nessa etapa, a linguista destaca que, também, há um encadeamento de informações na letra da música, mas não de forma linear conforme visto no poema *Quadrilha*.

“Dentro de mim mora um anjo/ Que tem a boca pintada/ Que tem as unhas pintadas/ Que tem as asas pintadas/ Que passa horas a fio/ No espelho do toucador”<sup>53</sup>

Diferentemente do que ocorre no poema, nessa canção, a concatenação de orações retoma o mesmo antecedente “um anjo”, ao qual se adiciona uma série de informações coordenadas: “**que tem a boca pintada**”, “**que tem as unhas pintadas**”, “**que tem as asas pintadas**” e “**que passa hora a fio no espelho do toucador**”.

No que diz respeito à sua natureza, Neves (2000) aborda a questão de introduzirem uma oração adjetiva e exercerem a função sintática de adjunto adnominal do núcleo substantivo a que fazem referência, assim como um adjetivo. Essa parte destina-se à dupla funcionalidade dessa classe, entretanto com uma nova visão para os estudos das orações relativas/adjetivas. Segundo a linguista, o pronome relativo *que* pode exprimir ideia de propriedade, como se nota no seguinte exemplo de sua gramática:

“Ao longo do Novo Testamento a figura de Jesus vai se modificando: temos primeiro o bebê **que** nasce na manjedoura, o menino **que** assombra os anciãos no templo. (APA-R)”<sup>54</sup>

Nesse trecho presente em sua gramática, a linguista Maria Helena aponta o fato de a oração introduzida pelo pronome *que* exprimir, no primeiro caso, a propriedade de bebê, isto é, a propriedade de nascer na manjedoura e, no segundo, a propriedade de menino, ou seja, a propriedade de assombrar os anciãos no templo.

Na parte 2, a autora detém-se à organização dessa classe. Ela os divide em duas subclasses: os que retomam/referem-se a um antecedente e os que tem uma natureza mais nominal, não retomam explicitamente um referente. Nesse momento, o pronome *quem* entra em foco e defende-se a ideia de que pode permear pelas duas subclasses, sendo mais prototípico quando acompanhado de preposição e menos prototípico ao não ser acompanhado

<sup>53</sup> Exemplo retirado de Neves (2000:642).

<sup>54</sup> Exemplo retirado de Neves (2000:643).

(mais nominal). Para ilustrar ambas subclasses, utilizam-se os seguintes exemplos em seu compêndio:

1. E feliz é a **criança que** recebe o conhecimento da lei perfeita do Senhor. (LE-O)
2. Dessa vez foi ela **quem** me fez calar. (A-R)
3. Você não sabe que eu só insulto as **pessoas de quem** eu gosto? (PEL-D)<sup>55</sup>

Em 1., há a subclasse dos pronomes relativos que retomam um referente expresso na sentença – no caso, *que* retoma *a criança*. Em 2. e 3., há construções com o pronome *quem*. Entretanto, na sentença 2., há o relativo sem antecedente expresso, que a autora categoriza como mais “nominal”, já que “eles ocorrem em um ponto em que ocorreria um sintagma nominal, ou seja, um sintagma com núcleo substantivo que seria o antecedente de uma oração adjetiva” (NEVES, 2000, p. 644). Já em 3., há o pronome *quem* acompanhado de item preposicionado.

Em seguida, a autora os subcategoriza em relação à sua referência: i) os que se referem tanto a pessoas quanto a coisas; ii) os que só se referem a pessoas e iii) os que nunca se referem a pessoas. Em i), ela ressalta os seguintes pronomes: *que*, *o qual* (e suas flexões), *quanto* (e suas flexões), *cujo* (e suas flexões). Em ii), destaca apenas o pronome *quem*. Por fim, em iii) ela traz os pronomes *onde*, *quando* e *como*.

Em relação aos pronomes *que* e *o/a qual*, Neves (2000) ressalta que não possuem significação própria, todavia retomam um antecedente expresso. A linguista não destaca o fato de o pronome *que* poder aparecer sem antecedente explícito, como alguns outros autores evidenciaram na parte dedicada aos usos/empregos dos pronomes relativos.

No que tange aos pronomes *cujo*, *quem* e *onde*, a autora faz algumas observações sobre sua natureza na sentença. Em relação ao *cujo*, há ponderações sobre a sua relação com o caso genitivo, aquele que marca posse. Segundo Neves (2000), pode-se dizer que o pronome *cujo* tem relação com a construção *de/do/da + que/quem/o qual*. Para isso, utiliza o seguinte exemplo: “Era um menino **cujo nome** a história não registrou (SPA-T)<sup>56</sup>” que tem relação direta com os seguintes exemplos, também trazidos pela autora: “era um menino *do qual* a história não registrou o nome” e “era um menino de *quem* a história não registrou o nome<sup>57</sup>”.

Ainda referente a este pronome, embora seja uma gramática de uso, a autora aponta uma possível incorreção encontrada em um trecho de um texto jornalístico, a seguir:

<sup>55</sup> Exemplo retirado de Neves (2000:644).

<sup>56</sup> Exemplo retirado de Neves (2000:647).

<sup>57</sup> Exemplos retirados de Neves (2000:647).

“Lembro-me de alguns sobrados [...] Num funcionava o Hotel Bella Napoli, noutra a Fotografia Cilento. Mais adiante o Dr. Melo Barreto, em cujo local sai hoje a rua do mesmo nome”<sup>58</sup>.

Segundo a análise empreendida por ela, no lugar de *cujo* deveriam estar presentes outros relativos, os quais podem expressar ideia de localidade (locativos), como “em que”, “do qual” ou “onde” após o referente *local*. Para Neves (2000), o emprego de *cujo* deve ficar restrito a retomar um antecedente com sintagma definido, não podendo ocorrer quando houver um sintagma nominal indefinido, conforme se nota nos exemplos apreciados em seu compêndio como agramaticais:

Lorenzo sugeriu um livro de Rosanna Nole [...]. (ACM-R)  
 [\*Rosanna Nole, **cujo** (um) livro foi sugerido]  
 Vamos lembrar alguns detalhes do passado. (POL-O)  
 [\*o passado, **cujos** (alguns) detalhes vamos lembrar] (NEVES, 2000, p. 467).

A fim de desfazer a presente agramaticalidade nessas sentenças, a autora sugere que troque *cujo* por *de quem/da qual*, no primeiro caso, e, no segundo caso, por *de que/do qual*. Com essa alteração, a ideia de posse/propriedade seria mantida, no entanto não ocorreria um problema de agramaticalidade.

Na parte final sobre este pronome, Neves (2000) versa sobre o uso deste termo apenas com sintagmas nominais que apresente um determinante que possa ser antecedido de um artigo definido, como em: “Em 1940 nos deu um curso de sociologia da arte, **cujo segundo semestre** foi dedicado ao barroco (ESP-J)” (NEVES, 2000, p. 648). Nesse trecho, o emprego do pronome relativo, conforme a análise empreendida pela gramática, se deve ao fato de o sintagma posterior *segundo semestre* iniciar por um numeral, o qual pode ser precedido de um determinante (*o*).

Entretanto, na parte final, relata a existência de incorreções quanto ao uso deste pronome, possivelmente, pelo som vocálico final de *cujo(a)* que pode ser confundido com um artigo definido (*o/a*). Isso se percebe no exemplo trazido pela autora: “o nome coca deriva de uma palavra aimará, *khoka*, **cujo o** significado seria ‘a árvore’ (RBP-T)” (NEVES, 2000, p. 648). Para a autora, esse tipo de construção pode acontecer devido a uma interferência fonética, em que há uma ilusão sobre o último som vocálico do relativo ser o som de um artigo definido.

Sobre os relativos que se referem a pessoas, ela aborda a questão de *quem* ser sempre acompanhado de preposição, quando seu referente está expresso, ou aparecer na forma de relativo “livre”. Para explicar esta ocorrência, Neves (2000) retoma o exemplo “Dessa vez foi

<sup>58</sup> Exemplo retirado de Neves (2000:647).

ela *quem* me fez calar” e argumenta que “essa é uma forma que reúne em si a função relativa do PRONOME RELATIVO e, ao mesmo tempo, a função de antecedente desse relativo (um substantivo): ‘foi ela a pessoa que me fez calar’.” (NEVES, 2000, p. 649). A linguista segue, no caso do relativo livre, o mesmo método de desenvolver o pronome condensado em uma expressão substantiva + *que*.

No entanto, demonstra que essa proposta coloca o pronome *quem* na mesma posição que um substantivo indefinido, já que condensa em si uma ideia de generalização. Assim, retoma um trecho da canção de Fafá de Belém, a qual foi utilizada no início de sua explicação: “Quem me vê assim cantando/ Não sabe nada de mim” para ilustrar esse conceito. Segundo a autora, *quem* traz ideia de indefinição nesse contexto, porque “na verdade, o que está expresso nesse trecho da canção é ‘(em geral) as pessoas que?’/‘todas as pessoas que?’/‘seja qual for a pessoa que?’.” (NEVES, 2000, p.649).

Em relação ao *onde*, há referência à sua natureza locativa tanto nos contextos em que possui um antecedente expresso como nos contextos em que não possui (relativo livre/absoluto). Assim como feito com o relativo livre *quem*, a autora também desenvolve essa expressão sem antecedente expresso, transformando uma sentença como “é lá **onde** tenho minha vida, minha casa, tudo. (RET-R)<sup>59</sup>” em “é lá o lugar **onde/em que** tenho minha vida, minha casa, tudo”. A seguir, faz uma observação sobre o fato de, em ambas as construções, o pronome relativo *onde* assemelhar-se a um adjunto adverbial de lugar, por seu aspecto de locativo.

A última análise empreendida sobre o emprego dos pronomes relativos refere-se ao uso de *como*. A autora demarca que indica modo e pode aparecer com ou sem antecedente expresso. Nas construções com antecedente explícito, o referente de *como* é equivalente a *maneira*, *forma* ou *modo*, como se nota no seguinte exemplo de Neves (2000:652): “Antes, é preciso reverter a forma **como** a cidade foi ocupada (ESP-J)”, correspondente a *forma pela qual*. Já nas estruturas sem antecedente explícito, o pronome condensa em si a ideia de modo, conforme pode ser visto no exemplo de Neves (2000:652): “Era de cortar o coração **como** ele via seu padrinho (CL-R)”, compatível a *o modo pelo qual*. Nestas estruturas, a linguista destaca o fato de assemelharem-se às orações subordinadas adverbiais de modo.

Ao final, faz um adendo sobre o estatuto desses pronomes dentro da oração adjetiva, formando duas subclasses: i) a dos pronomes substantivos e ii) a dos pronomes adjetivos. Em relação a i), agrupa os relativos *que*, *quem*, *onde*, *quando* e *como*, os quais são invariáveis em

---

<sup>59</sup> Exemplo retirado de Neves (2000:650).

gênero e número. Eles atuam como núcleo na oração em que operam, como em “Os rádios se rompem em grandes vozes de tangos argentinos [**que** contam histórias perdidas de amores perdidos de moças perdidas (VES-R)” (NEVES, 2000, p. 653). Nesse trecho, o pronome *que* age como núcleo do sujeito de *contam*. Em relação a ii), agrupa os relativos que se comportam como determinantes ou adjuntos do substantivo a que se referem e que variam apenas em número (o/a qual e os/as quais) ou que variam em gênero e número (cujo(s)/cuja(s), quanto(s)/quanta(s)), como em: “Hoje recordo tudo isso como imagens de uma fotografia **cujas** figuras se modificam (ORA-R)” (NEVES, 2000, p. 654). Nesse fragmento, o pronome *cujas* desempenha a função de adjunto de *figuras*, equivalente a *fotografias das quais*. Além disso, ressalta que há relativos que podem permear pelas duas subclasses, como *quanto*, que pode aparecer de forma invariável, na forma de núcleo, ou variável, na forma de adjunto.

Essa explanação sobre os empregos dos pronomes relativos é de suma importância para a pesquisa empreendida, uma vez que Neves (2000) descreve detalhadamente seus usos, trazendo exemplos reais/efetivos, além de apresentar o porquê de algumas formas encontradas nesses textos não serem gramaticais, produtíveis na língua.

Na parte 3, há uma explanação sobre as funções sintáticas desses pronomes dentro da oração adjetiva. Ela diferencia a conjunção integrante, que não possui função sintática na oração que encabeça, do pronome relativo, o qual é um termo da oração que introduz. De acordo com a linguista, é através do estatuto do pronome relativo (pronome substantivo ou pronome adjetivo) que se apontam as possíveis funções sintáticas que este vai desempenhar na oração subordinada.

Nessa parte, a autora traz diversos poemas e canções a fim de ilustrar as possíveis funções que cada pronome poderá exercer na oração adjetiva, principalmente a questão da recursividade – já explorada no início de sua explicação – do pronome relativo *que*<sup>60</sup>. No entanto, é importante ressaltar as observações que faz acerca do objeto indireto. Segundo Neves (2000), ao executar tal função no PB, esses pronomes deveriam vir antecidos de uma preposição, de acordo com a regência do verbo da oração encaixada. Entretanto, conforme aponta a própria autora, nem sempre ocorre esse tipo de construção, quer em registros coloquiais, quer em registros mais formais.

Contrariando normas prescritivas, frequentemente a preposição é omitida antes do PRONOME RELATIVO (*que*) que funciona como objeto indireto da ORAÇÃO

<sup>60</sup> Para mais informações, ver Neves (2000, p. 655 e 656).

ADJETIVA. Isso é comum com a preposição *de*, e especialmente no caso do verbo *gostar* (e não necessariamente em linguagem popular). (NEVES, 2000, p. 658).

A descrição feita por Neves, nessa parte, é extremamente importante no que diz respeito ao fenômeno analisado no presente trabalho, já que compete perceber se há, de fato, uma mudança no uso das construções relativas no português atual na modalidade escrita e formal do PB. Nesse momento, a autora utiliza tanto exemplos com a estratégia cortadora quanto com a estratégia resumptiva/copiadora, nomeadas por Tarallo (1983), como se verá adiante. Para isso, utiliza os seguintes exemplos, sendo o primeiro referente à estratégia cortadora e o segundo à copiadora: “O grupo Mamonas Assassinas, de Dinho e seus companheiros, era o grupo Ø **que** eu mais gostava (ESP-J)” e “Um gigante que fazia coisas terríveis que me amedrontavam mas **que** eu gosta dele porque, no final de tudo, ele sempre tirava de um alforje de couro um brinquedo e me mandava brincar (ESP-J)”<sup>61</sup>. Na primeira, o *que* refere-se ao objeto indireto de *gostava*; logo, deveria estar acompanhado da preposição *de*, ao passo que, na segunda, o pronome *que* e a contração *dele* são correferentes, isto é, o pronome *ele* é uma repetição, um pleonismo na oração encaixada.

Ainda sobre essa função sintática, ela destaca que esse tipo de construção ocorre mais fortemente quando o antecedente é *o*, como em: “Na vida a gente tem que fazer o Ø que gosta. (ESP-J)”. Defende-se que cadência e o ritmo da sentença desfavorecem a ocorrência da preposição *de* antecedendo o pronome relativo, já que há uma sequência de três monossílabos átonos (*o + de + que*). Entretanto, quando o pronome demonstrativo aparece com maior saliência fônica, como *aquilo*, as sentenças se tornam mais produtivas e menos “estranhas”, segundo Neves (2000:659).

Caso semelhante ao que se nota com o pronome anterior, ocorre, de forma similar, com a função de adjunto adverbial. A autora salienta que a não presença da preposição, antecedendo o relativo, quando na função de adjunto adverbial, não é somente produto de uma linguagem tida como descuidada, mas que é frequente em textos formais, como se vê nos exemplos trazidos por Neves (2000, p. 660): “A primeira vez **que** estive com eles no então Congo Belga foi em 1949, há 50 anos (EAS-T)” e “Tanta coisa a gente inventa,/ Mas no dia **que** a poesia se arreventa/ É que as pedras vão cantar (MPB)”. Tanto no primeiro exemplo, retirado de um contexto formal, quanto no segundo exemplo, retirado de uma canção da música popular brasileira (MPB), a preposição *em* não aparece de forma explícita.

Por último, faz-se importante, também, destacar a análise no que diz respeito ao uso de *onde*, utilizado, frequentemente, no PB, despido do seu papel temático de locativo. Segundo a

<sup>61</sup> Exemplos retirados de Neves (2000:658).

autora, “o PRONOME RELATIVO *onde* é, muitas vezes, usado, equivalendo a *em que/no qual*, sem valor locativo. A construção não é abonada nas construções normativas, embora se trate de um uso antigo e frequente na língua” (NEVES, 2000, p. 667). Esse emprego, frequentemente presente nos textos contemporâneos, tem origem no português arcaico, ainda que a tradição gramatical reverbera o papel de locativo expresso pelo pronome *onde*. Como forma de ilustrar a sua asserção, a linguista traz alguns exemplos, dentre eles: “D. Nina, desconfiada, depois de muitas discussões, **onde** o Brito se tornava violento no papel de homem caluniado, resolveu segui-lo (PCO-R)” (NEVES, 2000, p. 667). Nesse trecho, o relativo retoma a expressão nominal *muitas discussões*, a qual não possui aspecto de locativo.

Na parte 4, a autora aborda os dois tipos conhecidos de oração adjetiva: restritiva e explicativa. Para diferenciá-las, traz a mesma sentença, porém com mudanças quanto ao tipo de oração adjetiva, como em: “Meus irmãos, que haviam acordado antes de mim, sussurravam ao redor” e “Meus irmãos que haviam acordado antes de mim sussurravam ao redor”<sup>62</sup>. Na primeira, há a oração subordinada adjetiva explicativa, porque se subentende que todos os irmãos tinham acordado antes do emissor, isto é, se refere à totalidade. Na segunda, por outro lado, há uma oração subordinada adjetiva restritiva, porque a não presença das vírgulas indica que aquela oração introduz um subconjunto em relação ao referente do pronome relativo. Em outras palavras, há um conjunto que se refere a “meus irmãos” e um subconjunto que apresenta apenas os que acordaram antes do emissor da sentença.

De acordo com Neves (2000:669): “nessa construção com ORAÇÃO ADJETIVA EXPLICATIVA ficam representados três conjuntos de ‘meus irmãos’, todos com a mesma extensão”. Isto é, o conjunto representado por *meus irmãos* é o mesmo presente em *que haviam acordado antes de mim*, que, também, é equivalente ao presente em *sussurravam ao redor*. Por outro lado, Neves (2000:670) destaca que “nessa construção com ADJETIVA RESTRITIVA ficam representados três conjuntos de ‘meus irmãos’: o primeiro deles mais extenso do que os seguintes, porque a ORAÇÃO ADJETIVA ‘restringe’, diminui o conjunto inicial”. Melhor, o conjunto representado por *meus irmãos* contém mais referentes do que os conjuntos representados por *que haviam acordado antes de mim* e *sussurravam ao redor*.

Após esse momento, aborda a questão dos referentes quando se referem a um indivíduo único, quer dizer, não podendo figurar a explicação por meio da teoria dos conjuntos. Nessa etapa, há a questão de as orações restritivas não poderem atuar sobre um antecedente já restrito, como é o caso de nomes próprios e pronomes pessoais, como em: “\*José que havia

---

<sup>62</sup> Exemplos retirados de Neves (2000:669).

acordado antes de mim sussurrava ao redor” e “\*Ele que havia acordado antes de mim sussurrava ao redor”<sup>63</sup>.

Por fim, há o tratamento sobre as construções de cada subtipo de oração adjetiva. Em relação às restritivas, a autora aborda que podem ser: i) factuais, com o verbo no indicativo, como em: “A mulher **que carregava** lenha viu o padre e veio correndo em nossa direção. (MRP-R)”<sup>64</sup>; ii) não factual, com o verbo no subjuntivo, como em: aquele que tiver o apoio de 49 senadores terá sua proposição aprovada. (MLR-O)”<sup>65</sup>. Sobre a natureza do antecedente, podem ser: um sintagma nominal, um pronome ou o pronome demonstrativo invariável *o*.

Em última análise, há a observação de que, também, podem apresentar verbos nas formas nominais *participio*, *gerúndio* e *infinitivo*, dispensando, neste caso, o uso dos pronomes relativos, encetando a oração adjetiva, como em: “O bolo tinha duas figurinhas de alfenim **representando** um casal de noivos (BAL-R)” (NEVES, 2000, p. 672). Nesse momento, ela faz uma importante observação acerca do emprego de certas construções com a forma nominal do infinitivo. Ao analisar as construções “Acho de uma profundez **de lascar**, Clemente! (PR-R)” e “Amanhecia o dia e a velha preparava o café e saía ele dando Graças a Deus de se ver livre daquela solidão **de matar** (CA-R)”<sup>66</sup>, Maria Helena de Moura Neves observa que

Essas construções de infinitivo fazem quantificação exagerada, para intensificar. Ou seja, nesses casos o verbo perde seu valor ligado a evento (a partir daquilo que se diz nelas, ninguém vai entender que alguém “lasca” algo ou que alguém “mata” alguém) e as expressões assumem valor semelhante ao de um pronome indefinido intensificado: “muitíssimo” [...]. (NEVES, 2000, p. 673).

Novamente, as descrições feitas pela linguista se diferenciam das apresentadas nos demais compêndios gramaticais analisados, já que insere observações distintas e pautadas em sentenças efetivas do PB, para focalizar o fenômeno das orações adjetivas, a qual trata de maneira conjunta com os pronomes relativos e seus empregos na estrutura frasal.

Por último, na parte 5, a autora disserta sobre as amálgamas feitas em construções com o pronome demonstrativo invariável *o*, em que esse pronome (o qual representa o antecedente e referente do relativo) passa a uma posição subsequente à preposição, como em: “Não podia desmerecer da confiança do velho, **pelo que** mandei Antão Pereira deixar Vermelhinho por minha conta (CL-R)”. Nesse período, a preposição + o pronome relativo, equivalem à expressão *razão pela qual*.

<sup>63</sup> Exemplos retirados de Neves (2000, p. 671).

<sup>64</sup> Exemplo retirado de Neves (2000, p. 672).

<sup>65</sup> Exemplo retirado de Neves (2000, p. 672).

<sup>66</sup> Exemplos retirados de Neves (2000, p. 673).

### 2.2.3 Os pronomes relativos e as orações relativas, segundo Castilho (2014)

A escolha pela gramática de Ataliba de Castilho se deve ao fato de esta recolher e analisar os fatos da língua falada culta no Brasil. O interesse surgiu da questão de não se vislumbrar a fala recorrente e/ou a escrita tanto formal quanto informal, mas de observar a fala sob o registro culto. Isso é bastante importante para, também, se pensar se há alguma relação entre o que se vê na escrita de registro formal, produzida por falantes cultos, e os fatos descritos pelo linguista em seu compêndio no que tange ao pronome relativo e às orações adjetivas.

A referida gramática subdivide-se em 15 partes, apresentando, inclusive, um capítulo sobre possíveis estudos que podem ser depreendidos por linguistas. Além disso, também, faz uma abordagem sintagmática, dedicando-se a explorar os sintagmas nominais, adjetivais, adverbiais e verbais, tanto por sua estrutura quanto pelo seu uso nas sentenças efetivas do português. Assim como Neves (2000), ele faz uma abordagem morfossintática, tratando dos pronomes relativos em conjunto com as orações relativas, na parte em que se dedica às sentenças complexas.

Nessa parte, o linguista, primeiramente, conceitua o que é subordinação e seu estatuto. Para ele, as orações subordinadas são obtidas por um processo de encaixamento, sendo constituintes umas das outras. Segundo o autor, esse tipo de encaixamento pode ocorrer de três formas: i) quando o encaixamento ocorre no sintagma verbal e seu constituinte é um termo integrante (substantivas); ii) quando o encaixamento ocorre no sintagma nominal (adjetivas) e iii) quando o encaixamento ocorre por adjunção (adverbiais). Após isso, descreve as orações subordinadas substantivas e, depois, destina-se às orações subordinadas adjetivas<sup>67</sup>.

Ataliba refere-se às orações relativas como processos em que há

sentenças encaixadas num sintagma nominal, em que atuam como Complementadores (veja 11.6). O processo de relativização é, portanto, o relacionamento de dois sintagmas nominais correferenciais, como se pode ver em:

(82)

a) [O aluno atento]i passa de ano.

b) [O aluno estudioso]i passa de ano.

c) [O aluno atento que é estudioso] passa de ano

(CASTILHO, 2014, p. 366)

---

<sup>67</sup> É importante destacar que o autor se refere a essas orações tanto como relativas quanto adjetivas, mesmo que nomeie a sua subseção de “Subordinadas adjetivas”.

Nos exemplos trazidos pelo autor, “o aluno atento” e “o aluno estudioso” se referem à mesma pessoa, isto é, são correferentes. Para descrevê-las sintaticamente, ele contempla o fato de serem complementadoras do núcleo do SN; logo, estão adjungidas a qualquer elemento que funcione como núcleo desse sintagma (substantivos ou pronomes). Por último, antes de vislumbrar a sintaxe dessas orações, o linguista descreve que tais orações são encabeçadas por pronomes relativos, os quais fazem parte de uma classe fechada, mas que o *que* tem se tornado uma espécie de relativo universal, ocupando o espaço dos demais na língua falada.

Após conceituar essas orações, o autor se preocupa em descrevê-las sintaticamente. Nesse momento, ele divide sua análise em três partes: i) estratégias de relativização e tipologia das orações relativas; ii) funções do pronome relativo e iii) adjetivas livres. Na primeira parte, ele reflete sobre o fato de haver uma hierarquia no que diz respeito ao processo de relativização, observando que é mais prototípico relativizar a função de sujeito do que a de objeto direto, o que, também, será pontuado na parte destinada aos resultados da pesquisa. Para isso, utiliza resultados de pesquisas de diversos autores, os quais defendem que há uma espécie de

“hierarquia de acessibilidade dos sintagmas nominais à relativização”, sustentando que (1) qualquer língua pode relativizar sujeitos; (2) as estratégias de relativização não podem saltar pontos nessa hierarquia, isto é, se se relativiza um sintagma nominal objeto indireto, será necessário relativizar antes um sintagma nominal objeto direto; (3) essas estratégias podem interromper-se em qualquer ponto da hierarquia. (CASTILHO, 2014, p. 366 e 367)

Tendo esses pressupostos em mente, o autor apresenta as três classificações encontradas na literatura sobre as orações relativas, sendo elas: a adjetiva padrão; a adjetiva copiadora e a adjetiva cortadora, conforme apresentadas, anteriormente, no início do capítulo 1 em conceitos específicos. Em relação à estratégia padrão, Ataliba sinaliza que o quadro de pronomes relativos do PB está sofrendo uma grande restrição, o que ocasiona uma generalização do uso de *que*. Assim, surge uma despronominalização do item que enceta as orações adjetivas, gerando, conseqüentemente, estruturas como a adjetiva copiadora.

No que diz respeito às resumptivas/copiadoras, o linguista observa a questão de, nessas orações, o pronome relativo perder o seu estatuto de pronome, isto é, seu caráter fórico e ser retomado por um pronome pessoal na posição que ocuparia normalmente, como “Não há área urbana em São Paulo **que a polícia não entre nela**”, “Os painéis solares geram a energia **que sempre sonhamos com ela**” e “O livro de história **que a capa dele está rasgada...**” (CASTILHO, 2014, p. 367). Nas orações em negrito, o pronome *que* perdeu seu caráter de retomar algum elemento – no caso, *área urbana em São Paulo*, *a energia* e *o livro de história*,

respectivamente – e torna-se um complementizador, além de o pronome pessoal *ele/ela* (contraído nas preposições *em* e *de*, ou acompanhado da preposição *com*) retomar o referente que deveria ser do pronome.

Outro fator importante é o de que ele, também, salienta a rara presença do pronome *cujo* até em contextos mais formais, o que tem diferenciado o PB do PE. Ao retomar o exemplo “O livro de história **que a capa dele está rasgada...**”, o autor demonstra a possibilidade de, no registro formal, ainda se encontrar a estrutura adjetiva introduzida por *cujo*, como em: “O livro de história **cuja capa está rasgada...**” (CASTILHO, 2014, p.367).

Sobre as sentenças adjetivas cortadoras, o escritor se refere ao fato de estas já aparecerem nos textos escritos do PB e o fato de, inclusive, haver variação quanto ao uso do pronome *onde*, o qual pode veicular ideias tanto de lugar como de tempo, conforme afirma pesquisa de Braga/Manfili (2004). Segundo Castilho (2014, p. 368, *apud* Braga/Manfili, 2004)), as posições de adjunto favorecem o uso de *onde*, enquanto as de argumento favorecem o uso do pronome relativo, acompanhado de preposição. Ademais, ele apresenta o estudo feito por Mary Kato e Tarallo (1983) os quais serão abordados a seguir.

Ela mostrou que há uma harmonia no tratamento dos clíticos e dos pronomes relativos, pois ambos compartilham a propriedade da foricidade. Assim, o falante que usar os clíticos na anáfora, como em

(86) Eu descasquei as laranjas e Pedro as comeu.

utilizará a adjetiva padrão:

(86a) Eu descasquei as laranjas que Pedro comeu.

O falante que substitui o clítico pelo pronome acusativo *ele*, como em

(86b) Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu elas.

selecionará a adjetiva copiadora:

(86c) Eu descasquei as laranjas que Pedro comeu elas.

Finalmente, o falante que anaforiza através da elipse, como em

(86d) Eu descasquei as laranjas e Pedro comeu Ø.

selecionará a adjetiva cortadora, como em

(86e) Eu descasquei as laranjas que Pedro comeu Ø.

semelhante na aparência a (86a).

O rápido desaparecimento dos clíticos no pb vem favorecendo o uso das adjetivas copiadoras e cortadoras. (CASTILHO, 2014, p. 368)

Após esse momento, o autor trata da questão das funções dos pronomes relativos. Nessa parte, Ataliba indica a dupla funcionalidade desses pronomes: receber funções argumentais ou de adjunção do verbo da sentença encaixada e ligar/conectar a oração adjetiva ao núcleo (referente) da oração principal/matriz.

Entretanto, apesar de demonstrar que o pronome relativo apresenta essa dupla funcionalidade simultânea, insiste no fato de, atualmente, estar sofrendo um processo de despronominalização. Dessa forma, pronome relativo e conjunção integrante tornam-se termos que encabeçam orações subordinadas de forma semelhante.

O quadro se complica no caso das substantivas que funcionam como argumento de um substantivo, como em

(87) g) Não há necessidade **que me abale**, continuarei sempre na luta.

E agora, que me abale é uma sentença substantiva ou adjetiva?

Se você quiser uma solução baseada na Morfologia, argumente que o pronome relativo dispõe do alomorfe qual; com isso, se a palavra que pode ser substituída por qual, você está diante de um pronome relativo, que introduz uma sentença adjetiva:

(87g') Não há necessidade **a qual me abale**, continuarei sempre na luta.

Mas você pode fazer um raciocínio sintático. Necessidade é um substantivo abstrato, como saudade. Essas palavras regem argumento interno preposicionado, denominado tradicionalmente complemento nominal (cf. *saudade da paçoquinha*, *necessidade de paçoquinha*). Em consequência, o que integrante virá preposicionado, como em

(87h) Não há necessidade **de que você me abale**.

e teremos uma substantiva. (CASTILHO, 2014, p. 369)

Num outro momento, Castilho (2014) discorre sobre as orações adjetivas livres. Para ele, é bastante difícil traçar o ponto em que se tem uma oração relativa livre e uma oração subordinada substantiva, uma vez que o pronome *quem* traz essa dupla interpretação em alguns contextos. Devido a esse pronome apresentar traços [+humano] e por poder ser parafraseado por *aquela que*, denota-se que tais construções podem ser adjetivas sem antecedente expreso (adjetivas livres), como em:

**Quem foi a Portugal** perdeu o lugar.

Que se transforma em:

Aquele Ø que foi a Portugal perdeu o lugar.

Aquele sujeito que foi a Portugal perdeu o lugar.<sup>68</sup>

Segundo o autor, essas construções são de difícil conceituação porque diversos gramáticos as veem de maneira contrastante: ou são adjetivas ou são substantivas. Nesse momento, ele argumenta que se pode pensar que tais construções estão num ponto de passagem entre as duas análises, configurando-se num *continuum* entre o encaixamento no sintagma verbal e o encaixamento no sintagma nominal.

Por fim, Ataliba de Castilho desenvolve o critério semântico dessas orações. Assim, ele as subdivide em quatro categorias: i) restritivas ou determinativas: servem para especificar um sintagma nominal, adicionando informação relevante, isto é, formam um subconjunto dentro de um conjunto do SN; ii) explicativas ou apositivas: funcionam como um comentário do interlocutor acerca do SN; iii) restritivas finais: agregam noção de finalidade e são introduzidas por verbos no subjuntivo, como em “Mandou retirarem seus sapatos enlameados, **que não sujassem sua sala**”; e iv) restritivas causais: atribuem noção de causalidade, como em “O cão, **que é amigo fiel**, vigiou a casa durante toda a noite”<sup>69</sup>.

<sup>68</sup> Exemplos retirados de Castilho (2014, p. 369 e 370).

<sup>69</sup> Ambos os exemplos foram retirados de Castilho (2014, p. 369).

O compêndio gramatical de Ataliba de Castilho (2014) foi fundamental para a análise empreendida nesta pesquisa. Ao tratar as questões adjetivas, o autor retoma os postulados de Kato e Tarallo (1983), a fim de observar as estruturas presentes na língua falada culta do PB.

A seguir, as três gramáticas de uso analisadas nessa subseção serão contrastadas, comparando todas as contribuições no tocante à conceituação e à descrição dos pronomes relativos e das orações adjetivas.

#### 2.2.4 Análise comparativa das gramáticas de uso

Diferentemente da abordagem comparativa feita na subseção das gramáticas prescritivas, não cabe, nesse momento, fazer um quadro sobre os pronomes relativos e os tratamentos feitos por cada autor, já que alguns não apresentam uma conceituação clara dessa classe e a analisam em conjunto com as orações relativas, como se fossem um único objeto. Dessa forma, a apreciação será feita em apenas um quadro, levando em conta todos os aspectos trabalhados pelos linguistas.

No que diz respeito às orações adjetivas/relativas, Perini continua se diferenciando quanto ao tratamento dado a esse fenômeno complexo dos demais autores. O linguista aborda, como os demais, a dupla funcionalidade do pronome, mas deixa bastante claro que a terminologia não deveria ser essa (pronome), classificando-o como conjunção subordinativa. Neves e Castilho, também, trazem uma visão morfossintática, não separando pronome relativo de oração adjetiva/relativa. A autora privilegia a questão da recursividade desse tipo de construção diferentemente dos outros autores, porém se aproxima deles, ao tratar a questão de ser um adjunto adnominal do seu antecedente, assim como um adjetivo no SN.

Castilho (2014), por outro lado, apresenta uma visão sobre este fato linguístico, majoritariamente, ancorado nas pesquisas de Kato e Tarallo (1983). As suas contribuições foram de grande importância para o andamento da pesquisa, uma vez que seus postulados, em consonância com Tarallo (1983), serão retomados na etapa de análise do *corpus*.

Além disso, cabe ressaltar que Neves (2000) trouxe uma nova visão sobre o uso de alguns relativos, principalmente por tratar, sob uma ótica funcionalista, os usos de *como* e *quando*, o que a distanciou, ainda mais, das outras gramáticas abordadas.

Quadro 5 - Análise comparativa das três gramáticas de uso

Conceitos/Gramáticas	Perini (2006)	Neves (2000)	Castilho (2014)
<b>Pronomes relativos (PR)</b>	O autor sugere que seja feita uma nova divisão quanto à classe dos pronomes, uma vez que não concorda com a divisão da tradição gramatical. Os pronomes relativos deveriam ser conjunções subordinativas.	Versa sobre a dupla funcionalidade do pronome relativo. Tal classe pode ou não retomar um antecedente explícito na sentença. Há 3 classificações: i) PR que se referem a pessoas ou coisas; ii) só se referem a pessoas e iii) nunca se referem a pessoas.	Pronome que apresenta dupla funcionalidade e encabeça as orações relativas. Podem receber funções argumentais ou de adjunção do verbo da oração encaixada.
<b>Orações adjetivas (OR)</b>	Função de modificador externo do núcleo do SN. Características: i) presença de pronome relativo; ii) presença de estrutura oracional aparentemente incompleta após SN e iii) articulação de núcleo nominal + PR + OR.	A autora faz uma análise morfossintática que analisa a dupla funcionalidade do pronome relativo e a questão da recursividade.	A relativização é o relacionamento de dois SNs correferentes. Atuam como complementizadores no SN.
<b>Tipos de OR</b>	Propõe uma nova classificação. Diferentemente da tradição, nomeia-as como <i>apositivas</i> e <i>não-apositivas</i> . Diferenças entre esses tipos: i) Só as <i>apositivas</i> são separadas por vírgulas; ii) só as <i>apositivas</i> podem ocorrer com <i>o qual</i> sem preposição e iii) só as <i>apositivas</i> admitem construções múltiplas.	2 classificações: restritivas e explicativas. As restritivas agem como particularizantes, formando um subconjunto da expressão nominal a que se referem, enquanto as explicativas não o fazem.	4 categorias: i) restritivas ou determinativas; ii) explicativas ou <i>apositivas</i> ; iii) restritivas finais; iv) restritivas causais.
<b>Usos de preposição antes do PR</b>	Antes do pronome relativo pode aparecer preposição a depender da função sintática que o pronome relativo desempenha na oração adjetiva.	Os pronomes relativos com função sintática de objeto indireto deveriam vir acompanhados de preposição, mas isso, por vezes, não ocorre tanto em registros formais quanto em registros informais.	Quando desempenham função sintática preposicionada, deveriam vir acompanhadas de preposição, mas nota-se que em textos formais já há ocorrências de estratégias cortadoras.
<b>Particularidades</b>	O antecedente do pronome relativo pode ou não estar explícito na oração. Para reconhecer, deve-se observar: i) se há	Faz uma leve menção ao fato de algumas OR não virem precedidas de preposição ao desempenhar a função de objeto indireto	Há uma hierarquia no processo de relativização: a função de sujeito é mais prototípica do que a de objeto. Por isso,

	<p>pronome relativo; ii) se desempenha função sintática e iii) se encabeça a oração.</p>	<p>(forma tipicamente preposicionada). Além disso, a autora trata os termos <i>quando</i> e <i>como</i> como pronomes relativos em determinadas construções, sendo o primeiro um item que retoma tempo e o segundo um termo que retoma o modo pelo qual se desenvolve a ação verbal.</p>	<p>3 surgem classificações: padrão, cortadora e copiadora. O pronome relativo pode veicular noção de tempo.</p>
--	--	--	---

Fonte: A autora, 2022

### 3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Após a verificação de como este fato linguístico foi apresentado nos compêndios da tradição e das gramáticas de uso, este capítulo tem o objetivo de analisar o fenômeno das orações relativas, segundo a visão defendida na presente pesquisa.

Essas orações, conforme previsto na tradição gramatical, são observadas como um fenômeno complexo, ou seja, envolvem operações difíceis/trabalhosas para o falante nativo. Por exemplo, ao utilizar as estratégias de relativização, o falante tem em mente – mesmo que de forma inconsciente – que está retomando uma expressão nominal dita anteriormente, além de estar inserindo uma nova informação sobre essa expressão.

Essa nova informação pode veicular um traço bastante importante sobre o que pensa o falante sobre aquela expressão nominal. Por isso, conforme analisado nas três primeiras gramáticas, a oração relativa recebe a nomenclatura de oração adjetiva. A classe dos adjetivos, segundo Bechara (2009), “é a classe de lexema que se caracteriza por constituir a *delimitação*, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma *parte* ou a um *aspecto* do denotado” (BECHARA, 2009, p. 142).

Assim, seguindo as orientações do que é uma oração relativa, segundo Mira Mateus (2003) – conforme explicitado no capítulo 1 – e seguindo as orientações do que é uma oração adjetiva, segundo Bechara (2009), priorizou-se analisar o uso de estratégias de relativização em textos efetivos no PB, os quais estão dentro do escopo do trabalho: editoriais de jornal. A seguir, há um trecho de um editorial retirado do veículo *Estadão*, o qual trata sobre o Orçamento brasileiro e as reformas políticas que deveriam ser feitas para que o Executivo conseguisse controlar o destino do dinheiro público. Para tanto, foram retirados apenas o subtítulo seguido do parágrafo introdutório, os quais já contém algumas relativas para uma breve análise inicial, tendo como foco a apresentação dos conceitos de pronome relativo e oração relativa em que essa pesquisa se ancora<sup>70</sup>. Veja-se o trecho abaixo para ilustrar essas ideias apresentadas anteriormente.

---

<sup>70</sup> Por seguir o viés sociointeracionista da linguagem, objetivou-se trazer, nesse momento, exemplos de textos reais. A pesquisa toda se ancorará em mostrar todos os exemplos a partir de textos que realmente são produzidos por falantes nativos.

**Exemplo 1:**

## O SEQUESTRO DO ORÇAMENTO

**O próximo presidente terá imenso trabalho para resgatar o Orçamento, hoje refém de interesses de parlamentares que exploram a pusilanimidade de Bolsonaro**

A sanção do Orçamento deste ano reforçou a necessidade de uma reforma que garanta ao Executivo um mínimo de controle sobre o destino do dinheiro público oriundo dos impostos pagos pela sociedade. As despesas obrigatórias, que incluem gastos com servidores públicos e benefícios previdenciários e sociais, representaram mais de 93% dos dispêndios de 2021, segundo o Tesouro Nacional, ante 85% em 2008. A margem de gastos discricionários, cuja escolha deveria caber ao governo, cai ano a ano e tem sido cada vez mais consumida pelo apetite voraz dos parlamentares por meio de emendas, tudo com a animada cumplicidade de Jair Bolsonaro.

(O sequestro do Orçamento. Fragmento. **Estadão**, 31 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://opinio.estado.com.br/noticias/notas-e-informacoes,o-sequestro-do-orcamento,70003964869>>. Acesso em: 17 de fev. de 2022)

No subtítulo desse trecho, já se encontra uma oração relativa: “**que exploram a pusilanimidade de Bolsonaro**”. Nessa ordenação sintática, o pronome relativo *que* retoma o seu antecedente *parlamentares* e desempenha a função sintática de sujeito da oração encaixada. Segundo a tradição gramatical, tal oração apresenta comportamento sintático de adjetivo, uma vez que está dentro de um SN (sintagma nominal), agindo como modificador do núcleo nominal. O papel dela, nesse trecho, é o de apresentar uma característica dos parlamentares, a qual os distingue dos demais: explorar a falta de ânimo de Bolsonaro.

Como apresenta comportamento de adjetivo, tal estrutura poderia ser transformada em um sintagma. No entanto, o projeto de dizer do autor do referente editorial seria comprometido. A título de exemplificação, seguem as possibilidades:

1. Hoje refém de interesses de parlamentares **que exploram a pusilanimidade de Bolsonaro**.
2. Hoje refém de interesses de parlamentares **exploradores da pusilanimidade de Bolsonaro**.

Em 1, subentende-se que, apenas, um subgrupo de parlamentares, de fato, explora a falta de ânimo de Bolsonaro, ao passo que, em 2, subentende-se que **todos** os parlamentares

exploram a pusilanimidade do presidente. Essa mudança de sentido é ocasionada pela carga semântica que as orações relativas conferem ao texto, quando na forma restritiva/determinativa: restringir/delimitar o conjunto do seu antecedente. Neste caso, como apontado, não são todos os parlamentares que possuem essa postura, mas um **subconjunto** deles.

A partir dessa análise inicial, já se pode conjecturar o duplo papel do pronome relativo: referir-se a um termo citado anteriormente – ou que pode ser recuperado pelo contexto – e desempenhar uma função sintática na oração encaixada. Esse duplo papel da referida classe gramatical ocorre de maneira simultânea, isto é, trata-se de um fenômeno complexo para os falantes da língua. Sobre este segundo papel, veja que *parlamentares* é núcleo do complemento nominal *interesses*, enquanto, na oração encaixada, o pronome relativo *que* (que o retoma) exerce a função de sujeito de *exploram*. Isso se torna mais claro, ao separar esse período composto em duas orações independentes sintaticamente: O próximo presidente terá imenso trabalho para resgatar o Orçamento, hoje refém de interesses de parlamentares / Esses parlamentares exploram a pusilanimidade de Bolsonaro.<sup>71</sup>

A segunda oração relativa presente no fragmento “**que garanta ao Executivo um mínimo de controle sobre o destino do dinheiro público oriundo dos impostos pagos pela sociedade**” apresenta algumas características em comum com a analisada anteriormente. Nesse exemplo, o pronome relativo continua apresentando seu duplo papel simultâneo, mas o seu referente, na oração principal, desempenha a função de complemento nominal e, na encaixada, de sujeito.

Em relação aos seus aspectos textuais e semânticos, a oração é classificada como restritiva, na tradição, e como determinativa, segundo Mira Mateus (2003), por delimitar o subconjunto das reformas: não é qualquer reforma, mas a com essas características em específico. Em outras palavras, a partir da totalidade de reformas, cria-se um subconjunto em que há as reformas que deveriam ser feitas no Brasil, a fim de auxiliar o poder Executivo. Além disso, essa oração parece introduzir o objetivo dessa reforma; não apenas a restringe, mas também inclui a sua finalidade, o que é reforçado pelo nome *necessidade*, que seleciona o SN do qual essa oração faz parte.

Até o presente momento, o editorial apresentou apenas orações adjetivas do tipo restritivo. No entanto, a terceira ocorrência é marcada pela presença de uma oração

---

<sup>71</sup> Essa separação altera o projeto de dizer do falante. Veja que, nesse momento, foi usada apenas para fins didáticos, isto é, a fim de demonstrar como o referente desse pronome pode desempenhar funções sintáticas diferentes.

subordinada adjetiva explicativa – ou oração relativa apositiva, segundo alguns linguistas, como Mira Mateus *et al.* (2003). Diferentemente da oração restritiva, a explicativa não restringe o núcleo nominal a que está vinculada, mas lhe atribui uma característica de descrição, que não o distingue dos demais. No trecho, a oração “**que incluem gastos discricionários com servidores públicos e benefícios previdenciários e sociais**” não delimita um subconjunto das despesas obrigatórias do governo, apenas descreve que despesas são estas. Em outras palavras, traz uma informação – que pode ser desconhecida pelo público-alvo, no caso a população – a fim de apresentar quais são os gastos indispensáveis do poder público.

Em relação ao seu comportamento sintático, diz-se que tais orações apresentam a função de aposto, o termo que explica ou exemplifica de maneira mais detalhada o item (de valor substantivo ou pronominal) a que faz referência. Dessa forma, a tradição gramatical as nomeia de explicativas, enquanto algumas gramáticas de uso, como a de Mira Mateus (2003), as nomeiam de apositivas, devido ao seu caráter sintático.

Por último, há particularidades quanto ao uso de certos pronomes relativos, como o pronome *cujo* (indicativo de posse), *onde* (locativo) e *quem* (humanos ou coisas personificadas). Ao retomar o trecho do editorial de jornal, verifica-se que a última oração adjetiva grifada “**cuja escolha deveria caber ao governo**” retoma o SN “**a margem de gastos discricionários**”. Tal construção sintática, após uma análise piloto de textos de estudantes e de editoriais de jornal, parece estar desaparecendo do PB, mesmo em situações em que se exige alto grau de formalidade, como a escrita presente em editoriais. Nota-se que a forma “cujo” (e suas flexões) não estão sendo adquiridas, mesmo com o caráter instrucional, pelos falantes nativos do PB, o que pode nos diferenciar dos falantes do Português Europeu (*doravante* PE), conforme destacou Duarte (2007). Nesse trecho em questão, o autor utiliza, plenamente, a forma *cujo*, o que parece demonstrar um alto grau de manipulação dos fenômenos linguísticos do PB.

Como já foi tratado o aspecto semântico dessas orações – se são restritivas ou explicativas/apositivas – agora, tratar-se-á sobre os aspectos sintáticos. Conforme marcado anteriormente, o pronome relativo que introduz essas orações desempenha função sintática na oração encaixada. Logo, em posições que exigem o seu complemento na forma de sintagma preposicionado (SP), esses pronomes devem vir acompanhados de preposição. Caso isso não ocorra, é dito que há uma transgressão quanto às normas da tradição gramatical.

Ainda que esse gênero apresente alto grau de formalidade, encontram-se nesses veículos alguns desvios quanto à norma padrão, o que não exclui o caso das orações relativas.

A seguir, há o segundo parágrafo de um editorial de jornal, retirado do veículo *Estadão*, o qual tem como tema os erros, que Lula está tentando apagar, cometidos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) durante o governo Dilma Rousseff.

### Exemplo 2:

“Trata-se de um longo passivo, **que não surgiu agora e não está apenas relacionado à Lava Jato**. Mas há um item, em toda essa longa lista, **que se sobressai**. É um **assunto que Luiz Inácio Lula da Silva tem especial dificuldade de lidar**. O líder petista pode até falar do apartamento triplex no Guarujá ou do sítio de Atibaia – temas naturalmente desconfortáveis, **que escancararam ao País o modo como o ex-sindicalista, que sempre bradou contra os patrões, lida de fato com os empreiteiros camaradas** –, mas não faz ideia de **como abordar este assunto**: Dilma Rousseff e seu trevoso governo.”

(Lula esquece, o País lembra. Fragmento. *Estadão*, 30 de jan. de 2022. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,lula-esquece-o-pais-lembra,70003964144>>. Acesso em: 17 de fev. de 2022)

As duas primeiras orações relativas “**que não surgiu agora e não está apenas relacionado à Lava Jato**” (l. 1) estão coordenadas entre si e pertencem ao tipo explicativo/apositivo. Textualmente, estas orações detalham os passivos referentes ao governo petista durante o mandato de Dilma, atribuindo-lhes duas características: não ter surgido agora e não serem referentes somente à Lava Jato. Esse tipo de oração, conforme visto na parte de conteúdos específicos, tem como característica fundamental não restringir o SN a que se refere, mas apresenta a função de detalhá-lo, ou seja, apresenta mais especificamente o substantivo ou o pronome que retoma. Essa função é, na Sintaxe, marcada pelo *aposto*; por isso, alguns linguistas como Mira Mateus (2003) as definem como *apositivas*, enquanto a tradição as define como *explicativas*.

A ocorrência seguinte, entretanto, é de uma oração do tipo restritivo, a qual cria um subconjunto do SN que retomam. A oração “**que se sobressai**” (l. 2) delimita o conjunto de *itens* possíveis e extrai apenas um: o item sobressalente. Essa alternância demonstra que ora o objetivo é de detalhar com mais precisão alguma informação, como no exemplo anterior, ora a finalidade é de apresentar uma característica que a distinga das demais, como se nota a partir desse exemplo. Algumas gramáticas de uso, como a de Ataliba de Castilho, também as

nomeiam como *determinativas*, já que se comportam sintaticamente como determinantes, delimitando o seu correferente.

De acordo com a norma-padrão, quando o referente do pronome relativo exerce uma função sintática na forma de sintagma preposicionado na oração encaixada, deve-se colocar a preposição adequada antes do pronome relativo. No trecho acima, deveria haver a ocorrência da preposição *com* antes do pronome *que* na oração “**que Luiz Inácio Lula da Silva tem especial dificuldade de lidar**” (l. 2 e 3), uma vez que a grade argumental do verbo *lidar* segue o seguinte esquema “alguém tem dificuldade de lidar com alguma coisa”. Assim, segundo as normas da tradição gramatical o esperado seria “**é um assunto com que Luiz Inácio Lula da Silva tem especial dificuldade de lidar**”. Por mais que se trate de um gênero com uma linguagem extremamente formal e que passa por algumas revisões linguísticas antes de sua conjectura final, alguns *vazamentos da oralidade* tornam-se pertinentes nesses textos, como se pode observar no caso das estratégias de relativização do tipo não padrão. Esse caso pode-se configurar como um indício de que tais ordenações, conforme apontado por Mollica (1977) e desenvolvido por Tarallo (1983), estão passando por um processo contínuo de variação, chegando a ocupar, em alguns momentos, inclusive, espaços em registros com alto grau de formalidade.

Ao final do trecho apresentado, há a presença de mais algumas orações adjetivas explicativas/afirmativas. Ao fazer uma análise metalinguística da terminologia, associada à significação dessas estruturas no texto, percebe-se que tais orações apresentam uma explicação detalhada sobre os referentes dos pronomes relativos – no caso, *temas* e *ex-sindicalista*, respectivamente. Em “**que escancaram ao país o modo como o ex-sindicalista, que sempre bradou contra os patrões, lida de fato com os empreiteiros camaradas**”, temos uma estrutura ainda mais complexa do que as abordadas anteriormente, pois, dentro da oração relativa, há duas outras relativas encaixadas.

A primeira relativa configura-se como afirmativa/explicativa e introduz uma explicação sobre o porquê de os temas serem desconfortáveis para Lula, ao passo que a terceira– “**que sempre bradou contra os patrões**” – atribui uma característica – que o autor supõe conhecida – sobre o ex-presidente; logo, assemelha-se, sintaticamente, a um aposto. Textualmente, o uso de tais estruturas servem para trazer informações que o autor julga serem de conhecimento do seu leitor, além de ajudar a formar a opinião do jornal – e, sobretudo, dos leitores – acerca do ex-presidente Lula.

Por último, a segunda oração adjetiva “**como o ex-sindicalista (...) lida de fato com os empreiteiros camaradas**” retoma o referente *modo*, atribuindo-lhe uma característica que

o diferencia dos demais e, sobretudo, enfatiza a sua argumentação sobre Lula não agir, na realidade, tão contrariamente aos padrões. Segundo as análises empreendidas dos compêndios da tradição, as relativas introduzidas por *como* desempenham a função de adjunto e, na tessitura textual, são empregadas com o objetivo de demonstrar o modo como uma determinada ação irá se desenvolver. Nesse exemplo, ela especifica de que modo o ex-sindicalista lidava com os empreiteiros.

A fim de dar continuidade à pesquisa, nas próximas subseções, haverá a descrição, primeiramente, do *corpus*. Isto é, será apresentado o gênero textual que será trabalhado, sua justificativa e a relação com o fenômeno linguístico analisado. Após isso, serão delineadas as etapas do método utilizado nesse trabalho, ou seja, em que consiste a metodologia utilizada e o passo a passo para empreender a análise.

### 3.1 Descrição do *Corpus*

Como *corpus* da pesquisa foi feita a seleção de 12 (doze) editoriais de jornal do veículo *Estadão*. Essa escolha se pautou no fato de que os editoriais são textos extremamente formais dentro do *continuum* de formalidade, conforme já destacado no capítulo 1, na parte destinada aos conceitos gerais. Ademais, a decisão pelo veículo de informação foi feita por se tratar de um jornal que está há anos no mercado, além de ser um dos veículos mais importantes, devido ao seu alcance por causa do grande público-alvo. Por isso, nossa hipótese inicial é que os traços de inadequação ao registro formal e a presença de oralidade nesses textos seja irrisória ou, inclusive, não haja.

Em relação a isso, como o objeto de estudo é a oração subordinada adjetiva/oração relativa e seu emprego em textos efetivos, optou-se pelo editorial. Sabe-se que esse gênero textual propaga a posição do canal em que está inserido, isto é, como os editoriais de jornal encontram-se na seção *Opinião* do *Estadão*, todos os textos produzidos, nesse setor, difundem as ideias desta instituição, perante alguns temas em destaque na sociedade.

O jornal é, ainda, um dos meios pelos quais o leitor consegue se informar, se divertir e, inclusive, formar opiniões acerca de um determinado assunto. Dessa forma, devido à tradição, esses canais apresentam maior monitoramento linguístico para se expressar, bem como utilizam a norma culta da LP. Nesta pesquisa, não há a defesa de que se encontra a norma padrão da língua nesses veículos, mas há a defesa de que se encontra a norma culta, quer

dizer, a efetivação da norma padrão em textos reais por intermédio de falantes que possuem domínio pleno (ou deveriam possuir) dos mecanismos linguísticos de sua língua materna.

Isto posto, espera-se que, nesses textos, sejam encontrados indícios de alguma mudança nas estratégias de relativização do PB. Estratégias como a resumptiva/copiadora não são esperadas nesse gênero, uma vez que, ainda, há um estigma em relação a estas estruturas, por serem prototípicas de um registro das normas vernaculares/populares. Além disso, espera-se que sejam encontradas tanto estratégias cortadoras quanto estratégias que deveriam ser padrão, entretanto possuem alguma inadequação – pensando, nesse momento, nas normas gramaticais – quanto ao (*bom*) uso do pronome relativo.

Dessa forma, o *corpus* escolhido serve como suporte para a reflexão acerca das mudanças ocorridas dentro do Português Brasileiro contemporâneo. Se, em registros altamente formais, forem encontradas estratégias que, até o presente momento, eram rechaçadas por indivíduos letrados, nota-se uma emergência em se pensar no uso e na reanálise de materiais de consulta no que tange às normas gramaticais, assim como em repensar as práticas pedagógicas no que diz respeito ao fenômeno complexo das orações relativas, já que o objetivo das aulas de LP deve ser propiciar ao aluno a adequação linguística em diversos ambientes comunicacionais.

Os critérios utilizados para a seleção dos editoriais foram: *tema, extensão e suporte*. Para isso, foram recolhidos doze editoriais, retirados do site do jornal *Estadão*, no período de janeiro a julho de 2022. Essa escolha se pautou no fato de que, durante esses seis meses, se esperava que houvesse uma boa produção de textos sobre o tema política nacional brasileira, visto que o Brasil se encontra em ano de eleição e se pressupõe que haja numerosos editoriais com uma carga adjetival bastante recorrente e bem marcada.

No que diz respeito ao critério sintático mencionado acima (carga adjetival), é comum que se produzam textos com alto teor valorativo nessa época, visto que o jornal precisa demonstrar e, sobretudo, impor a opinião política que irá defender. Em um ano com uma polarização no campo político extremamente acentuada, pode-se presumir que esses textos irão elencar um número mais elevado de orações relativas, tendo em vista a conceituação e o uso dessas orações textualmente, conforme observou-se no capítulo 2 – destinado à visão gramatical dessas estruturas.

No tocante à extensão, todos os editoriais apresentaram, no máximo, duas páginas (incompletas) de corpo textual. Priorizou-se esse padrão porque a análise empreendida não se detém, apenas, à quantificação de orações relativas, mas em como elas se comportam dentro dos textos, para que são utilizadas e de que forma se estruturam. Diferentemente de outros

trabalhos, como os vistos na Revisão da Literatura (capítulo 1), não interessa apenas quantificar e especificar que estratégias de relativização se encontram nesses editoriais.

Dentre o *corpus* selecionado, apenas um (1) editorial não se enquadrou no referido tema, mas apresentou uma soma considerável de orações relativas, não sendo muito extenso inclusive. O texto IV, intitulado “A humanidade nunca viu tão longe”, aborda a criação do telescópio James Webb e defende a tese de que a visão da humanidade pode passar por alterações, devido à possibilidade de ampliar os espaços, até então, conhecidos pela ciência.

### 3.2 Metodologia da pesquisa

Após a descrição do *corpus* escolhido para a pesquisa, cabe demonstrar de que forma será empreendida a análise desses textos, a qual terá como base a quantificação e a qualificação das orações relativas encontradas nos editoriais recolhidos.

Primeiramente, vale ressaltar que a pesquisa toma como base os dados recolhidos dos doze editoriais. No entanto, por se tratar de uma análise interpretativa e qualitativa dos dados, apenas aparecem de forma completa cinco editoriais na parte destinada à análise do *corpus* (capítulo 5). Os resultados, conforme destacado, referem-se aos 12 editoriais, mas a análise completa, a fim de não se tornar repetitivo, contempla apenas 5 editoriais. Esse método teve como motivação a questão de esse quantitativo ser o suficiente para demonstrar as inovações encontradas nos dados, bem como de exemplificar o caminho pelo qual a pesquisa trilhou.

Em segundo lugar, é importante destacar que a presente dissertação segue uma linha sintática atrelada às implicações textuais. Quer dizer, para analisar os dados, são quantificadas todas as orações presentes nos editoriais, sua classificação – subordinada ou coordenada – e quantos e quais tipos de períodos constituíam cada editorial. Após isso, há um levantamento, dentre as orações subordinadas, de quantas eram relativas. Nesse momento, esses dados – referentes às orações relativas – são dispostos em dois quadros distintos e as estratégias de relativização são vislumbradas tanto em relação à sua forma (desenvolvida ou reduzida) quanto ao tipo de estratégia utilizada (padrão, copiadora ou cortadora) e, também, quanto à sua significação (apositiva ou restritiva).

Por último, posteriormente aos quadros quantitativos e qualitativos, há a interpretação textual em conjunto com a análise feita nos quadros. Essa interpretação segue a linha sociointeracionista, uma vez que entende o texto como a materialidade do discurso. O texto é

a forma de concretizar e efetivar os desejos, as intenções e isso só ocorre a partir de gêneros textuais. Por isso, faz-se importante analisar os mecanismos linguísticos utilizados no projeto de dizer desses falantes e de que forma implicam a conjectura final do texto, quais as suas interpretações e os seus efeitos de sentido.

A título de exemplificação, abaixo encontram-se os quadros utilizados para a análise dos editoriais recolhidos.

Quadro 6 - Tipos de orações relativas

Orações adjetivas	Linhas	Número de ocorrências
Padrão		
Cortadora		
Resumtiva/copiadora		
Total		
Desenvolvidas		
Reduzidas		

Quadro 7 - Classificações das orações relativas

Classificações	Linhas	Número de ocorrências
Restritivas		
Explicativas		
Total		

O quadro do tipo 6 é utilizado para agrupar as orações relativas presentes no referido editorial no que tange à sua estrutura sintática. Ele é dividido em duas partes: a primeira refere-se às possibilidades – até então levantadas nos trabalhos de Mollica (1977) e Tarallo (1983) – das estratégias de relativização, ao passo que a segunda se refere à forma, isto é, se são desenvolvidas (com presença de pronome relativo e com verbo da oração encaixada conjugado) ou se são reduzidas (sem pronome relativo e com verbo da oração encaixada na forma nominal).

Por outro lado, o quadro 7 é utilizado para separar as orações relativas dos editoriais de acordo com a sua significação, apresentando um critério semântico. Nessa etapa, as orações relativas são divididas, conforme a sua classificação: restritivas/determinativas ou explicativas/afirmativas.

Ambos os quadros servem como forma de propiciar uma manipulação mais efetiva dos fenômenos linguísticos observados no referido gênero textual. A partir deles (os quadros),

pode-se quantificar o objeto de estudo e separá-lo, de acordo com a sua classificação. Tudo isso estará a serviço da interpretação textual, já que não se trabalha e “disseca” o texto sem analisar tanto os efeitos de sentido gerados quanto os recursos linguísticos utilizados para isso. No capítulo seguinte, os métodos delineados nessa etapa serão utilizados em conjunto com cada um dos cinco editoriais escolhidos como forma de demonstração da análise do *corpus*.

## 4 ANÁLISE DO CORPUS

### 4.1 Orações relativas nos editoriais de jornal

Os cinco editoriais presentes nesta etapa serão analisados a partir das categorias definidas na seção de *Metodologia da pesquisa*, do capítulo anterior. Estas categorias estarão presentes em 2 quadros distintos, os quais servirão de suporte para a pesquisa com respeito à fase dos resultados, com o objetivo de quantificarem o número de ocorrências de cada elemento. Nesta seção, serão demonstradas as análises completas de 5 editoriais de jornal do *Estadão*, numerados de I a V (1 a 5), e, na subseção seguinte, haverá a apresentação dos resultados obtidos a partir dos 12 editoriais, conforme já explicado no capítulo anterior. Cada texto apresenta a numeração das linhas para que seja mais fácil de encontrar e de visualizar os fenômenos linguísticos, no caso as estratégias de relativização, que vão ser explorados ao longo desta investigação.

#### TEXTO I

##### LULA ESQUECE, O PAÍS LEMBRA

**O governo de Dilma Rousseff foi a gestão dos sonhos dos petistas, com a aplicação de teorias equivocadas que o PT sempre defendeu. É isso o que Lula deseja esconder**

1 A história do PT produziu muitos fatos que jogam contra o partido e seus candidatos.  
 2 Em toda eleição, há muita coisa a esconder e a tergiversar. Mas seria empequenecer a  
 3 trajetória petista pensar que, na categoria de temas a serem evitados, estariam “apenas” os  
 4 escândalos de corrupção do mensalão e do petrolão. Há também aparelhamento do Estado,  
 5 apoio entusiasmado a ditaduras e governos que violam direitos humanos, tolerância a  
 6 corporativismos e privilégios, confusão entre o público e o privado, sabotagem de políticas  
 7 públicas responsáveis (apenas porque outros as propuseram), negligência com malfeitos  
 8 internos do partido, campanhas de difamação contra adversários políticos, abundante difusão  
 9 de desinformação e várias outras práticas que contrariam o discurso original da legenda, em  
 10 defesa da ética e da renovação da política.

11 Trata-se de um longo passivo, que não surgiu agora e não está apenas relacionado à  
 12 Lava Jato. Mas há um item, em toda essa longa lista, que se sobressai. É um assunto que Luiz  
 13 Inácio Lula da Silva tem especial dificuldade de lidar. O líder petista pode até falar do

14 apartamento triplex no Guarujá ou do sítio de Atibaia – temas naturalmente desconfortáveis,  
15 que escancararam ao País o modo como o ex-sindicalista, que sempre bradou contra os  
16 patrões, lida de fato com os empreiteiros camaradas –, mas não faz ideia de como abordar este  
17 assunto: Dilma Rousseff e seu trevoso governo.

18 É um tema difícil, tanto pela evidência do desastre que foi o período de Dilma  
19 Rousseff no Palácio do Planalto como pela responsabilidade direta de Lula no caso. O líder  
20 petista decidiu que Dilma Rousseff seria a candidata do PT à Presidência da República em  
21 2010. Afinal, esta é a divisão de tarefas na legenda que se diz democrática: Lula decide, os  
22 outros obedecem. Segundo palavras do próprio Lula, a relação entre os dois é de criador e  
23 criatura.

24 O líder petista pode não ter nenhum interesse em lembrar, mas ainda estão frescos na  
25 memória do País os resultados produzidos pela criatura lulista: recessão econômica, crise  
26 social, inflação, desemprego, desorganização da economia, manipulação de preços e  
27 irresponsabilidade fiscal, que incluiu, entre outras manobras, as famosas “pedaladas”. Tudo  
28 isso não se deu ao acaso. Foi obra do voluntarismo de Dilma Rousseff, mas foi muito mais do  
29 que simples equívoco individual. Sem nenhum exagero, o governo de Dilma foi a gestão dos  
30 sonhos dos petistas, com a aplicação – sem freios, sem limites e sem diálogo – de todas as  
31 teorias, ultrapassadas e equivocadas, que o PT sempre defendeu e, pasmem, ainda defende.

32 O resultado ficou evidente para o País. Tão presente nas eleições de 2018, o  
33 sentimento antipetista não foi mera consequência de decisões da Justiça Federal de Curitiba.  
34 O problema foi muito mais profundo. Com Dilma Rousseff, a população experimentou o que  
35 é um governo com o PT pondo em prática suas teses e ideias. Pouquíssima gente quer isso de  
36 volta e, por saber bem a dimensão dessa rejeição, Lula deseja de todas as formas esconder  
37 Dilma Rousseff e seu governo.

38 A quem queira diminuir ou relativizar a ojeriza do eleitorado com a gestão de Dilma  
39 no Palácio do Planalto, basta lembrar o resultado das eleições de 2018 para o Senado em  
40 Minas Gerais. Mesmo com toda a militância do PT dizendo que Dilma Rousseff tinha sofrido  
41 um golpe – assim os petistas qualificam atos constitucionais do Congresso, quando não lhes  
42 agradam – e com a legenda investindo muitos recursos financeiros na campanha, a ex-  
43 presidente obteve dos mineiros um humilhante quarto lugar. Portanto, Dilma é um óbvio  
44 fardo eleitoral, mesmo para um veterano prestidigitador como Lula.

45 Questionado nessa semana sobre o papel de Dilma em um eventual novo governo do  
46 PT, Lula não teve dó de sua criatura, atribuindo-lhe a mais cabal irrelevância. “O tempo  
47 passou. Tem muita gente nova no pedaço”, disse, em entrevista à Rádio CBN Vale. Se o

48 tempo passou para Dilma, passou também para Lula. O País precisa de gente com outra  
49 estatura moral, que não tenha de esconder seu passado nem suas criaturas.

1

2

O texto I aborda o fato de o ex-presidente Lula não conseguir se posicionar quanto aos feitos – que, segundo o autor, são negativos – do governo petista de Dilma Rousseff. Dessa forma, constrói sua argumentação em torno de elencar os problemas dos governos do PT, principalmente em relação ao mandato de Dilma – que o editorialista considera ser responsabilidade de Lula. Para isso, organiza, linguisticamente, o seu texto por meio de 30 períodos, sendo 25 compostos e 5 simples. Dentre as 81 orações que compõem o seu texto, 24 são relativas, sendo 15 restritivas/determinativas e 9 explicativas/afirmativas. Abaixo, seguem os quadros para melhor visualização dos fenômenos linguísticos explorados.

Quadro 8 - Tipos de orações relativas no texto I

<b>Orações adjetivas</b>	<b>Linhas</b>	<b>Número de ocorrências</b>
Padrão	Subtítulo (2); linhas: 1, 5, 9, 11, 11/12, 12, 15 (3), 16/17, 18/19, 21, 24, 26, 30 (2), 33/34, 37, 37/38, 45 e 47/48.	<b>23</b>
Cortadora	Linhas 12/13	<b>1</b>
Resumtiva/copiadora	-	<b>0</b>
Total	-	<b>24</b>
Desenvolvidas	Subtítulo (2); linhas: 1, 5, 9, 11, 11/12, 12, 12/13, 15 (3), 16/17, 18/19, 21, 26, 30 (2), 33/34, 37, 37/38 e 47/48.	<b>22</b>
Reduzidas	24, 45	<b>2</b>

Fonte: A autora, 2022.

Quadro 9 - Classificações das orações relativas no texto I

<b>Classificações</b>	<b>Linhas</b>	<b>Número de ocorrências</b>
Restritivas	Subtítulo (2); linhas: 1, 5, 9, 12, 12/13, 15, 16/17, 18/19, 21, 24, 33/34, 37, 37/38	<b>15</b>
Explicativas	Linhas: 11/12 (2 coordenadas), 15 (2), 26, 30 (2), 45, 47/48	<b>9</b>
Total	-	<b>24</b>

Fonte: A autora, 2022.

Tal panorama evidencia, a partir de uma análise linguística, que o autor se preocupa em deixar sua argumentação clara e detalhada, de forma a não suscitar dúvidas no seu leitor – o que, também, se configura como uma característica dos editoriais. Isso se evidencia pelo fato de apresentar um grande número de orações adjetivas, as quais assumem a função de explicar mais detalhadamente um termo. Ademais, por se tratar de um texto extremamente formal, era esperado o predomínio de períodos compostos por subordinação ou mistos, já que se tratam de ordenações sintáticas complexas.

No entanto, conforme hipótese inicial, ainda que o texto apresente alto grau de formalidade e estruturas complexas – as quais exigem conhecimento do autor – há a ocorrência de 1 oração subordinada adjetiva do tipo cortadora no segundo parágrafo.

### Exemplo 3

“que Luiz Inácio Lula da Silva tem especial dificuldade de lidar” (l. 12 e 13)

Na oração destacada acima, tem-se uma estratégia do tipo cortadora porque, segundo o aporte teórico, o verbo *lidar* seleciona um argumento interno encetado pela preposição *com* (*alguém lida com alguma coisa/com alguém*). Dessa forma, como o pronome relativo *que* retoma o referente *um assunto* – o qual é objeto indireto de *lidar* na oração encaixada – deveria vir precedido da referida preposição. A não ocorrência dessa ordenação pode ser motivada pela expressão nominal [um assunto] não vir acompanhada de preposição ou por não se tratar de uma expressão cristalizada no PB. Como efeitos de sentido, o uso dessa estratégia parece retomar uma subordinada substantiva, já que diminui o caráter pronominal de *que* e o aproxima de uma *conjunção integrante*.

No que se refere às orações subordinadas adjetivas com substantivação, isto é, aquelas que, segundo as gramáticas da tradição, podem ser ora vistas como substantivas – por serem precedidas pelo determinante *o* – ora como adjetivas – por caracterizarem o referente desse determinante, há a presença de 3 estruturas. No subtítulo, o autor a utiliza como uma forma de retomar o conteúdo do período anterior e deixar uma lacuna sobre a sua posição quanto a este fato. No entanto, instintivamente, o leitor acaba idealizando um referente com valor negativo, uma vez que a posição do locutor é de rejeição a esse mandato, como se pode já perceber pelo uso de “teorias equivocadas”. Segue um exemplo retirado do subtítulo do editorial:

#### Exemplo 4

“O governo de Dilma Rousseff foi a gestão dos sonhos dos petistas, com a aplicação de teorias equivocadas que sempre defendeu. É isso **o que Lula sempre defendeu.**”  
(subtítulo)

No exemplo 4, a oração em negrito evidencia a tentativa de neutralidade por parte do autor do texto. Ao utilizar o artigo *o* como correferente do pronome relativo *que*, há margem para que o leitor monte a sua própria opinião e possa atribuir, assim, uma entidade relacionada a este termo. No entanto, como destacado anteriormente, o título e o subtítulo já apresentam uma posição negativa no que diz respeito à gestão da ex-presidenta; logo, isso possibilita que a tomada de posição seja, também, negativa por parte do público-alvo.

A segunda ocorrência desse tipo de oração adjetivas, entretanto, parece trazer um certo afastamento do autor, sem expressar, ademais, seu juízo de valor explicitamente.

#### Exemplo 5

“Com Dilma Rousseff, a população experimentou **o que é um governo com o PT pondo em prática suas teses e ideias**”. (l. 33 e 34, grifos meus)

Ao produzir o período composto por subordinação acima, nota-se que o referente da oração encaixada é o determinante *o*, o qual pode suscitar no leitor algo como “desastre”, “horror” etc. Pode-se afirmar isso devido ao fato de que a interpretação textual conduz a uma valoração desfavorável deste mandato, já que o editorialista constrói a sua argumentação a fim de defender a tese de que o governo de Dilma foi ruim e o PT, principalmente o ex-líder Luiz Inácio, tenta escondê-lo.

Além disso, há a presença de 2 relativos condensados, ou seja, aqueles pronomes que incorporam em si o próprio referente. A primeira menção encontra-se na linha 17, como pode ser visto abaixo:

#### Exemplo 6

“como abordar este assunto: Dilma Rousseff e seu trevoso governo” (l. 16 e 17)

Conforme aponta Neves (2000), o pronome *como* indexa em si o modo. Dessa forma, a oração anterior alude ao fato de que Lula não faz ideia do modo como abordar este assunto, podendo substituir o pronome condensado *como* por *do modo como*, já expressando,

explicitamente, o seu referente. Sem o antecedente de modo explícito, a oração subordinada adjetiva se assemelha a uma pergunta indireta, em outras palavras, o editorialista parece estar suscitando uma pergunta que o leitor deve responder em sua mente. No entanto, ao explicitar o referente *o modo/a forma*, a estrutura é prototípica de uma subordinada adjetiva, caracterizando-o e restringindo-o.

Na outra ocorrência de relativo condensado, há o pronome *quem* o qual traz certa indefinição ao não deixar explícitas as pessoas que diminuem ou relativizam a repulsa do eleitorado ao governo Dilma. Ele se dirige e caracteriza esses seres sem identificá-los propriamente e, para isso, utiliza duas orações adjetivas coordenadas, conforme pode ser visto no trecho abaixo:

### Exemplo 7

“a quem queira diminuir ou relativizar a ojeriza do eleitorado com a gestão de Dilma no Palácio do Planalto” (l. 39 e 40)

Quanto à coordenação dessas subordinadas adjetivas, o autor utiliza as normas prescritas pela tradição de não ser necessária a repetição do pronome relativo em construções adjetivas que estão coordenadas entre si, em conformidade com o exemplo acima em que não há a repetição do pronome *quem* seguido do verbo *queira* antes de *relativizar*.

Em relação às classificações, como se notou no quadro 9, há a predominância de orações restritivas em detrimento de orações explicativas. Aquelas são utilizadas, no texto, para caracterizar as atitudes do governo petista, contrastando-as, implicitamente, com outras atitudes que seriam “agradáveis”, “boas” etc.

### Exemplo 8

“que violam os direitos humanos” (l. 5)

Por exemplo, ao utilizar a oração acima para caracterizar *governo*, o editorialista não está somente delimitando e restringindo o tipo de governo referente ao PT, mas está, sobretudo, opondo os governos que o PT defende aos demais, que, de acordo com a interpretação textual, são aqueles com atitudes positivas.

Por outro lado, as orações explicativas são manuseadas como forma de explicar/detalhar algumas condutas petistas. Ao utilizar a oração abaixo, o locutor adiciona

uma informação que tanto caracteriza Lula quanto espera que seja de conhecimento dos interlocutores.

### Exemplo 9

“que sempre bradou contra os patrões” (l. 15 e 16)

Essa oração explicativa age, no texto, como uma forma de sustentar sua argumentação, porque, se o objetivo é valorar negativamente as atitudes petistas, então se deve utilizar apostos ao se referir a Lula que, também, apresentem valor negativo. Isso porque, se ele brada contra patrões; logo, não deveria ter amizade com empreiteiros.

## TEXTO II

### O SEQUESTRO DO ORÇAMENTO

**O próximo presidente terá imenso trabalho para resgatar o Orçamento, hoje refém de interesses de parlamentares que exploram a pusilanimidade de Bolsonaro**

1           A sanção do Orçamento deste ano reforçou a necessidade de uma reforma que garanta  
2           ao Executivo um mínimo de controle sobre o destino do dinheiro público oriundo dos  
3           impostos pagos pela sociedade. As despesas obrigatórias, que incluem gastos com servidores  
4           públicos e benefícios previdenciários e sociais, representaram mais de 93% dos dispêndios de  
5           2021, segundo o Tesouro Nacional, ante 85% em 2008. A margem de gastos discricionários,  
6           cuja escolha deveria caber ao governo, cai ano a ano e tem sido cada vez mais consumida pelo  
7           apetite voraz dos parlamentares por meio de emendas, tudo com a animada cumplicidade de  
8           Jair Bolsonaro.

9           O sequestro do Orçamento não é um fenômeno exatamente novo. Tudo começou em  
10          2013, ainda na gestão Dilma Rousseff, quando o Senado aprovou uma proposta que tornou  
11          impositiva a execução das emendas parlamentares individuais em um momento de crescente  
12          desgaste nas relações entre os Poderes. Na época, o Executivo empenhava as emendas, mas  
13          não liberava os pagamentos e privilegiava, evidentemente, as de autoria de congressistas do  
14          PT. Enquanto pôde, a base do governo conseguiu segurar o avanço dessa proposta, mas em  
15          2015, assim que Eduardo Cunha assumiu o comando da Casa, a primeira emenda  
16          constitucional aprovada pelos deputados foi justamente a do Orçamento impositivo. Numa  
17          política de redução de danos, a gestão petista conseguiu assegurar que metade delas fosse  
18          destinada à saúde.

19 Se o início do problema remete a Dilma, a degradação da formulação do Orçamento  
20 teve um enorme impulso após a eleição de Bolsonaro. Estimulados pela jactância do ministro  
21 da Economia, Paulo Guedes, que se recusou a participar da elaboração da peça orçamentária  
22 no fim de 2018, o Congresso fez o que quis do péssimo slogan de campanha “mais Brasil,  
23 menos Brasília”, supostamente uma tentativa de descentralizar o uso de recursos pela União e  
24 elevar a autonomia de Estados e municípios.

25 Como não há vácuo de poder, quando alguém se recusa a exercer as funções para as  
26 quais foi escolhido – caso de Bolsonaro, que nada produziu na Câmara e hoje é figura  
27 decorativa na Presidência –, outros o fazem. Foi o que o Congresso fez em 2019, ao aprovar  
28 duas emendas constitucionais que tornaram obrigatória a execução das emendas de bancada,  
29 de autoria coletiva, e das transferências diretas a Estados e municípios, conhecidas como  
30 “emenda pix” ou “emenda cheque em branco” por sua finalidade indefinida e não sujeita à  
31 fiscalização. Não satisfeito, o Legislativo criou ainda, por meio de uma alteração na Lei de  
32 Diretrizes Orçamentárias (LDO), as emendas de comissão e as emendas de relator-geral, base  
33 do orçamento secreto, um esquema para assegurar apoio ao governo revelado pelo Estadão.  
34 No teatro que vem sendo encenado por Bolsonaro e pelo Congresso há três anos, entre vetos  
35 presidenciais mantidos e derrubados, a execução dessas despesas jamais foi bloqueada.

36 Nesse contínuo processo de degradação, o País chega a 2022 com um Orçamento que  
37 tem a cara de Bolsonaro: engessado por despesas obrigatórias e emendas paroquiais de R\$  
38 35,6 bilhões, uma verdadeira orquestra de horrores regida pela batuta de um dos maiores  
39 líderes do Centrão, Ciro Nogueira (PP-PI). “O Parlamento está muito bem atendido conosco”,  
40 disse Bolsonaro, orgulhoso de seu próprio desleixo com o uso do dinheiro público.

41 De fato, os congressistas não têm do que reclamar. A população que lide com os cortes em  
42 saúde, educação e infraestrutura em meio a uma crise em que não há crescimento nem  
43 emprego, mas não faltam recursos para comprar tratores superfaturados ou para conceder  
44 reajuste às forças de segurança, tudo em nome de votos. Caberá ao próximo presidente o  
45 desafio de reconstruir a relação entre Executivo e Legislativo sob outras bases que não a do  
46 clientelismo. Sendo a economia a ciência das escolhas e a escassez de recursos uma realidade  
47 inexorável, as prioridades devem ser baseadas no interesse da coletividade. Pelo futuro do  
48 País, o resgate do Orçamento pelo governo é que deveria ser obrigatório, não as emendas.

ESTADÃO, 31/01/2022

O Texto II defende a tese de que são necessárias reformas para resgatar o Orçamento, o qual está sob interesse de parlamentares. Esse editorial se estrutura a partir de 21 períodos

compostos e apenas 1 simples, o qual apresenta predicado nominal. Dentre os compostos, 17 são por subordinação, 1 por coordenação e 3 mistos, compondo um total de 69 orações, dentre as quais 20 adjetivas e 13 adverbiais.

A incidência numerosa de adverbiais, em contraste com o Texto I, se deve ao fato de que este editorial apresenta informações desde o mandato de Dilma até o presente momento, o que é recuperado pelas orações subordinadas adverbiais temporais. Ademais, também, apresenta algumas adverbiais finais, as quais demonstram a finalidade/o objetivo de algumas propostas do governo. Abaixo, seguem os quadros para melhor visualização dos fatos linguísticos.

Quadro 10 - Tipos de oração relativa no texto II

Orações adjetivas	Linhas	Número de ocorrências
Padrão	Subtítulo, linhas: 1/2/3, 3/4, 5/6, 10/11/12, 20/21, 21/22, 24/25, 25, 25/26, 26, 27/28, 33, 34 (2), 35/36, 37/38, 40, 41/42 e 44/45.	20
Cortadora	-	0
Resumptiva/copiadora	-	0
Total	-	<b>20</b>
Desenvolvidas	Subtítulo, linhas: 1/2/3, 3/4, 5/6, 10/11/12, 20/21, 21/22, 25, 25/26, 26, 27/28, 30/31, 33, 34 (2), 35/36, 40, 41/42 e 44/45.	19
Reduzidas	37/38	1

Fonte: A autora, 2022.

Quadro 11- Classificações das orações relativas no texto II

Classificações	Linhas	Número de ocorrências
Restritiva	Subtítulo, linhas: 1/2/3, 10/11/12, 21, 26, 27/28, 30/31, 33, 34 (2), 35/36, 37/38, 40, 41/42 e 44/45.	15
Explicativa	3/4, 5/6, 20/21, 25, 25/26	5
Total		<b>20</b>

Fonte: A autora, 2022.

Em relação às orações relativas, conforme abordado nos quadros, o presente texto apresenta uma boa quantificação, embora possua alguns traços de oralidade na tessitura textual. Quanto a esse aspecto, o autor parece utilizar estratégias de subordinação como marca

de oralidade, isto é, o encaixamento sintático de muitas orações durante o editorial rememora textos orais que vinculam muitas informações presas a um só referente. Esse traço pode ser observado, inclusive, no subtítulo, como se vê a seguir:

### Exemplo 10

“que exploram a pusilanimidade de Bolsonaro” (subtítulo)

Essa estrutura poderia ser substituída pela expressão “exploradores da pusilanimidade de Bolsonaro”. Entretanto, essa mudança, a fim de deixar o discurso mais formal – como se prevê em editoriais de jornal – traria prejuízos de valor, já que o uso da oração relativa demarca um subconjunto de parlamentares, enquanto o adjetivo *exploradores* parece apontar a totalidade.

Ainda em relação a esse aspecto, o editorialista utiliza muitos períodos longos com diversas orações encaixadas, o que se observa nos quarto e sexto parágrafos, formados por poucos períodos compostos. Em seu projeto de dizer, o autor articula muitas orações em um mesmo período – o que pode se tornar confuso – sem fazer a coesão sequencial adequada.

Tal característica é consequência do grande número de orações adjetivas e adverbiais em seu texto, as quais são responsáveis por caracterizar e detalhar a argumentação textual, tornando-a mais consistente para os (possíveis) interlocutores.

Além disso, ainda que se trate de um texto com marcas de oralidade, não há a presença de nenhuma estratégia de relativização do tipo cortadora ou resumptiva/copiadora. Em contrapartida, há o uso de uma relativa padrão, com uso adequado do pronome *cuja*:

### Exemplo 11

“cuja escolha deveria caber ao governo” (l. 5 e 6)

Essa evidência vai na contramão do que apresentam alguns linguistas, justamente, por demarcarem que o uso deste pronome relativo está desaparecendo gradativamente. Ainda no que tange às marcas de oralidade, há a ordenação de 2 orações adjetivas reduzidas de participípio, coordenadas entre si, na linha 34, contidas na expressão abaixo:

### Exemplo 12

“entre vetos presidenciais mantidos e derrubados” (l. 34)

Nesse momento, o autor utiliza as reduções de expressões, caráter muito comum na fala menos monitorada. Outro fator semelhante é o uso de *que* como expletivo, em duas estruturas dentro do editorial, conforme exemplo 13.

### Exemplo 13

13. a) “a população que lide com os cortes em saúde, educação e infraestrutura” (linhas 40 e 41)
--

b) “o resgate do Orçamento pelo governo é que deveria ser obrigatório” (l. 47)
--

Essas ocorrências transcritas do texto parecem ora apontar para uma espécie de clivagem, por focalizarem uma informação, ora para uma oração adjetiva com traços de informalidade. Em relação à clivagem, deveria haver um elemento focalizado – no caso, a população e o resgate do Orçamento pelo governo, respectivamente – seguida de uma cópula (verbo ser) e uma sentença QU. Entretanto, por haver traços de informalidade, no primeiro exemplo, a cópula não está presente, enquanto, no segundo, há uma estrutura típica de clivagem, em que o elemento focalizado (o resgate do Orçamento pelo governo) responde à pergunta “o que deveria ser obrigatório?”.

Já em relação à adjetiva com traços de informalidade, a primeira oração parece elencar algo do tipo “a população é o setor que deve lidar”, ao passo que a segunda parece elencar “o resgate do Orçamento pelo governo é o que deveria ser obrigatório”, uma oração adjetiva substantivada, conforme propõe Bechara (2009).

Por último, cabe destacar as classificações das orações adjetivas presentes no texto. Em relação às restritivas, o autor as utiliza ora para restringir/delimitar as ações dos governos e de seus participantes, as quais não são satisfatórias para o povo (valoração negativa), como nos exemplos em 17, ora para caracterizar o que deveria ser feito para contornar esses entraves, contrapondo-as ao que se tem atualmente, como no exemplo em 15.

### Exemplos 14

14. a) “o que o Congresso fez” (l. 26)
--

14. b) “que tornaram obrigatória a execução das emendas de bancada, de autoria coletiva e as transferências diretas a Estados e municípios” (l. 27 e 28)
--

### Exemplos 15

15. a) “que garanta ao Executivo um mínimo de controle sobre o destino do dinheiro
--

público oriundo dos impostos pagos pela sociedade” (l. 1 e 2)
---

15. b) “que não a do clientelismo” (l.44 e 45)
--

Em relação às explicativas, servem para detalhar e descrever algumas informações que podem não ser de conhecimento de todos, sustentando a tese do autor de que os gastos estão exorbitantes e não há pressão do presidente e de outros líderes responsáveis pela economia para mudar esse cenário, como se vê no exemplo 16.

### Exemplo 16

16. a) “que incluem gastos com impostos pagos pela sociedade” (l. 3 e 4)
--

b) “cuja escolha deveria caber ao governo” (l. 5 e 6)
---

### TEXTO III

#### POVO PERDE, TESOURO GANHA COM INFLAÇÃO

**Sem corrigir a tabela do IR para compensar inflação, governo arranca mais dinheiro de quem ganha menos, justamente os que são mais prejudicados pela alta do custo de vida**

1 Mais que qualquer especulador, o governo continua ganhando com a inflação,  
 2 enquanto o trabalhador pobre é duplamente prejudicado pelo aumento do custo de vida. No  
 3 dia a dia, o consumidor de baixa renda vê seu ganho mensal, já muito baixo, ser corroído pela  
 4 alta de preços dos bens e serviços indispensáveis à sua sobrevivência e ao sustento de sua  
 5 família. Mas como comprador ele ainda tem algum espaço de manobra. Pode pechinchar na  
 6 feira e buscar, lá mesmo ou nos vários pontos de comércio, os preços mais suportáveis. Com  
 7 o Tesouro o jogo é muito mais duro. Não dá para regatear nem para evitar o impacto  
 8 inflacionário quando o governo deixa de corrigir a tabela do Imposto de Renda (IR). No  
 9 próximo ano, esse tributo incidirá sobre quem receber 1,5 salário mínimo por mês, se a tabela  
 10 continuar desatualizada, como tem estado há muito tempo.

11 O salário básico chegará a R\$ 1.294 em 2023, segundo previsão incluída na recém-  
 12 aprovada Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Como o limite de isenção do IR está  
 13 congelado em R\$ 1.903, valor fixado em 2015, quem ganhar R\$ 1.941 terá seu rendimento  
 14 sujeito ao tributo direto. Mas o desajuste da tabela começou antes de 2015. O teto de isenção  
 15 seria R\$ 4.465,34, se o governo tivesse atualizado o limite corretamente para compensar a  
 16 inflação acumulada a partir de 1996. O cálculo, citado em reportagem do Estadão, é da  
 17 Associação Nacional dos Auditores da Receita Federal (Unafisco).

18 Ao congelar o limite, o governo realiza o aparente milagre de converter pobreza em  
19 riqueza e com isso engorda sua receita. Neste ano, cerca de 32 milhões de contribuintes  
20 deveriam ter apresentado declarações de renda, segundo estimativa da Unafisco, mas o  
21 número efetivo ficou em torno de 36 milhões. Os mais distraídos poderiam ver nisso um sinal  
22 de prosperidade, embora tanto se fale em estagnação econômica e em desemprego. Mas a  
23 história é bem mais feia do que pode parecer.

24 A recuperação, em 2021, foi pouco mais que suficiente para reverter a queda ocorrida  
25 em 2020, e as condições de trabalho continuaram muito ruins. Se houve mais contribuintes,  
26 foi porque os ganhos nominais aumentaram e o limite de isenção foi mantido. E o aumento  
27 nominal dos ganhos – detalhe importante – foi insuficiente, em muitos casos, para compensar  
28 a corrosão inflacionária. Mas a tributação atingiu mais pessoas, agravando suas perdas, e o  
29 Tesouro de novo ganhou com a inflação.

30 Ao manter desatualizado o limite de isenção do IR, o poder central agrava os defeitos  
31 de um sistema já muito injusto. A receita fiscal depende excessivamente, no Brasil, dos  
32 tributos indiretos. Isso é bem visível no caso dos governos subnacionais. O tributo estadual  
33 mais importante é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), incidente  
34 na maior parte das despesas familiares. Parte dessa receita é passada aos municípios. Na área  
35 federal, o IR proporciona cerca de metade da arrecadação tributária, mas pode-se discutir se  
36 as suas alíquotas são suficientemente progressivas.

37 A inflação tem aumentado a arrecadação do IR e também a dos tributos indiretos,  
38 como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). As finanças federais vêm sendo  
39 favorecidas, claramente, pela alta de preços e, portanto, pela erosão dos ganhos da maior parte  
40 da população. O encarecimento de bens e serviços essenciais, aqueles de maior peso no  
41 orçamento familiar e na composição dos índices de preços, contribui para o reforço das contas  
42 públicas, tornando menos necessários, do ponto de vista contábil, o controle dos gastos e a  
43 arrecadação mais eficiente.

44 As injustiças tributárias seriam parcialmente compensadas se as políticas públicas  
45 propiciassem crescimento, emprego e boas perspectivas sociais. Mas o poder federal tem  
46 produzido, no mandato do presidente Jair Bolsonaro, estagnação, inflação, desemprego e  
47 devastação da educação e da saúde, num ambiente propício a aberrações como o orçamento  
48 secreto. Nesse ambiente, é mais seguro adiar iniciativas de reforma tributária, para evitar  
49 desastres maiores.

O referido texto pretende convencer os leitores de que a inflação beneficia o governo, enquanto prejudica o povo. Para isso, fundamenta sua tese por meio de 34 períodos, sendo 12 simples e 22 compostos, totalizando 74 orações – sendo a maior parte composta por adverbiais finais e condicionais, as quais demonstram os objetivos das ações do governo e as consequências sofridas pelo povo devido às condições dessas ações. Dentre estas orações apenas 6 são adjetivas, sendo 5 restritivas e 1 explicativa.

Quadro 12- - Tipos de oração relativa no texto III

<b>Orações adjetivas</b>	<b>Linhas</b>	<b>Número de ocorrências</b>
Padrão	Subtítulo (2), 9, 13, 23, 28.	6
Cortadora	-	0
Resumptiva/copiadora	-	0
Total		<b>6</b>
Desenvolvidas	Subtítulo (2), 9, 13, 23, 28.	5
Reduzidas	28	1

Fonte: A autora, 2022.

Quadro 13 - Classificações das orações relativas no texto III.

<b>Classificações</b>	<b>Linhas</b>	<b>Número de ocorrências</b>
Restritiva	Subtítulo (2), 9, 13, 23.	5
Explicativa	28	1
Total	-	<b>6</b>

Fonte: A autora, 2022.

No que se refere ao uso das orações relativas, nota-se que o presente texto apresenta traços de oralidade, uma vez que há uma ocorrência significativa de períodos compostos por apenas uma oração (período simples), os quais não estão tão bem articulados à tessitura textual. Ao observar este editorial, percebe-se que os parágrafos 5 e 6 são compostos, majoritariamente, por esse tipo de ordenação sintática, o que indica uma similaridade com o que se observa na fala menos monitorada, já que há ora muitas orações encaixadas retomando um mesmo referente, ora uma série de sentenças que se interrelacionam sem a presença de um conectivo.

Isto posto, a relação entre catalogação e emprego de orações subordinadas adjetivas verifica-se pelo uso inadequado, segundo a norma padrão, de algumas construções sintáticas desse tipo. Veja os fragmentos abaixo:

**Exemplo 17**

17. a) “agravando suas perdas” (l. 28)
b) “aqueles de maior peso no orçamento familiar e na composição dos índices de preços” (l. 40 e 41)

Nos trechos acima, o autor poderia ter utilizado uma oração adjetiva, introduzida pelo pronome *cujo* (e suas flexões), o que tornaria o seu texto mais formal, já que demonstraria o uso perfeito dos mecanismos linguísticos de que dispõe. Em 17 a), ele produz uma oração subordinada adjetiva explicativa reduzida de gerúndio – estratégia comumente utilizada na oralidade. A oração “agravando suas perdas” (l. 28) poderia ser substituída por uma estrutura complexa, como “cujas perdas se agravaram” ou “cujas perdas foram agravadas”. De modo similar, em 20 b), há um aposto que se assemelha a uma ordenação do tipo adjetiva, porém não há uma articulação entre os termos, feita de maneira complexa. O aposto, que apresenta uma extensão considerável para um sintagma, poderia trocado pela relativa “cujo peso é maior no orçamento familiar e na composição dos preços”.

Ambas as mudanças acima descritas tornariam o texto mais adequado ao discurso formal, bem como atenderiam às necessidades impostas por esse gênero textual. Conforme abordado anteriormente, os editoriais são textos que ocupam uma alta posição dentro do *continuum* de formalidade; logo, faz-se necessária uma alta complexidade lógica e linguística, o que exige plena manipulação dos fatos da língua.

Por último, em relação à classificação destas orações, há apenas 1 explicativa e 5 restritivas. No que diz respeito àquela, o uso de “agravando suas perdas” (l. 28) – exemplo 20, a) – demonstra uma explicação, a qual não pode ser retirada sem prejuízo de valor, acerca das consequências da tributação. Isto é, as gramáticas analisadas preconizam que estas estruturas adicionam uma informação que pode ser retirada sem prejuízo de valor. No entanto, se o objetivo deste texto é, justamente, argumentar que o povo “perde”. Tal oração é uma explicação necessária acerca do porquê essa tributação atingiu mais pessoas.

No que tange às restritivas, todos os seus usos são ou de um relativo condensado (*quem*) ou de uma adjetiva substantiva, que retomam um antecedente demonstrativo (*o*). Elas servem como uma estratégia para delimitar o referente, além de manter um certo distanciamento do autor quanto ao que defende. A utilização de *quem* condensa o referente do pronome relativo, além de torná-lo menos especificado, mais generalizado, enquanto a utilização de *os*, no subtítulo, retoma o referente de *quem*, sem impor a opinião do autor.

**Exemplo 18**

“governo arranca mais dinheiro de **quem ganha menos**, justamente os **que são mais prejudicados pela alta do custo de vida**” (subtítulo, grifos meus)

Em todas essas sentenças encabeçadas, nesse editorial, pelo pronome *quem*, os referentes são as pessoas de baixa renda. Todavia, ao construir a oração acima, o distanciamento entre a opinião do editorialista acerca do que crê sobre essas pessoas (de baixa renda) é minimizada pelo uso do relativo condensado e da estratégia com o demonstrativo *o*.

**TEXTO IV**

## A HUMANIDADE NUNCA VIU TÃO LONGE

**O telescópio James Webb marca novo capítulo na exploração do universo e amplia os horizontes da atual geração**

1 A divulgação das primeiras imagens captadas pelo telescópio espacial James Webb,  
 2 nesta semana, marca um novo capítulo na exploração do universo – e na história da  
 3 humanidade. Não à toa, cientistas ligados ao projeto liderado pela Agência Aeroespacial dos  
 4 Estados Unidos (Nasa) deram declarações emocionadas, vislumbrando a possibilidade de  
 5 decifrar mistérios antes insondáveis. Astrônomos e pesquisadores, com certeza, hão de tirar  
 6 proveito do mais potente telescópio já construído. Mas as fotografias de galáxias e astros,  
 7 produzidas pelo James Webb, cumprirão também outro papel: o de permitir que a atual  
 8 geração tenha a mais abrangente e nítida visão do cosmos, como nenhuma outra antes na  
 9 história.

10 Em sua permanente tentativa de compreender a vida e o mundo, a ciência anda de  
 11 mãos dadas com a visão que o ser humano tem de si próprio – e de seu lugar no universo.  
 12 Pelas lentes da tecnologia, nos últimos séculos, foi possível desvendar realidades que antes  
 13 escapavam aos olhos, seja na esfera microscópica ou na imensidão celestial. Cada época  
 14 contém em si os limites do seu desenvolvimento científico e tecnológico. E isso é  
 15 determinante para a percepção que as diferentes gerações têm do mundo em que vivem. Basta  
 16 lembrar que foi somente no século 20 que se produziu a primeira imagem da Terra vista do  
 17 espaço. Assim como a representação cartográfica dos continentes foi se transformando ao  
 18 longo dos séculos.

19 A história da ciência é fascinante. E mostra que a realidade de cada época, em larga  
 20 medida, reflete o nível de conhecimento já atingido. Antes que se popularizassem as imagens

21 da Terra coberta de nuvens no século 20, ou até que o primeiro homem desembarcasse na  
22 Lua, quantas páginas de literatura e ficção foram escritas tentando descrever o que, até então,  
23 era desconhecido?

24 O James Webb, um projeto bilionário, é sucessor do Hubble, telescópio lançado ao  
25 espaço em 1990 e que também produziu imagens impressionantes. Entre inúmeros avanços  
26 tecnológicos do Webb, vale destacar a distância em que o novo artefato orbita a Terra:  
27 aproximadamente 1,5 milhão de quilômetros, ante cerca de 600 quilômetros do Hubble (sim,  
28 o Webb está a mais de 1 milhão de quilômetros, enquanto a órbita do Hubble é inferior a mil).  
29 É dessa distância descomunal para os padrões de quem vive na Terra que o James Webb  
30 passou a vasculhar o espaço.

31 A primeira foto foi tornada pública na última segunda-feira, na Casa Branca, diante do  
32 presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e da vice-presidente Kamala Harris. O que se vê é  
33 uma enorme quantidade de galáxias localizadas a bilhões de anos-luz da Terra. Um dos  
34 objetivos do James Webb é capturar imagens próximas ao que se acredita ter sido o início do  
35 universo, quando as primeiras galáxias se formaram. Outro é analisar a composição da  
36 atmosfera de planetas distantes, para saber se são habitáveis. Com o novo telescópio, a  
37 humanidade enxergará longe como nunca – e seguirá em busca de respostas para o mistério  
38 da vida e do cosmos, missão eterna da ciência.

ESTADÃO, 14/07/2022

O texto IV tem como temática os avanços da ciência, principalmente em relação à criação do telescópio James Webb, que capta imagens do universo à longa distância. O autor argumenta que as pessoas terão a possibilidade de alcançar novos horizontes e descobrir os mistérios da vida e do cosmos, a partir dessa novidade. Para isso, constrói seu texto por meio de 17 períodos compostos e 6 períodos simples, totalizando 51 orações. Dentre elas, há a predominância de subordinadas substantivas e adjetivas, diante das orações subordinadas adverbiais.

Essas ocorrências são explicadas devido à finalidade do texto: mostrar o avanço que a ciência e a humanidade terão com a invenção deste telescópio. Assim, as adverbiais demonstram os objetivos dessa invenção e, em alguns momentos, marcam as mudanças ocorridas no tempo, ao comparar o novo telescópio com o antigo. Quanto às adjetivas e às substantivas, elas são utilizadas para descrever os feitos do James Webb, demonstrando todas as suas especificações, o que não poderia ser feito de forma tão detalhada por meio de sintagmas nominais e/ preposicionais.

Quadro 14 - Tipos de oração relativa no texto IV

Orações adjetivas	Linhas	Número de ocorrências
Padrão	10, 11/12, 14 (2), 20/21, 23, 24, 27, 30, 32/33.	10
Cortadora	15	1
Resumtiva/copiadora	-	0
Total		<b>11</b>
Desenvolvidas	10, 11/12, 14 (2), 15, 20/21, 23, 24, 27, 30, 32/33.	11
Reduzidas	-	0

Fonte: A autora, 2022.

Quadro 15 - Classificações das orações relativas no texto IV

Classificações	Linhas	Número de ocorrências
Restritiva	10, 11/12, 14 (2), 15, 20/21, 23, 24, 27, 30, 32/33.	11
Explicativa	-	0
Total		<b>11</b>

Fonte: A autora, 2022.

Todas as relativas presentes nesse texto são do tipo restritiva, conforme ilustrado nos quadros acima. Ao analisar a tessitura textual, verifica-se que o emprego dessas orações não serve somente para restringir o conteúdo de seu referente, mas também para contrastar as características dele em relação aos demais. No segundo parágrafo, os termos *visão*, *realidades*, *percepção* e *o século 20* são modificados por orações adjetivas restritivas. No entanto, elas não servem apenas para delimitá-los, mas para contrastar o que se tinha antes do advento do James Webb com as possibilidades que se tem agora, consoante ao fragmento abaixo:

### Exemplo 19

Em sua permanente tentativa de compreender a vida e o mundo, a ciência anda de mãos dadas com a visão **que o ser humano tem de si próprio – e de seu lugar no universo**. Pelas lentes da tecnologia, nos últimos séculos, foi possível desvendar realidades **que antes escapavam aos olhos**, seja na esfera microscópica ou na imensidão celestial. Cada época contém em si os limites do seu desenvolvimento científico e tecnológico. E isso é determinante para a percepção **que as diferentes gerações têm do mundo em que vivem**. Basta lembrar que foi somente no século 20 **que se produziu a primeira imagem da**

**Terra vista do espaço.** Assim como a representação cartográfica dos continentes foi se transformando ao longo dos séculos. (2º parágrafo, Texto IV, grifos meus)

As orações “que o ser humano tem de si próprio” (l. 10) e “que antes escapavam aos olhos” (l. 11/12) introduzem oposições e mudanças na perspectiva de que o ser humano terá de si próprio a partir dessa invenção.

Além disso, de acordo com o exposto em outras análises, as orações adjetivas substantivadas apontam para um afastamento do autor quanto à conceituação de seus referentes. Nesse texto, isso se explica porque os referentes dessas orações ainda não são conhecidos, já que o telescópio é muito recente para tê-los desvendado, como se exemplifica adiante:

### Exemplo 20

20. a) “o que, até então, era desconhecido” (l. 20/21)

20. b) “o que se vê” (l. 30)

Por último, em relação à catalogação dessas orações, houve a ocorrência de apenas 1 estratégia cortadora, a qual pode ter sido motivada pela presença da preposição *em* – contraída com o artigo *o* – precedendo o referente *o século 20*, como se observa em 24.a). Essa pode ter sido a motivação da não ocorrência da preposição encetando a adjetiva, a fim de evitar repetições de palavras no texto, já que, posteriormente, o autor produz, de maneira plena, uma oração desse tipo na forma padrão, como se pode ver em 24.b), a qual se apresenta sem preposição precedendo o referente.

### Exemplo 21

21. a) “que se produziu a primeira imagem da Terra vista do espaço” (l. 15)

b) “em que o novo artefato orbita a Terra” (l. 24)

## TEXTO V

### ESTRADAS RUINS PODEM FICAR AINDA PIORES

**Seguidos cortes das verbas para manutenção, reparos e ampliação podem comprometer**  
**uma malha rodoviária já desgastada**

1 A cada ano do governo Bolsonaro tem ficado mais difícil, arriscado e caro o transporte  
2 pelas rodovias brasileiras. Ainda responsável por boa parte da malha rodoviária nacional, o  
3 governo federal investe cada vez menos na conservação e construção de estradas. Num ano  
4 em que, por decisão do Executivo, apoiado pelo Centrão, foram inteiramente preservadas as  
5 emendas do orçamento secreto que beneficia parlamentares, o orçamento do Departamento  
6 Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) é o menor dos últimos 10 anos. O aumento  
7 de estradas em mau estado de conservação aferido pela Confederação Nacional do Transporte  
8 (CNT) é a consequência mais óbvia desse desprezo do governo pelos investimentos.

9 A crise fiscal, que a equipe chefiada pelo ministro Paulo Guedes não conseguiu debelar  
10 nem ao menos atenuar, tende a piorar com a passagem do controle do Orçamento para a  
11 chefia da Casa Civil, hoje ocupada por um notório membro do Centrão, o ministro Ciro  
12 Nogueira. Mudanças nas regras que limitam os gastos, como o rompimento dissimulado do  
13 teto de gastos e o calote de dívidas reconhecidas pela Justiça (os precatórios), estão entre as  
14 artimanhas do governo para tentar mostrar alguma consistência em sua política fiscal.

15 Além de prejudiciais para o equilíbrio das contas, artifícios como esses são insuficientes.  
16 Como ocorre há anos, parte dos problemas tem sido resolvida com o corte de investimentos,  
17 pois é a conta que o governo pode manipular com mais liberdade. Neste ano, o Dnit disporá  
18 de R\$ 6,2 bilhões. Em 2012, a disponibilidade era de R\$ 9 bilhões; em 2014, de R\$ 10,7  
19 bilhões. São valores nominais. Se os dispêndios dos anos anteriores forem corrigidos pela  
20 inflação, a perda será muito mais acentuada.

21 Num país em que a movimentação de mercadorias e pessoas é feita predominantemente  
22 por rodovias (esse modal responde por mais de 60% da carga movimentada em território  
23 nacional), o ônus da deterioração da malha rodoviária é alto. Custos maiores com combustível  
24 e manutenção dos veículos são um deles. Lentidão é outro. Há também mais despesas com  
25 acidentes que poderiam ter sido evitados se as estradas fossem melhores.

26 A mais recente pesquisa da CNT constatou que quase um quarto da malha rodoviária  
27 brasileira pavimentada está em estado péssimo (6,9%) ou ruim (16,3%). Somando-se os  
28 trechos considerados apenas regulares, chega-se a 61,8% das rodovias com qualidade  
29 insatisfatória. Boa parte dos trechos considerados em condições boas ou ótimas é de  
30 responsabilidade de operadoras privadas, o que é, há muito tempo, uma prova de que, num  
31 país com o setor público em contínua crise financeira, a privatização é ainda mais vital do que  
32 em outros.

33 Mas, apesar do discurso privatizante com que o governo tem conseguido encantar quem  
34 está disposto a ser encantado por falsas promessas, pouco se avançou nas privatizações das

35 rodovias federais nos últimos anos. Para este ano, a meta do Ministério da Infraestrutura é  
36 realizar o leilão de 14 rodovias. É um objetivo desafiador em ano eleitoral, sobretudo por  
37 envolver projetos de investimentos que ultrapassam R\$ 80 bilhões. É sabido que o mercado  
38 de potenciais interessados é muito concentrado e boa parte já administra rodovias que exigirão  
39 investimentos pesados nos próximos anos.

40 Se o programa de concessões do governo tiver êxito, cerca de 30% da malha rodoviária  
41 pavimentada ficará sob administração de empresas privadas, como mostrou o Estadão. Ainda  
42 assim, as rodovias sob responsabilidade do setor público continuarão largamente  
43 predominantes, exigindo constantes investimentos para evitar sua degradação.

44 Os investimentos totais previstos no Orçamento da União para 2022 são  
45 proporcionalmente os mais baixos de toda a história. Perdendo seguidamente sua capacidade  
46 de investir, por não ter programa de ação nem, muito menos, visão de longo prazo sobre as  
47 necessidades do País, o atual governo não consegue atrair investimentos privados no volume  
48 necessário. Se não mudar esse tipo de gestão, o Brasil estará condenando sua economia a um  
49 desempenho pífio nos próximos anos.

ESTADÃO, 31/01/2022

O texto V trata sobre a infraestrutura das rodovias brasileiras, as quais já estão em um estado ruim, segundo o autor, e podem piorar. Sua argumentação se constrói por meio de 11 períodos simples e 19 períodos compostos, que totalizam 66 orações. Nesse editorial, há uma predominância de subordinadas adverbiais, sobretudo condicionais, já que o objetivo é demonstrar o que deve ser feito para que as rodovias mudem o seu estado atual.

Além disso, esse texto traça um paralelo com o texto II ao tratar do motivo por que as rodovias podem ficar piores: “as emendas do orçamento secreto que beneficia parlamentares” (l. 4 e 5). A oração adjetiva restritiva encaixada nesse SN retoma o tipo de orçamento sobre o qual o referido editorial abordou.

Quadro 16 - Tipos de oração relativa no texto V

Orações adjetivas	Linhas	Número de ocorrências
Padrão	3/4, 5, 9/10, 12, 17, 21/22, 25, 30, 32, 32/33, 36, 37/38.	12
Cortadora	-	0
Resumtiva/copiadora	-	0
Total		<b>12</b>
Desenvolvidas	3/4, 5, 9/10, 12, 17, 21/22, 25, 30, 32, 32/33, 36, 37/38.	12
Reduzidas	-	0

Fonte: A autora, 2022.

Quadro 17 - Classificações das orações relativas no texto V

Classificações	Linhas	Número de ocorrências
Restritiva	3/4, 5, 12, 17, 21/22, 25, 30, 32, 32/33, 36, 37/38.	11
Explicativa	9/10.	1
Total		<b>12</b>

Fonte: A autora, 2022.

Quanto ao objeto de estudo, conforme apontado nos quadros acima, há a presença de 12 orações adjetivas, dentre as quais 11 são restritivas e apenas 1 é explicativa. No que diz respeito ao emprego daquelas (restritivas), verifica-se que são utilizadas como forma de embasar os argumentos do editorialista. Como o assunto é interrelacionar os problemas encontrados nas malhas rodoviárias brasileiras com os entraves no setor econômico do país, o autor produz estas estruturas com o intuito de valorar e de criticar as ações do governo neste setor.

### Exemplo 22

“que limitam os gastos” (l. 12)
“que o governo pode manipular com mais liberdade” (l. 17)

As estruturas acima retomam, respectivamente, as expressões *regras* e *contas*, demonstrando o desprezo do governo neste setor, já que as regras e as contas foram manipuladas a fim de beneficiar os parlamentares.

Ademais, ainda que o texto apresente argumentação clara e consistente, seguindo a norma culta, há uma estrutura que pode suscitar duas possíveis interpretações no leitor, como se vê a seguir:

### Exemplo 23

Num país em que a movimentação de mercadorias e pessoas é feita predominantemente por rodovias (esse modal responde por mais de 60% da carga movimentada em território nacional), o ônus da deterioração da malha rodoviária é alto. Custos maiores com combustível e manutenção dos veículos são um deles. (l. 21 a 24, grifos meus)

Nas linhas 21 e 22, a oração adjetiva “em que a movimentação de mercadorias e pessoas é feita predominantemente por rodovias” retoma *país*, substantivo que está acompanhado da contração entre a preposição *em* e o artigo *um*. Entretanto, na subordinada encaixada, o pronome relativo pode não desempenhar a função de adjunto adverbial, mas de adjunto adnominal de posse. Logo, caso essa interpretação seja a requerida pelo autor, deveria ser utilizado o pronome *cuja*, como se vê a seguir: “num país cuja movimentação de mercadorias e pessoas é feita predominantemente por rodovias”. Por outro lado, caso o objetivo fosse suscitar a ideia de locativo, isto é, demonstrar onde é feita a movimentação de mercadorias e pessoas, a estrutura utilizada pelo autor seria a adequada ou poderia ser utilizado o pronome *onde* em vez da estrutura *em que*.

Caso o editorialista pretendesse desencadear a primeira interpretação, a motivação sintática da estrutura adjetiva ser introduzida por *em que* em vez *cuja*, pode ser explicada por 2 questões: i) a preposição *em* antes do referente do pronome relativo motivou o paralelismo sintático, já que se trata de um locativo; ii) os falantes, em estruturas não cristalizadas, não reconhecem/não produzem estruturas com *cujo* e suas flexões.

#### 4.2 Resultado da análise do *corpus*

Em 4.1, foram observadas as análises completas dos cinco editoriais escolhidos para representarem como foi feita a metodologia do *corpus*. Vale destacar que os resultados, nessa etapa, são referentes aos 12 editoriais recolhidos do *Estadão*, não apenas dos textos explorados de forma completa na seção anterior. Dessa forma, são contempladas todas as ocorrências de orações relativas nesses textos, levando em consideração a quantificação exata, que funções sintáticas desempenham os pronomes relativos, se aparecem na forma padrão e as particularidades e as especificidades verificadas nestes editoriais. Ao final, em anexo, estarão

dispostos os demais textos utilizados como escopo para a obtenção dos resultados, os quais podem ser consultados.

Essa seção objetiva analisar como os dados linguísticos encontrados, referentes às orações relativas, dialogam com os objetivos e as hipóteses iniciais. Para isso, são apresentados dois quadros com a catalogação de todas as estratégias de relativização encontradas. No primeiro quadro, estão dispostas as orações relativas encontradas quanto às funções sintáticas desempenhadas pelos PRs e, no segundo, há uma descrição acerca dos usos desses pronomes, isto é, se foram ou não adequados de acordo com o que versam os compêndios gramaticais da tradição.

Após o término das observações da seção anterior e, também, dos demais editoriais em anexo, observaram-se especificidades no tocante ao emprego dos pronomes relativos nos textos recolhidos. Por se tratar de um gênero com alto grau de formalidade e pela conseqüente manipulação linguística esperada do veículo de informação – uma vez que se priorizou a seleção dos editoriais não assinados – esperava-se que não fossem aparecer estruturas com usos que estão em dissonância com a tradição gramatical. Entretanto, ao tratar os dados, resultados bastante interessantes foram verificados.

A seguir, toma-se, primeiramente, o quadro das funções sintáticas desempenhadas pelos pronomes relativos em todas as orações adjetivas.

Quadro 18 - Funções desempenhadas pelos pronomes relativos

Funções sintáticas / tipos de estratégia	PADRÃO	CORTADORA	COPIADORA	TOTAL
Sujeito	103	0	0	<b>103</b>
OD	24	0	0	<b>24</b>
ADJ. ADV.	15	2	0	<b>17</b>
OI	8	2	0	<b>10</b>
ADJ. ADN.	5	1	0	<b>6</b>
PRED. SUJ.	3	0	0	<b>3</b>
COMP. NOM.	1 <sup>72</sup>	0	0	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>158</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>164</b>

Fonte: A autora, 2022.

<sup>72</sup> Apesar de não configurar uma estratégia padrão, devido ao uso inadequado do pronome relativo, não cabe enquadrar esta oração como cortadora tampouco como copiadora.

Com base no quadro acima, das 164 orações relativas presentes nos doze editoriais, apenas 6 não pertencem à estratégia padrão, sendo 5 cortadoras e 1 copiadora. Esses dados, em uma análise superficial, parecem ir na contramão das hipóteses iniciais levantadas nessa pesquisa. No entanto, como se verá mais adiante de forma detalhada, percebe-se que há novas estratégias de relativização surgindo, o que impossibilita uma classificação exata dessas estruturas sintáticas.

A partir do levantamento das orações relativas encontradas nos editoriais, pode-se notar que, conforme os estudos de Mollica (1977) e Tarallo (1983), as posições de sujeito e objeto direto continuam sendo as mais utilizadas nessas ordenações, já que exigem menos atenção e, conseqüentemente, menor complexidade por parte do falante. Isto é, as funções sintáticas não preposicionadas não se configuram de forma tão complexa quanto as preposicionadas, como as de objeto indireto e complemento nominal.

Entretanto, há um número considerável de ordenações sintáticas, prototipicamente acompanhadas de preposições, como os OI, adj. adv. e adj. adn. Essas estruturas, por apresentarem um deslocamento da preposição em conjunto com o referente do pronome relativo, por vezes, parecem despertar mais dificuldade nos falantes, ao produzirem seus textos. Ao analisar os dados, notou-se que houve tanto problemas em relação ao uso da preposição como do uso adequado – segundo a tradição gramatical – do pronome relativo. Quanto a essas posições, cabe destacar que se examinou uma quantidade significativa de especificidades do emprego dos pronomes que as introduzem.

A seguir, há um quadro explicitando as inovações e as adequações no que se refere ao uso do pronome relativo nas orações subordinadas adjetivas presentes nesses textos.<sup>73</sup>

Quadro 19 - Adequação do uso do pronome relativo nas estratégias tipicamente preposicionadas

<b>Função sintática/ uso do pronome relativo adequado</b>	<b>Uso adequado do PR</b>	<b>Uso inadequado do PR</b>	<b>Total</b>
<b>OI</b>	6	4	<b>10</b>
<b>ADJ. ADV.</b>	14	3	<b>17</b>
<b>ADJ. ADN.</b>	4	2	<b>06</b>
<b>COMP. NOM.</b>	0	1	<b>01</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>10</b>	<b>34</b>

Fonte: A autora, 2022.

<sup>73</sup> O quadro 19 utiliza a dicotomia adequado e inadequado não por ver a língua de forma contrastante e com juízos de valor quanto aos usos dos falantes em relação a determinados fatos linguísticos. A escolha dessas nomenclaturas se deve ao fato de a análise, nesse momento, se ancorar no que preconiza a tradição gramatical.

Segundo o quadro 19, das 34 orações com especificidades quanto ao uso do pronome relativo ou que deveriam vir acompanhadas de preposição, percebe-se que dez (10) estão em desacordo com o que se observou nos compêndios gramaticais da tradição. A título de exemplo, serão apresentados alguns trechos e serão, também, discutidos os seus usos, tanto no que diz respeito aos efeitos de sentido gerados quanto ao que se esperava em um gênero com alto grau de manipulação linguística.

Em relação às estratégias apresentadas nos quadros 15 e 16, pôde-se depreender que, por vezes, as estratégias padrão e cortadora foram utilizadas devido a motivações sintáticas do termo antecedente, como será visto a partir dos exemplos adiante:

#### Exemplo 24

24. a) “Cada época contém em si os limites do seu desenvolvimento científico e tecnológico. E isso é determinante para a percepção que as diferentes gerações têm do mundo **em que vivem**. Basta lembrar que foi somente no século 20 [em] que se produziu a primeira imagem da Terra vista do espaço. (Texto IV, grifos meus)

24. b) “Num ano em que, por decisão do Executivo, apoiado pelo Centrão, foram inteiramente preservadas as emendas do orçamento secreto que beneficia parlamentares, o orçamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) é o menor dos últimos 10 anos.” (Texto V, grifos meus)

24. c) “Na realidade, o inimigo de Jair Bolsonaro não é a Corte, tampouco seus integrantes. Seu inimigo é a Constituição de 1988. E é dessa relação de oposição [de] que nasce o antagonismo do bolsonarismo com o STF, cujo papel é defender a Constituição.” (Texto VII, grifos meus) PERGUNTA: não entendi ... a preposição foi incluída ou foi suprimida? Não vejo problema...

24. d) “Justamente neste ano em que se denuncia uma das campanhas eleitorais à Presidência da República mais violentas e mentirosas de nossa história, o Estadão não haveria de se omitir.” (Texto VIII, grifos meus)

24. e) “Por qualquer ângulo [por] que se olhe, o ensino integral é um investimento que vale a pena.” (Texto X, grifos meus)

24. f) “Aparentemente pequenos, os detalhes são importantes. Uma coisa é alguém prometer que exercerá uma eventual função política futura com o mesmo espírito de serviço ao País com que teria desempenhado suas funções na magistratura.” (Texto XII, grifos meus).

Nota-se em relação a essas estratégias que, quando o antecedente é acompanhado por preposições mais prototípicas para marcar adjuntos adverbiais, principalmente de tempo de lugar – como *em* e *com* –, há uma motivação para o uso da estratégia padrão; ao passo que, quando é encabeçado por preposições que não estão junto de sintagmas que, prototipicamente, indicam tempo e espaço – como *de* e *por* –, há um estímulo para o surgimento da estratégia cortadora. Nos exemplos acima, apenas uma ocorrência desse tipo (cortadora) foi encontrada com a preposição *em* indicando tempo, época, como em 27.a). Entretanto, nesse excerto (27.a), o referente do relativo apresenta uma saliência fônica maior do que os demais, estando o item gramatical *em* mais afastado da oração relativa. Esse fator pode ser um dos condicionadores para o uso da estratégia cortadora na escrita mais monitorada.

Ainda em relação aos usos adequados do PR, verificou-se que *onde* é, tipicamente, utilizado para retomar lugares específicos, marcados, normalmente, por substantivos próprios, enquanto a expressão *em que* retoma lugares, usualmente, na forma de substantivos comuns.

Esse uso se contrapõe ao que se encontra em alguns textos menos formais e, até mesmo, orais, os quais tomam como referente deste pronome sintagmas não locativos, que não se referem a lugar físico. Ademais, por serem as estratégias aprendidas, primeiramente, na fala por crianças, de acordo com Abreu (1992), pressupõe-se que, provavelmente, são estruturas mais marcadas na gramática internalizada dos falantes.

### Exemplo 25

25. a) “Num país **em que cuja movimentação de mercadorias e pessoas é feita predominantemente por rodovias** (esse modal responde por mais de 60% da carga movimentada em território nacional), o ônus da deterioração da malha rodoviária é alto.” (Texto V, grifos meus)

25. b) “Os dados, noticiados pelo Estadão na última segunda-feira, retratam a realidade de Pernambuco, **onde foram comparadas taxas de homicídio de jovens em municípios com e sem escolas de ensino em tempo integral**, inclusive em Estados vizinhos.” (Texto X, grifos meus)

25. c) “Logo, deveria servir de referência para gestores educacionais em todo o País, seja em Brasília, **onde o Ministério da Educação (MEC), sob o atual governo, já demonstrou não ter projeto educacional à altura dos desafios nacionais**, ou nos gabinetes das secretarias municipais e estaduais de Educação.” (Texto X, grifos meus)

Além disso, no que toca ao uso de *em* antecedendo o pronome relativo, foi possível depreender, a partir dos dados analisados, que, quando o referente do PR vem encabeçado por esta preposição, há uma tendência em repetir o seu uso. No exemplo 25 a), percebe-se que há uma dupla possibilidade de significação: ou este termo pode ser tomado como adjunto adnominal “a movimentação de mercadorias do país” ou como um adjunto adverbial “a movimentação de mercadorias do país”. Caso esta fosse a estratégia pretendida, nota-se que houve uma motivação sintática do precedente para que se repetisse a preposição que antecede o PR e, conseqüentemente, um desvio, segundo o que dita a norma padrão, por não se ter utilizado o pronome *onde*. Por outro lado, se a estratégia pretendida foi a primeira, de adjunto adnominal, então, o pronome relativo utilizado deveria ser *cuja*.

Já em 26, diferentemente do que se encontrou em 25, nota-se que houve uma assimilação da preposição do antecedente, visto que a construção esperada seria “nos termos **com que ambos se sentem confortáveis**” – *alguém* confortável *com alguma coisa*.

#### Exemplo 26

“Tanto Lula como Bolsonaro têm a enorme capacidade, há que reconhecer, de explorar as emoções do eleitorado da forma mais nefasta possível. São hábeis em pautar o debate público nos termos em que ambos se sentem confortáveis – não raro ao rés do chão. As questões de fundo sobre as quais os cidadãos deveriam estar debatendo, sobretudo neste ano de eleições gerais, são deliberadamente negligenciadas.” (Texto VIII, grifos meus)

Essa nova estratégia de relativização, no quadro 18, foi classificada como *padrão*. No entanto, a partir de uma análise crítica dos dados, deveria se enquadrar em alguma classificação distinta. Isto é, essas ordenações sintáticas não deveriam ser classificadas como *padrão*, já que i) não atendem aos pressupostos da tradição gramatical e ii) mesmo que possuam preposição antecedendo o pronome relativo, seu uso não é adequado segundo as normas gramaticais.

Ainda sobre as preposições que antecedem (ou deveriam anteceder os relativos), encontraram-se nos textos indícios de que as construções do tipo padrão, comumente, são utilizadas quando há a presença de *o qual* (e suas flexões) e quando a preposição apresenta maior saliência fônica, respectivamente, como se vê nos exemplos abaixo.

#### Exemplo 27

27. a) “ONU recoloca Brasil no vergonhoso ‘mapa da fome’, **do qual só sairemos quando a sociedade considerar inaceitáveis a obscena desigualdade social e o desenvolvimento econômico medíocre**” (Texto VI, grifos meus)

27. b) “As questões de fundo **sobre as quais os cidadãos deveriam estar debatendo**, sobretudo neste ano de eleições gerais, são deliberadamente negligenciadas.” (Texto X, grifos meus)

27. c) “As nações mais prósperas, sob todos os aspectos, são aquelas entendidas por seus nacionais como um projeto de construção coletiva, **para o qual cada indivíduo ou grupo contribui na medida de sua responsabilidade.**” (Texto X, grifos meus)

Nos exemplos acima, os referentes dos pronomes relativos *o vergonhoso mapa da fome*, *as questões de fundo* e *um projeto de construção coletiva* apresentam maior saliência fônica do que, por exemplo, em 26, no caso *nos termos*. Esse pode ser um dos fatores condicionantes para que se utilize a estratégia padrão, já que, devido à extensão do termo deslocado, o processo é mais complexo e pode influenciar a aparição da preposição esperada, segundo as normas gramaticais. Além disso, o uso de *o qual* (e suas flexões) em detrimento de *que*, também, parece ser um fator condicionante, já que, inconscientemente, o falante se depara com uma construção típica de relativa – devido ao *que* poder ser utilizado como conjunção integrante.

No que diz respeito ao pronome *como*, este aparece, majoritariamente, retomando expressões que indicam modo, como *forma* e *modo*. Há, apenas, uma ocorrência como relativo condensado. Essa aparente forma cristalizada pode ser um indício que se distancia tanto do que os gramáticos da tradição, como Bechara (2009), quanto o que as gramáticas de uso, como a de Neves (2000), abordam sobre este relativo. Segundo esses compêndios, o pronome *como* aparece mais prototipicamente em ordenações sintáticas do tipo livre, sem o referente do PR expresso. Nos exemplos abaixo, por outro lado, esse uso parece ser mais recorrente quando o referente aparece explicitamente, seja como *forma* ou *modo*.

### Exemplo 28

28. a) “O líder petista pode até falar do apartamento triplex no Guarujá ou do sítio de Atibaia – temas naturalmente desconfortáveis, que escancararam ao País **o modo como o ex-sindicalista**, que sempre bradou contra os patrões, **lida de fato com os empreiteiros camaradas** –, mas não faz ideia de **[a forma] como abordar este assunto: Dilma Rousseff e seu trevoso governo.**” (Texto I, grifos meus)

28. b) “A questão é a forma **como isso deve ser feito**, e Bolsonaro não poderia ter escolhido caminho pior.” (Texto X, grifos meus)

28. c) “A forma leviana **como o governo tem tratado a temática do petróleo e gás** tampouco ajuda a vender a proposta.” (Texto XI, grifos meus)

28. d) Outra coisa bem diferente é afirmar que, da mesma forma **como combatia a corrupção e os corruptos como magistrado**, continuará combatendo essas práticas e essas pessoas por meio da política. O problema do segundo caso não é a promessa futura, e sim a declaração sobre o trabalho como juiz.” (Texto XII, grifos meus)

Nos exemplos acima, em 28, quase todas as ocorrências de *como*, conforme apontado, retomam um antecedente expresso, salvo a segunda aparição do pronome em 28 a). Logo, a ideia de que ele aparece, majoritariamente, como um relativo livre, segundo as gramáticas utilizadas, pode não ser mais um padrão na escrita atual do PB.

Por último, o pronome *cujos*, o qual se esperava ter uso irrisório e, inclusive, inadequado segundo a tradição gramatical, foi verificado dentro da norma padrão. Alguns gramáticos contemporâneos e linguistas apontam que seu uso parece ser pouco usual. Entretanto, as aparições dentro da escrita monitorada não parecem ser escassas, como apontam esses compêndios.

Por outro lado, houve ocorrências em que se poderia utilizar tal estrutura, mas, provavelmente, por implicaturas da oralidade, o(s) autor(es) preferiu(iram) a oração subordinada adjetiva na forma reduzida de gerúndio. Essa utilização, em consonância com as análises completas dos editoriais, se assemelha ao que se vê, comumente, na fala de indivíduos – inclusive os tidos como cultos – já que, atualmente, se nota uma manifestação do emprego do gerúndio em diversas estruturas sintáticas, embora não esteja em conformidade com o que ditam os manuais de *bem falar e escrever*. A título de exemplo, seguem dois excertos de um mesmo editorial:

### Exemplo 29

29. a) “E o aumento nominal dos ganhos – detalhe importante – foi insuficiente, em muitos casos, para compensar a corrosão inflacionária. Mas a tributação atingiu mais pessoas, **agravando suas perdas (cujas perdas se agravam)**, e o Tesouro de novo ganhou com a inflação.” (Texto III, grifos meus)

29. b) “O encarecimento de bens e serviços essenciais, aqueles de maior peso no orçamento familiar e na composição dos índices de preços, contribui para o reforço das contas

**públicas, tornando menos necessários, do ponto de vista contábil, o controle dos gastos e a arrecadação mais eficiente.”** (Texto III, grifos meus)

Nos exemplos em 29, a troca da estrutura reduzida de gerúndio por *cujo* deixaria o texto mais coeso e, conseqüentemente, mais próximo do que se espera de produções com alto grau de formalidade. Em a), o autor poderia utilizar “cujas perdas se agravaram/foram agravadas” em vez de “agravando suas perdas”. Essa mudança traria mais formalidade, assim como, em b), caso substituísse “tornando menos necessários, do ponto de vista contábil, o controle dos gastos e a arrecadação mais eficiente” por “cujo controle dos gastos e a arrecadação mais eficiente se tornariam menos necessários, do ponto de vista contábil”. Tal alteração se faz pertinente, visto que o referente “as contas públicas” é adjunto adnominal dos sintagmas coordenados “o controle dos gastos e a arrecadação mais eficiente”. Logo, do ponto de vista gramatical, essa adequação se torna imperante.

Dessa forma, tendo em vista os resultados acima, nota-se a confirmação da hipótese inicial de que há novas estratégias de relativização sendo encontradas, inclusive, em ambientes mais formais se confirmam. Além disso, parece haver uma inovação quanto ao uso dos pronomes relativos, o que pode ser o indício de uma mudança no quadro pronominal ou, até mesmo, um caso de despronominalização dessa classe gramatical. A seguir, encontram-se as considerações finais acerca da importância deste trabalho dentro do âmbito da descrição e, igualmente, do ensino de LP.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as queixas e as frustrações dos estudantes da educação básica quanto ao processo de ensino e aprendizagem de LP, este trabalho buscou analisar o comportamento das orações relativas em textos com alto grau de formalidade, já que este é um dos conteúdos com o qual os alunos apresentavam maior dificuldade tanto na interpretação quanto na produção dessas ordenações sintáticas. Para isso, houve uma revisitação sobre o que ditam os compêndios da tradição e, também, da linguística para descrever o fenômeno da subordinação adjetiva. Isso se tornou importante para, em um primeiro momento, pensar quais seriam as regras gramaticais no que diz respeito a esse fenômeno e o que abordam as gramáticas de uso sobre a variação dessas estratégias.

Além disso, a presente pesquisa tentou observar se as mudanças apreciadas nos estudos de Tarallo (1983), o qual revisitou a tese de Mollica (1977), estavam ocorrendo, de fato, nos textos com maior manipulação linguística, no caso os editoriais de jornal. Esse recorte auxiliou o trabalho desenvolvido nessa dissertação, já que os autores postularam que as orações do tipo cortadora, as quais já concorriam com as do tipo padrão, iriam ser mais utilizadas com o passar do tempo. Com esses pressupostos em mente, coube analisar se, realmente, isso ocorria nos textos mais formais, como o gênero editorial.

Por último, houve um recorte interpretativo neste trabalho. Isto é, buscou-se verificar quando, como e por que os autores utilizavam essas estruturas em seu discurso e se seguiam o que a tradição preconizava ou se encaminhavam-se para o que os estudos linguísticos apontavam. Essa etapa, seguindo o viés sociointeracionista, baseou-se no critério de que os fenômenos linguísticos não devem ser vistos de forma isolada, mas dentro de um contexto e utilizados com determinada intenção. Quer dizer, analisar os fatos da língua se faz importante, desde que se pense, também, nos contextos de produção e nos efeitos de sentido gerados por esses usos.

Dessa forma, tomou-se como hipótese inicial que pudessem ser testemunhadas tanto estruturas padrão quanto não padrão, já que se esperava que o processo observado pelos referidos linguistas (Mollica e Tarallo) ainda estivesse em mudança, ou seja, esperava-se que já se pudesse perceber o uso de estratégias não padrão, inclusive, em ambientes muito formais, mas que estivessem em alternância com ordenações do tipo padrão. Ademais, presumia-se que, também, fossem vislumbradas estratégias distintas daquelas postuladas por

Mollica (1977) e Tarallo (1983), conforme pode ser percebido com a manipulação dos resultados.

Em relação a isso, segundo a análise em 5.2, a hipótese primeira se confirmou. Há não só o uso de estratégias padrão, mas, por vezes, um uso inovador dos pronomes relativos que as encetam. Logo, a presente pesquisa pode “abrir” novas frentes para futuros estudos quanto à descrição da língua, uma vez que pôde demonstrar a necessidade de uma nova catalogação das estratégias de relativização. Outra questão, também de base descritivista, é repensar um novo uso – ou, até mesmo, uma alteração – do quadro atual de pronomes relativos. De acordo com os dados levantados, esses empregos inovadores e a insurgência de novas ordenações – até então não nomeadas – podem influenciar na semântica e nos efeitos de sentido obtidos no que concerne a essas categorias de pronome.

Outro fator relevante é a influência da oralidade no uso dessas estruturas. Em determinados momentos, salientava-se que as orações relativas ancoravam ideias que poderiam ser denotadas a partir de sintagmas nominais, os quais estariam a serviço do *bem falar e escrever*, típico do discurso formal. Como demonstrado no capítulo anterior, os autores desses editoriais, em alguns contextos, utilizavam as orações relativas como forma de estabelecer ideias que poderiam ser denotadas com um SN, o que conferiria vocabulário mais específico a esses textos. Isto é, o uso constante dessas ordenações pareceu demonstrar a influência de estruturas iniciadas pelo vocábulo *que*, muito comum na fala cotidiana e na escrita menos monitorada.

Atentando aos fatores citados anteriormente, uma das questões levantadas ao longo do trabalho era a de que os falantes, por vezes, não conseguissem perceber a dupla funcionalidade simultânea do pronome relativo nessas orações. A partir disso, utilizariam as estratégias não padrão em estruturas não cristalizadas, sem que pudessem reconhecer o papel coesivo desta classe. Entretanto, tal questionamento não pôde ser confirmado, uma vez que os falantes parecem reconhecer a dupla funcionalidade desta classe gramatical, mas, ainda, apresentam uma aparente dificuldade em manipulá-los segundo a norma padrão.

Essa aparente dificuldade em manipulá-los nota-se em três eixos: i) sintagmas nominais bastante extensos que poderiam ser substituídos por orações adjetivas; ii) uso inovador do pronome relativo, retomando referentes *não esperados* e iii) estruturas com orações relativas que poderiam ser substituídas por sintagmas nominais com palavras específicas.

No que diz respeito a i) e iii), parece haver uma alternância entre as preferências desses falantes quanto ao uso destas estruturas. Em determinados momentos, utilizam arranjos



## REFERÊNCIAS

- ABREU, A. C. **Aquisição de orações relativas no português brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.
- ALVES FILHO, F. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1396>. Acesso em: 1 set. 2022.
- AMURIM, Maria Estela Lima da Costa. **Pronome relativo**: articulação oracional e produção escrita. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- BAKHTIN, Mikhail M. Os gêneros do discurso. *In*: BAKHTIN, Mikhail M. **Estética da criação verbal**, São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 278-326.
- BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BENTES, A. C. Linguística Textual. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2006, p. 45-287.
- BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês. **Orações relativas e construções aparentadas**. *In*: MATEUS, Maria Helena Mira. Gramática da Língua Portuguesa. 5 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. p. 655–683.
- CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014
- CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013.
- CAVALHEIRO, J e CONCEIÇÃO, R. I. “Essa é a cor que eu gosto” ou “essa é a cor de que eu gosto?”: um estudo sobre o uso de orações relativas na escrita. **Revista Arredia**, Dourados, MS, v.1, n.1, p. 132-148, jul./dez. 2012.
- COELHO, I. et al. **Para conhecer sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2015.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.
- DUARTE, M. E. L. Coordenação e subordinação. *In*: VIEIRA, S.; BRANDÃO, S. (org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto. 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARIAS, Washington Silva de. As gramáticas dos linguistas no Brasil: efeitos de sentido polêmicos sobre a língua a re-conhecer. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 105-122, jan./abr. 2014.

FIORIN, J. L.; PLATÃO, F. S. **Lições de texto: Leitura e redação**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

KENEDY, E. **A língua portuguesa no Brasil e em Portugal: o caso das orações relativas**. Niterói: Editora da UFF, 2017.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, I. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2000.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de Texto: o que é, como se faz**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Série Debates I, 1983.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. *In*: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antonio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARQUES DE MELO, J. **A Opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, Vozes, 1985.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* **Gramática da língua portuguesa**. 5 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MOLLICA, M. C. **(De) que falamos?** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

MOLLICA, M. C. **Estudo da cópia nas construções relativas em português**. 1977. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1977.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp. 2000.

OLIVEIRA, M. e AMORIM, M. Orações adjetivas na sala de aula em perspectiva funcionalista. *In*: BISPO, E. B.; OLIVEIRA, M. (org.). **Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas**. Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 191-218.

PARK, R. E. Notícia e o poder da imprensa. *In*: BERGER, C.; MAROCCO, B. (ed.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008. v. 2, p. 71-82.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1996.

RAPOSO, E. B. P.; BACELAR DO NASCIMENTO, M. F.; MOTA, M. A. C. da; SEGURA, L.; MENDES, A. (coord.). **Gramática do português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SOUZA, Claudia Rosana de. **Relativa cortadora: movimento ou apagamento?** 2007. Dissertação (Mestrado em Teoria e Análise Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, E. Como os livros didáticos abordam as cláusulas relativas? *In*: RODRIGUES, V. **Articulação de orações: pesquisa e ensino**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. p. 161- 180.

SOUZA, E. e RODRIGUES, V. As orações com que tenho mais dificuldade são as relativas? OU as orações que tenho mais dificuldade (com elas) são as relativas? *In*: BISPO, E. B.; OLIVEIRA, M. (org.). **Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas**. Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 191-218.

SILVA, Fernanda Cunha Pinheiro da. **O percurso de mudança do item onde na perspectiva da gramaticalização**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

TARALLO, F. **Relativization strategies in brazilian portuguese**. 1983. 273 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade da Pensilvânia, Filadélfia, 1983.

VALENTE, P. **Produção de frases relativas em alunos do terceiro ciclo do ensino básico e do ensino secundário**. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Educacional) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2008.

VIEIRA, S. Ensino de português e o contínuo fala-escrita: o caso das estratégias de relativização. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 8-35, maio/ago. 2017.

**ANEXO – Editoriais do Estadão****TEXTO VI****PAÍS DECENTE NÃO TEM FOME****ONU recoloca Brasil no vergonhoso ‘mapa da fome’, do qual só sairemos quando a sociedade considerar inaceitáveis a obscena desigualdade social e o desenvolvimento econômico medíocre**

1 O Brasil voltou de vez ao mapa da fome e nada indica que se livrará dessa vergonhosa  
2 marca tão cedo. Dados do relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo  
3 2022, divulgado por cinco agências da Organização das Nações Unidas (ONU), apontam que  
4 15,4 milhões de pessoas estavam sob insegurança alimentar grave no País entre 2019 e 2021,  
5 um contingente que representa hoje 7,3% de toda a população – são 3,9 milhões a mais do que  
6 o contingente observado entre 2014 e 2016, época em que o índice não chegava a 2%.  
7 Números que muitas vezes parecem frios ganham outra dimensão quando traduzidos em  
8 exemplos mais claros: 15,4 milhões de brasileiros não sabem se comerão um prato de comida  
9 ao longo do dia de hoje.

10 A essas pessoas, o presidente Jair Bolsonaro nunca ofereceu nada, nem mesmo uma  
11 palavra de solidariedade. Sem qualquer planejamento nem foco nos mais necessitados, o  
12 governo distribuiu benefícios de forma indiscriminada a todos que conseguissem passar pelos  
13 parques e confusos controles de acesso do Auxílio Emergencial. Agora, observando que seus  
14 índices de aprovação atingiram o pico na vigência do programa, o Executivo dobrou a aposta  
15 no Auxílio Brasil, repleto de falhas graves apontadas por todos os especialistas em políticas  
16 sociais. Principal adversário de Bolsonaro, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem  
17 falado em retomar o Bolsa Família, que, embora seja melhor que seu malfadado sucessor,  
18 tampouco foi capaz de solucionar a miséria nacional.

19 Essa tragédia não é fruto do acaso, mas de escolhas feitas por um País que sempre  
20 virou as costas para os mais necessitados. É verdade que Bolsonaro destruiu as bases do  
21 Cadastro Único para Programas Sociais, um consistente banco de dados de mais de 20 anos  
22 de história; que extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
23 (Consea), cujo papel nas políticas de combate à fome ao longo dos últimos anos foi  
24 fundamental; que praticamente zerou as verbas do programa de aquisição de alimentos  
25 Alimenta Brasil, que priorizava regiões com maior índice de pobreza. Também é inegável que  
26 o aumento na quantidade de famintos não é exclusividade brasileira. A pandemia, a guerra na

27 Ucrânia e os preços de alimentos e combustíveis agravaram a pobreza em diversos países do  
28 mundo. Mas também é fato que a incompetência nacional para resolver gargalos históricos  
29 não vem de hoje e atravessa administrações de diferentes matizes políticas. Não se trata de  
30 diminuir a incontestável contribuição do governo Bolsonaro em levar o Brasil à ruína, mas de  
31 chamar a sociedade a assumir a responsabilidade pela solução de questões que têm raízes na  
32 nossa história.

33 Se a fome havia deixado de ser um problema crônico no passado recente, a  
34 desigualdade social era e continua sendo uma marca obscena do País – inabalável mesmo  
35 quando o PIB cresce de maneira mais vigorosa. A desigualdade sempre foi vista como uma  
36 característica inerente ao Brasil, algo que deveria ser inaceitável sob qualquer ponto de vista.  
37 Atacar a mazela da fome é urgente e passa por uma articulação entre governo e entidades da  
38 sociedade civil, além de parcerias entre o setor público e privado. Mas ações emergenciais  
39 não substituem respostas estruturais, e compensações, ainda que fundamentais, não levam à  
40 emancipação.

41 Não há como oferecer uma solução definitiva para a miséria sem que o País retome o  
42 caminho do crescimento, algo que passa pelo resgate dos fundamentos macroeconômicos  
43 devastados por Bolsonaro. É essencial a aprovação de uma reforma tributária para acabar com  
44 a regressividade e para deixar de castigar a produção. Não haverá empregos de qualidade  
45 enquanto não houver uma política industrial que incentive a inovação e a produtividade e  
46 abandone a proteção de setores com amigos em Brasília. Será impossível oferecer melhores  
47 oportunidades aos mais pobres enquanto a Educação Básica não for uma prioridade real. O  
48 Brasil está à deriva e, em suma, precisa voltar a ter um governo de fato. Do contrário, mesmo  
49 que o País consiga sair do mapa da fome, basta aguardar a próxima crise para que volte para  
50 lá.

## TEXTO VII

### O REVANCHISMO CONTRA A CONSTITUIÇÃO DE 88

**O bolsonarismo antagoniza o STF porque a Corte representa a defesa dos princípios constitucionais que protegem minorias e impedem desvarios autoritários da extrema direita**

1 A campanha de Jair Bolsonaro contra o Supremo Tribunal Federal (STF) é tática  
2 diversionista. É muito mais cômodo criticar decisão da Corte constitucional do que resolver  
3 os problemas nacionais e governar com responsabilidade. Mas o enfrentamento com o

4 Supremo, que o bolsonarismo alçou à categoria de prioridade máxima, tem raízes mais  
5 profundas do que simples oportunismo político. Na realidade, o inimigo de Jair Bolsonaro não  
6 é a Corte, tampouco seus integrantes. Seu inimigo é a Constituição de 1988. E é dessa relação  
7 de oposição que nasce o antagonismo do bolsonarismo com o STF, cujo papel é defender a  
8 Constituição.

9 Toda a vida política de Jair Bolsonaro, que se inicia em fevereiro de 1989 como  
10 vereador da cidade do Rio de Janeiro, está marcada por uma constante fundamental: o  
11 revanchismo contra a Constituição de 1988. Nessa seara, o aspecto que chama mais a atenção  
12 é a sua indignação com o fim da ditadura militar e a restauração do regime democrático.  
13 Nessas três décadas e meia de vigência da Constituição, Jair Bolsonaro é, sem sombra de  
14 dúvida, uma das pessoas públicas que mais fizeram apologia do regime militar.

15 No entanto – e aqui é o ponto que se deseja frisar –, a discordância de Jair Bolsonaro  
16 com a Constituição de 1988 vai muito além da questão, importantíssima obviamente,  
17 referente ao regime democrático. A proposta política do bolsonarismo é a antítese exata de  
18 tudo o que foi estabelecido na Assembleia Constituinte. Era simplesmente impossível,  
19 portanto, que o governo de Jair Bolsonaro não colidisse frontal e decisivamente com o STF,  
20 zelador da Constituição.

21 Por exemplo, a defesa que o bolsonarismo faz do Ato Institucional n.º 5 (AI-5) não é  
22 mera provocação. Há uma profunda identificação de Jair Bolsonaro e seus seguidores com o  
23 decreto da ditadura que (i) deu poder ao presidente da República para decretar o recesso do  
24 Congresso e a intervenção nos Estados e Municípios e (ii) suspendeu a garantia de habeas  
25 corpus, ação judicial que protege a liberdade individual contra prisões ilegais. Ora, todo o art.  
26 5.º da Constituição de 1988, sobre os direitos e garantias fundamentais, foi construído  
27 precisamente à luz do que o AI-5 produziu de arbítrio, censura, repressão e cerceamento das  
28 liberdades civis e direitos individuais.

29 A liberdade é outro ponto paradigmático de dissensão entre o bolsonarismo e a  
30 Assembleia Constituinte. Generosa na concessão e na proteção das liberdades individuais, a  
31 Constituição de 1988 não flerta em nenhum momento com a concepção bolsonarista de  
32 liberdade: uma liberdade absoluta, entendida como autorização irrestrita para cada um, de  
33 maneira irresponsável e impune, fazer o que bem entender, sem respeitar os outros e seus  
34 direitos. Tendo sempre feito troça dos direitos humanos, Jair Bolsonaro é diametralmente  
35 oposto à estrutura fundamental da Constituição de 1988, cujo primeiro alicerce é o princípio  
36 da dignidade da pessoa humana.

37 Por rejeitar o equilíbrio entre dignidade humana e liberdade estabelecido pela  
38 Constituição de 1988, que será depois o fundamento dos direitos sociais, o bolsonarismo é  
39 contrário à função social da propriedade rural (art. 186) e do espaço urbano (art. 182). Não  
40 por outra razão, em 2019, o senador Flávio Bolsonaro apresentou uma Proposta de Emenda à  
41 Constituição (PEC) para alterar os dois artigos. É a face desumana e reacionária do  
42 bolsonarismo a revelar-se sem pudores.

43 A Constituição de 1988 tem muitos defeitos. No entanto, o bolsonarismo volta-se, eis  
44 o grave retrocesso, contra as suas qualidades. Na campanha de 2018, Jair Bolsonaro colocou-  
45 se como o anti-Lula. Na Presidência da República, dedica-se a ser visto como o anti-STF.  
46 Mas tudo isso é circunstancial. Jair Bolsonaro é, com todo o rigor, anticonstituição. Ao longo  
47 de sua carreira política, ele tem representado e verbalizado a voz dos perdedores de 1988,  
48 aqueles que se opuseram e continuam a se opor ao Estado Democrático de Direito. Daí que  
49 sua batalha atual seja contra as eleições e as urnas. Tudo integra o mesmo pacote autoritário e  
50 antirrepublicano.

ESTADÃO, 27/06/2022

## TEXTO VIII

### O Brasil como construção coletiva

**As nações mais prósperas são aquelas entendidas por seus cidadãos como um projeto de todos, para o qual cada grupo ou indivíduo contribui na medida de sua responsabilidade**

1 O Brasil jamais se libertará das amarras que o aprisionam em um patamar de  
2 desenvolvimento humano, político e econômico abaixo de todo o seu potencial enquanto a  
3 sociedade não se assumir como a verdadeira responsável por seu próprio destino. Entre nós  
4 viceja o sebastianismo, essa eterna espera por um salvador que nunca chega. Cada ciclo  
5 eleitoral, com suas paixões de momento, reflete essa ânsia por encontrar o “painho” ou o  
6 “mito” de ocasião, aquele que, por seus atributos estritamente pessoais, haverá de nos tirar do  
7 atraso. Ao fim e ao cabo, o debate público fica reduzido a nomes, o que há muitos anos tem  
8 inspirado votos sob o signo da rejeição, não da esperança. Pouco se dialoga sobre uma ideia  
9 de país.

10 Esse ciclo pernicioso parece se repetir em 2022, ao menos até agora, às vésperas da  
11 campanha eleitoral oficial. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair  
12 Bolsonaro (PL) lideram as pesquisas de intenção de voto não porque são vistos pela maioria  
13 dos eleitores como líderes de uma concertação política com vistas à construção de um Brasil  
14 melhor para todos, mas simplesmente por serem quem são, um o antípoda do outro. Tanto  
15 Lula como Bolsonaro têm a enorme capacidade, há que reconhecer, de explorar as emoções

16 do eleitorado da forma mais nefasta possível. São hábeis em pautar o debate público nos  
17 termos em que ambos se sentem confortáveis – não raro ao rés do chão. As questões de fundo  
18 sobre as quais os cidadãos deveriam estar debatendo, sobretudo neste ano de eleições gerais,  
19 são deliberadamente negligenciadas.

20 Ao longo de quase 150 anos de história, o Estadão jamais se conformou com esse  
21 reducionismo. Este jornal acredita que é papel inalienável de um veículo jornalístico  
22 profissional e independente oferecer à sociedade informações confiáveis como substrato para  
23 o engrandecimento do debate público. Por meio de seus editoriais e reportagens, o Estadão  
24 tem procurado mostrar que os temas que interessam ao País podem ir muito além do que  
25 querem fazer crer os autoritários, populistas e irresponsáveis de plantão.

26 Justamente neste ano em que se prenuncia uma das campanhas eleitorais à Presidência  
27 da República mais violentas e mentirosas de nossa história, o Estadão não haveria de se  
28 omitir. O jornal elaborou 15 questões, publicadas no domingo passado, que podem servir  
29 como ponto de partida para um diálogo entre eleitores e candidatos sobre uma agenda mínima  
30 que o futuro governo precisará liderar se acaso quiser que o Brasil supere os obstáculos que  
31 impedem o País de atingir seu máximo potencial de desenvolvimento. São questões que se  
32 coadunam com as ideias constitutivas deste jornal, mas apenas por uma benfazeja  
33 coincidência: as indagações do Estadão sobre questões ligadas à educação, saúde, economia e  
34 política, entre outros temas, coincidem com diagnósticos de especialistas que enxergam o País  
35 muito acima das miudezas das disputas político-ideológicas momentâneas.

36 As nações mais prósperas, sob todos os aspectos, são aquelas entendidas por seus  
37 nacionais como um projeto de construção coletiva, para o qual cada indivíduo ou grupo  
38 contribui na medida de sua responsabilidade. É a essência da cidadania. Isso não implica,  
39 obviamente, a supremacia do pensamento único, nem tampouco majoritário, isto é, não  
40 significa impor às minorias a mera condição de espectadoras ou coadjuvantes. Trata-se, muito  
41 ao contrário, de uma exortação à consciência de cada um dos cidadãos. A sociedade é  
42 composta por indivíduos e interesses muito distintos, mas não necessariamente  
43 irreconciliáveis. Significa estabelecer consensos mínimos, a começar pela defesa da dignidade  
44 humana, e, a partir deles, avançar no que é possível por meio do diálogo, da boa política.

45 É lastimável que, até aqui, o debate público tenha sido pautado por questões  
46 inventadas pelos dois principais candidatos à Presidência, e não pelos problemas que tiram o  
47 sono da maioria dos brasileiros. Mas quando a sociedade souber que país deseja construir,  
48 tanto mais fácil será escolher quem está apto, ou não, a guiá-la nesse projeto.

**TEXTO IX**

A despudorada ‘bolsa-eleição’

**Com o improviso irresponsável de sempre, Bolsonaro se dispõe a driblar as leis eleitorais e os limites fiscais, torrando bilhões de que não dispõe, na esperança de somar pontos nas pesquisas**

1           No desespero para tirar sua candidatura da estagnação, o presidente Jair Bolsonaro  
2           está disposto a torrar bilhões do Orçamento e driblar regras eleitorais e limites fiscais para  
3           impulsionar sua campanha. Sem qualquer estudo prévio, de olho apenas nas pesquisas e a  
4           menos de 100 dias da disputa presidencial, o Executivo pretende aumentar o valor mínimo do  
5           Auxílio Brasil dos atuais R\$ 400 para R\$ 600, dobrar o Auxílio-Gás, hoje em R\$ 53, e criar  
6           um vale de mil reais mensais para caminhoneiros autônomos. Ainda não há cálculo sobre o  
7           custo das medidas, mas as primeiras estimativas apontam para R\$ 50 bilhões até o fim deste  
8           ano.

9           Tudo se dará por meio de mais uma alteração na Constituição. Para tentar reduzir –  
10          sem sucesso – os preços dos combustíveis, o governo havia conseguido impor uma perda de  
11          mais de R\$ 100 bilhões aos Estados, ao fixar, sem compensação, um teto de 17% a 18% para  
12          o ICMS de bens essenciais. Não satisfeito, apostou em uma Proposta de Emenda à  
13          Constituição (PEC) para indenizar, com quase R\$ 30 bilhões, aqueles Estados que aceitassem  
14          reduzir a zero o ICMS sobre o diesel e o gás de cozinha. É bem provável que o Executivo  
15          finalmente tenha se dado conta de que nenhum governador aceitaria saltar nesse abismo;  
16          assim, encontrou outro fim para um dinheiro que não tem.

17          Com a fome atingindo milhões de pessoas e o avanço implacável da inflação – o  
18          IPCA-15 acumula alta de 12,04% em 12 meses até junho –, evidentemente é papel do governo  
19          ajudar as famílias mais vulneráveis a sobreviver. A questão é a forma como isso deve ser  
20          feito, e Bolsonaro não poderia ter escolhido caminho pior. Devastando as bases do Bolsa  
21          Família e eliminando todas as suas contrapartidas, como a exigência de presença escolar e o  
22          cumprimento do calendário vacinal, o Executivo colocou em seu lugar um programa de viés  
23          eleitoral e que trata desiguais da mesma forma, o oposto do que preconizam as melhores  
24          políticas públicas. Sua malfadada cria, o Auxílio Brasil, desconsidera a quantidade e a idade  
25          dos filhos e incentiva que pessoas que dividem a mesma casa se cadastrem como se morassem  
26          separadas para receber R\$ 800.

27          Insistindo na existência de “invisíveis”, o governo optou por jogar no lixo todo o  
28          legado de 21 anos de dados do Cadastro Único para Programas Sociais, mas nem assim  
29          conseguiu zerar a fila de beneficiários à espera de serem contemplados – já são 2,78 milhões,

30 segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). E para criar o voucher para  
31 caminhoneiros e não ser vítima das mesmas greves que irresponsavelmente incentivou em  
32 2018, Bolsonaro está disposto a atropelar o teto de gastos e todas as restrições da Lei das  
33 Eleições, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. E, se  
34 preciso for, usará a guerra na Ucrânia como desculpa esfarrapada para lançar mão de um  
35 decreto para declarar estado de emergência ou de calamidade.

36 Nem se disfarça mais que tudo se pauta pelo horizonte de outubro. Todas as benesses  
37 terão validade até dezembro, deixando claro que se trata não de uma política séria, mas de  
38 uma descarada exploração política dos brasileiros mais necessitados. Na mais recente  
39 pesquisa Datafolha, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem 47% das intenções de voto,  
40 ante 28% de Bolsonaro, mas a vantagem do petista se amplia entre aqueles que ganham até  
41 dois salários mínimos. Este grupo, que representa pouco mais da metade da população, não  
42 esconde preferir Lula (56%) a Bolsonaro (22%), e 60% de seus membros dizem que não  
43 votariam no presidente de jeito nenhum. O motivo é óbvio: a inflação atinge todos, mas  
44 prejudica, sobretudo, os mais pobres. O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, sabe disso. Em  
45 entrevista ao jornal Valor, admitiu que o avanço dos preços é o maior problema da campanha  
46 de Bolsonaro, mas negou que o governo esteja fazendo estelionato eleitoral. Questionado  
47 sobre as chances de recuperação da candidatura do chefe, disse que o jogo das eleições “ainda  
48 não começou”, algo que deve ser encarado quase como uma ameaça. Se tal partida ainda nem  
49 se iniciou na avaliação do governo, nem se imagina o custo que a bolsa-eleição terá quando  
50 ela tiver fim.

ESTADÃO, 25/06/2022

## TEXTO X

### Os muitos ganhos do ensino integral

#### **Estudo feito em Pernambuco mostra que ampliação da jornada escolar não só melhora o desempenho dos alunos, como ainda reduz as taxas de homicídios de jovens**

1 Por qualquer ângulo que se olhe, o ensino integral é um investimento que vale a pena.  
2 Melhoria da aprendizagem, redução de desigualdades, maior empregabilidade e salários mais  
3 altos para quem conclui a educação básica, entre outros benefícios, já haviam sido constatados  
4 em levantamentos anteriores. Uma recente pesquisa acaba de evidenciar mais um ganho  
5 ligado à oferta de ensino em tempo integral: a diminuição, em até 50,8%, das taxas de  
6 homicídios de adolescentes homens na faixa de 15 a 19 anos.

7 Os dados, noticiados pelo Estadão na última segunda-feira, retratam a realidade de  
8 Pernambuco, onde foram comparadas taxas de homicídio de jovens em municípios com e sem

9 escolas de ensino em tempo integral, inclusive em Estados vizinhos. Desde 2004, a rede  
10 pernambucana investe em escolas de tempo integral, com 70% das vagas de ensino médio  
11 nesse formato de carga horária dobrada, o mais elevado índice do País.

12 Cada município pernambucano conta atualmente com pelo menos uma escola em  
13 horário integral. O investimento, como não poderia deixar de ser, resultou em aumento do  
14 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), principal indicador de qualidade do  
15 ensino brasileiro, que leva em conta o desempenho dos alunos em provas de matemática e  
16 língua portuguesa, além da aprovação ao final de cada ano letivo.

17 Os benefícios do ensino em tempo integral são intuitivos e ecoam o senso comum: ao  
18 permanecer mais horas na escola, crianças e adolescentes têm mais tempo de aula, de estudo e  
19 de convívio. Não surpreende, então, que aprendam mais e que sua vivência escolar seja capaz  
20 de abrir mais portas, quando terminarem o ensino médio e partirem rumo à universidade ou ao  
21 mercado de trabalho. Não por outra razão, países desenvolvidos adotam o ensino em tempo  
22 integral, enquanto a regra, na maioria das escolas brasileiras, é apenas um turno de quatro  
23 horas.

24 Vale registrar, porém, que a jornada mais longa, por si só, não basta. Mais do que uma  
25 escola em tempo integral, o que se busca é uma escola que ofereça educação integral, isto é,  
26 que dê conta da formação dos estudantes em diversas frentes: a cognitiva, a socioemocional, a  
27 física, a cidadã e a profissional, entre outras. Qualidade, em todos os sentidos, é a palavra-  
28 chave. Daí que uma política educacional centrada nesse modelo requer ações articuladas.  
29 Tanto os professores devem atuar em regime de dedicação integral quanto o currículo precisa  
30 ser atrativo e diferenciado, com foco no protagonismo e no projeto de vida dos jovens. Se a  
31 escola for desinteressante e de má qualidade, quem vai querer permanecer mais tempo nela?

32 O levantamento em Pernambuco foi realizado por pesquisadores do Insper e da  
33 Universidade de São Paulo (USP), com apoio do Instituto Natura. Assim como estudos  
34 anteriores, jogou luz sobre algo essencial nas políticas educacionais: investir em escolas de  
35 ensino em tempo integral gera resultados positivos. Ou seja, do ponto de vista dos governos e  
36 das prioridades orçamentárias, é um tipo de investimento que compensa e vale a pena. Logo,  
37 deveria servir de referência para gestores educacionais em todo o País, seja em Brasília, onde  
38 o Ministério da Educação (MEC), sob o atual governo, já demonstrou não ter projeto  
39 educacional à altura dos desafios nacionais, ou nos gabinetes das secretarias municipais e  
40 estaduais de Educação.

41 Não há mágica para solucionar os problemas educacionais nem é preciso reinventar a  
42 roda. O ensino em tempo integral já comprovou ser um caminho que traz avanços. Nos

43 últimos anos, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo acordou para a importância  
44 dessa iniciativa, a exemplo de Estados como Ceará e Paraíba. Na rede estadual de São Paulo,  
45 como informou o Estadão, o número de escolas de ensino fundamental e médio em tempo  
46 integral saltou de 364, em 2018, para 2.050, um acréscimo de 463%. A meta é alcançar 3 mil  
47 unidades no ano que vem. Eis um investimento que dá resultado. O País só tem a ganhar se  
48 todas as redes de ensino seguirem esse mesmo rumo.

49 Estadão, 26/06/2022

50

## TEXTO XI

Vendendo o futuro com desconto

### **Projeto do governo que antecipa receitas de petróleo é eleitoreiro e merece ser ignorado e arquivado pelo Congresso**

1 O envio de um projeto de lei ao Congresso para permitir que a União venda sua parte  
2 do óleo extraído das áreas do pré-sal a quatro meses das eleições resume a que ponto o  
3 governo chegou para tentar tirar a candidatura de Jair Bolsonaro de uma persistente  
4 estagnação. O fato de que a administração atual herdou uma proposta de privatização pronta  
5 da gestão anterior – o da capitalização da Eletrobras – e, ainda assim, levou três anos e meio  
6 para conseguir viabilizá-la já seria argumento suficiente para não levar a sério os planos para  
7 a PPSA, estatal responsável por gerir os contratos de partilha de petróleo. Mas o oportunismo  
8 atingiu um novo nível de desfaçatez nesse caso em particular.

9 São remotas as chances de que o Congresso aprove um projeto desse porte no último  
10 ano de mandato de um presidente que corre considerável risco de não se reeleger. A forma  
11 leviana como o governo tem tratado a temática do petróleo e gás tampouco ajuda a vender a  
12 proposta. Mesmo na improvável hipótese de a União obter autorização do Legislativo para  
13 vender sua parte nos contratos, teria que conquistar o aval não apenas da Petrobras, mas de  
14 outras 15 sócias na exploração das áreas, todas petrolíferas que ouvem o presidente Bolsonaro  
15 vociferar diariamente pelo controle de preços de combustíveis.

16 Pela proposta, segundo a exposição de motivos, seria possível receber, de uma só vez,  
17 e não mais ao longo de 30 anos, R\$ 398,4 bilhões em receitas para o Orçamento de 2022. Se o  
18 País ainda respeitasse o arcabouço fiscal, esse dinheiro entraria para compor o superávit  
19 primário e abater a dívida pública, reduzindo seu custo. Mas há poucas dúvidas de que o  
20 próximo passo seria criar mais uma exceção para contabilizar despesas fora do teto de gastos.  
21 Algo que convenientemente não foi mencionado foi o deságio que o Executivo teria que

22 aceitar nessa operação de antecipação de recebíveis – se o desconto fosse de 5%, já seriam  
23 quase R\$ 20 bilhões a menos nos cofres do Tesouro.

24 Grandes produtores de commodities, como a Noruega, possuem contas equilibradas e  
25 uma preocupação de não drenar receitas de futuras gerações. O Brasil, por sua vez, não  
26 consegue prover o mínimo para milhões de pessoas que passam fome todos os dias, e mais da  
27 metade da população enfrenta algum grau de insegurança alimentar. Mas é essencial destacar  
28 que a miséria brasileira não advém da falta de dinheiro, como quer fazer crer o Executivo, e  
29 sim das péssimas escolhas da administração federal e do Legislativo, fielmente traduzidas em  
30 um Orçamento que se presta a abastecer campanhas políticas e preservar emendas paroquiais  
31 de qualquer corte em detrimento dos interesses da coletividade.

32 O histórico da gestão Bolsonaro permite afirmar que as necessidades básicas da  
33 população serão usadas como mero pretexto para destroçar as contas públicas e manter  
34 arranjos políticos. Neste momento, portanto, toda e qualquer iniciativa deste governo merece  
35 ser desprezada pelo Congresso e arquivada pela atual legislatura, inclusive a relacionada à  
36 PPSA.

ESTADÃO, 14/06/2022.

## TEXTO XII

### MORO E A IMAGEM DO JUDICIÁRIO

**Ao colocar suas pretensões políticas como continuação do que realizou como magistrado, Sérgio Moro afeta a imagem de seu trabalho como juiz e da própria justiça**

1 Sérgio Moro tem todo o direito de promover sua pré-candidatura à Presidência da  
2 República, defendendo suas ideias e propostas políticas. De fato, desde o fim do ano passado,  
3 quando se filiou ao Podemos, o ex-juiz da 13.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba tem percorrido o País  
4 para expor suas pretensões políticas e intensificado sua participação nas redes sociais.

5 Goste-se ou não daquele que foi o grande protagonista da Lava Jato, é assim que se faz  
6 uma democracia: partidos e pessoas apresentam à população suas propostas, na expectativa de  
7 convencer e entusiasmar os eleitores. Dessa forma, a princípio, não há nada de condenável na  
8 atual atuação política de Sérgio Moro. É, antes, motivo de elogio, assim como o é o trabalho  
9 de todas as outras pré-candidaturas. O regime democrático apoia-se no exercício dos direitos  
10 políticos, com cidadãos promovendo livremente suas ideias e pretensões políticas.

11 Há, no entanto, uma ressalva. Desde que lançou sua pré-candidatura, Sérgio Moro tem  
12 colocado suas pretensões políticas como uma continuação do trabalho que realizou como  
13 magistrado, em especial durante a Operação Lava Jato. E, ao dar esse específico

14 enquadramento à sua atividade jurisdicional, o ex-juiz coloca em risco não apenas a reputação  
15 de seu trabalho na 13.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba, mas a imagem da própria Justiça.

16       Aparentemente pequenos, os detalhes são importantes. Uma coisa é alguém prometer  
17 que exercerá uma eventual função política futura com o mesmo espírito de serviço ao País  
18 com que teria desempenhado suas funções na magistratura. Outra coisa bem diferente é  
19 afirmar que, da mesma forma como combatia a corrupção e os corruptos como magistrado,  
20 continuará combatendo essas práticas e essas pessoas por meio da política. O problema do  
21 segundo caso não é a promessa futura, e sim a declaração sobre o trabalho como juiz.

22       Não é papel da Justiça “combater” a corrupção ou qualquer outro crime. Cabe ao juiz  
23 aplicar a lei no caso concreto, o que conduz a uma perspectiva muito diferente. Se o  
24 magistrado, após todo o percurso processual, entender que existem elementos suficientes para  
25 demonstrar a materialidade e a autoria de um crime, deve punir os autores do crime, com o  
26 rigor da lei. Mas isso não significa que o juiz combata o crime, da mesma forma que, se  
27 absolver um réu por falta de provas, ele não está sendo conivente com a criminalidade.

28       A Justiça Criminal não é um sistema com juiz e promotoria de um lado e bandidos de  
29 outro. Se fosse assim, não seria preciso sequer sistema de justiça, podendo ser aplicada  
30 imediatamente a pena. No início do processo, não se sabe se os réus são culpados ou mesmo  
31 se existiu o alegado crime. Existe um processo criminal com a presença de um juiz isento e  
32 equidistante em relação às partes precisamente para que se possa avaliar objetivamente se  
33 houve crime e se os réus são culpados.

34       A Justiça deve ser e parecer imparcial. A imagem de isenção do Judiciário é  
35 fundamental para que suas decisões sejam acolhidas e respeitadas pela população. Só assim as  
36 sentenças serão capazes de pacificar os conflitos sociais, em vez de agravá-los. Por isso,  
37 magistrados e ex-magistrados não devem suscitar suspeitas sobre sua imparcialidade. Isso não  
38 é nenhum rigorismo, e sim cuidado com o Estado Democrático de Direito.

39       No caso, há ainda uma agravante. Sérgio Moro tem dado a entender que, em sua  
40 atividade jurisdicional, não apenas enfrentava a corrupção, mas combatia a defesa dos  
41 acusados. Chama-os de “advogados pela impunidade”. Ao revelar essa dimensão de conflito –  
42 própria da política – na relação entre juiz e parte, vislumbra-se um enviesamento ainda mais  
43 forte da compreensão de Moro sobre a função judicante.

44       Como qualquer cidadão, um político pode defender livremente suas ideias. Uma coisa  
45 é certa, no entanto: um magistrado que decide ir para a política muda necessariamente de  
46 função. Ao dizer que continuará fazendo o que fazia na Justiça, deprecia a Justiça e seu  
47 trabalho como juiz. A Operação Lava Jato merece mais cuidado.

ESTADÃO, 30/01/2022.